

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ANA CAROLINA DA SILVA

GÊNERO EM *QUARTO DE DESPEJO*:
A LITERATURA MARGINAL COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO

MARIANA

2019

ANA CAROLINA DA SILVA

GÊNERO EM *QUARTO DE DESPEJO*:

A LITERATURA MARGINAL COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Formação e Práticas Educacionais

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Torres

Coorientadora: Prof^ª Dr. Mônica Fernanda Rodrigues Gama

MARIANA

2019

S586g

Silva, Ana Carolina da.

Gênero em Quarto de Despejo [manuscrito]: a literatura marginal como instrumento didático / Ana Carolina da Silva. - 2019.

144f.: il.: tabs.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Torres.

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Mônica Fernanda Rodrigues Gama.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Área de Concentração: Educação.

1. Literatura - Estudo e ensino. 2. Mulheres na literatura. 3. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. 4. Marginalizados na literatura. I. Torres, Marco Antônio. II. Gama, Mônica Fernanda Rodrigues. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 82.09(043.3)



Ana Carolina da Silva

Gênero em *Quarto de despejo*: a literatura marginal como instrumento didático

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFOP, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre (a) em Educação, e aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Mariana, 16 de agosto de 2019.

Prof. Dr. Marco Antonio Torres (Orientador)
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Mônica Fernanda Rodrigues Gama (Coorientadora)
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Elzira Divina Perpétua (Membro)
Universidade Federal de Ouro Preto

Profa. Dra. Shirley Aparecida de Miranda (Membro)
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

O processo foi extenso, a caminhada teve que se dar de modo lento e o desenvolvimento, gradual. Foram várias as trilhas sonoras, as garrafas de café, as indagações quanto à passagem do tempo. A sensação de dar forma a um projeto pessoal, de aliar a pesquisa acadêmica à luta diária que travo com a sociedade devido à cor da minha pele e à minha condição de mulher, possibilitou que eu me reconhecesse capaz. Defini minhas palavras de ordem e me agarrei a elas: prudência, disciplina, coragem, atitude. Descobri que *sonhos* e *objetivos* podem ser congruentes se encarados com determinação e, acima de tudo, paciência.

Cheguei de pé, andando. E não vim sozinha. Vieram comigo o apoio incondicional da minha mãe, dona Anésia, e dos meus irmãos Ana Paula e Lucas, o amparo do meu pai, sô Gustavo, vindo de um outro plano astral, o suporte sempre imediato, doce e colorido da Duda, os conselhos iluminados da Raquel. Cheguei rodeada de amor puro e sincero. Vim de mãos dadas à assistência que tive do meu orientador Marco Antônio e minha coorientadora Mônica Gama, abraçada a toda energia positiva que recebi das minhas amigas, meus amigos e familiares, a todo “boa sorte na caminhada” que ouvi durante a pesquisa.

Cheguei. E por mais que o caminho às vezes me assustasse, nunca duvidei que estivesse na estrada certa. Repito: cheguei. E não foi por sorte. Laroyê.

*Não fecha a conta,
a cota é pouca e o corte é fundo.*

Xênia França (2017)

*Deus é mãe e
todas as ciências
femininas.*

Elza Soares (2018)

RESUMO

Nos propomos, neste trabalho, a discutir sobre a importância do debate de gênero nas aulas de literatura, reconhecendo essa disciplina como uma singular facilitadora no processo de reflexão e contextualização dos mais diversos problemas sociais. A relevância dessa discussão se mostra na utilização da literatura marginal como um instrumento didático ante o enfrentamento das manifestações dessa injusta estrutura normativa na educação. Desse modo, ao analisarmos como emergem as questões de gênero em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, nos respaldando no conceito de *performatividade* de Butler (2003), pensamos que são possíveis outras possibilidades de literatura na escola que trabalhem, conseqüentemente, outras constituições de sujeitos e viabilizem novas formas de reconhecimento, flexibilizando as ideias normativas do que é ser mulher e criando alternativas, meios de driblar as opressões sociais, questionando-as, ao mesmo tempo em que enalteçamos as vozes de mulheres que nunca puderam falar por si. A pesquisa se deu por meio do diálogo entre a análise de gênero na obra de Carolina e os campos da literatura marginal e das pesquisas de gênero na educação, contando também com uma análise dos livros didáticos de Português do ensino médio da rede pública da cidade de Mariana-MG. Embora houvesse no início da pesquisa a pretensão de se pensar a questão da didática relacionada à utilização da obra em sala de aula, a pesquisa se restringiu à análise do material didático utilizado na cidade. Como resultado, nos deparamos com a força da literatura marginal de Carolina para pensar o gênero nos estudos de literatura e também com a ausência tanto dessa autora quanto a de outras mulheres escritoras nos compêndios escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de literatura. Representações do feminino. Carolina Maria de Jesus. Literatura marginal.

ABSTRACT

In this work we propose to discuss about the importance of the gender debate in literature classes, acknowledging this subject as a singular facilitator in the process of reflection and contextualization of the most diverse social problems. The relevance of this discussion appears in the use of marginal literature as a teaching tool facing the confrontation of the manifestations of the normative unjust structure in education. Thereby, as we analyze how the gender questions show up in “Dump Room: diary of a slum” by Carolina Maria de Jesus, and supported by Butler’s (2003) concept of performativity, we think that other possibilities of literature in the school are possible that, consequently, work other subjects constitutions and make feasible new forms of recognition, loosening normative ideas of being a woman and creating alternatives, ways to circumvent social oppressions, questioning them, while at the same time extolling the voices of women who could never speak for themselves. The research was done through the dialogue between gender analysis in the work of Carolina and the fields of marginal literature and gender researches in education, also counting on an analysis of Portuguese text books used in public high school in Mariana-MG. Although at the beginning of the research there was the ambition to think about the didactics related to the use of the work in the classroom, the research was restricted to the analysis of the didactic material used in the city. As a result, we were faced with the strength of the marginal literature of Carolina to think gender in literature studies and also with the absence of both this author and other women writers in school textbooks.

KEYWORDS: Literature teaching. Representations of the feminine. Carolina Maria de Jesus. Marginal literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 APROXIMAÇÕES DO CAMPO DE PESQUISA	15
1.1 SOBRE AS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS	22
2 ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E LITERATURA MARGINAL	29
2.1 O CORPO E AS REGULAÇÕES DISCURSIVAS	36
3 MAS POR QUE A CAROLINA?: O QUE NOS DIZ O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	42
4 ANÁLISE DE <i>Quarto de despejo: diário de uma favelada</i>	56
4.1 “DIÁRIO, QUERIDO (E COMPLEXO) DIÁRIO...”	56
4.2 QUESTÃO DE GÊNERO: ORA REITERA, ORA TRANSGRIDE	61
4.3 “Ele é de ferro e eu sou de aço”: CAROLINA E A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
Referências bibliográficas	102
Apêndice	106

INTRODUÇÃO

No momento em que nos propomos a tratar de questões que mexem nas estruturas das relações entre os sujeitos de uma sociedade, precisamos ter em mente que não se trata única e exclusivamente de problematizar as ideias comuns difundidas há tanto pelos discursos de poder, mas se trata também de tentarmos entender (e transformar, na medida do possível) o modo como essas ideias comuns moldam, guiam e respaldam as relações entre as/os designadas/os mulheres e homens nessa sociedade. Percebemos, já desde o início, mediante uma análise mental de todos os casos de misoginia, machismo e homofobia que pudermos lembrar que a arbitrariedade dessa conceituação social de *homem e mulher*, de *macho e fêmea*, é a grande responsável pela maioria das relações abusivas e dos atos de violência física ou simbólica com os quais nos deparamos dado que é a posição de poder do *homem macho idealizado* que garante sua superioridade concreta, tanto física e tangível, quanto discursiva e abstrata.

Quando Judith Butler (2003, p.8) se pergunta: “O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas?”, nos atrevemos, sincera e previamente, a respondê-la: acontece uma verdadeira confusão nos meios familiares, escolares, religiosos e políticos, tal qual podemos perceber atualmente, por exemplo, nos noticiários, nas correntes de *whatsapp*, nos sermões religiosos, nos projetos de lei, nas salas de aulas onde se debatem sobre as *questões de gênero*.

As discussões feministas a respeito das conceituações e condições dos gêneros nas relações de trabalho, afetivas ou de quaisquer outras naturezas têm gerado grande rebuliço nas mais variadas instituições sociais, o que tem provocado essa confusão. O que nos é apresentado, prontamente e a olho nu, é uma verdadeira guerra travada entre as instituições tidas como tradicionais e os indivíduos que se propõem a tratar das questões de gênero e questionar as bases e o funcionamento dessas instituições. Discutir essa estrutura binária compulsiva e irrestrita é discutir também salário, lugar de fala, visibilidade, liberdade de sexo, de gênero e de sexualidade, preconceito, condições de vida, cargos de chefia, responsabilidades, constituições familiares, constituições de inteligibilidades dos sujeitos, dentre outros. Enfim, é comprar uma briga grande, iniciada há muito tempo e complexa demais para acabar por agora.

São, sim, várias as maneiras de se iniciar (ou propor o início de) uma discussão aberta, reflexiva, voltada tanto para a subjetividade do indivíduo quanto para as estruturas da sociedade, que vise às mudanças urgentes no nosso contexto atual. Uma dessas maneiras, evidentemente, é por meio do processo educacional, visto que é no microcosmo da escola que muitas das demandas da sociedade encontram um ponto de convergência, um ponto de encontro, seja por conta das relações interpessoais que ali se dão, seja por conta das ações de ensino-aprendizagem que ali acontecem.

Sendo as questões de gênero intrínsecas a todo e qualquer processo de construção da identidade do sujeito e de formação de um indivíduo crítico (devido ao poder de imposição do gênero de balizar as relações), é fato que cabe também à escola promover discussões e debates que problematizem a desigualdade entre os sexos, as estruturas da sociedade em que estamos inseridos, as conceituações de termos como *gênero*, *sexualidade*, *raça*, *classe*, enfim, debates que permitam aos estudantes e aos docentes exporem seus pontos de vista e refletirem em conjunto acerca de assuntos que tocam, inevitavelmente, no modo de vida de todos os indivíduos.

Todos nós, na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais - e a sociedade - de tal modo que nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade. (hooks, 2017, p. 50)

E é pela via da literatura escolar que uma das portas de discussão e reflexão sobre gênero pode se abrir, se nos atentarmos à força e potência dos discursos literários em dar visibilidade a uma diversidade de campos simbólicos e proporcionar o debate acerca de aspectos sociais. Toda essa força é multiplicada quando nos voltamos para a vertente da literatura marginal, provinda não dos contextos privilegiados, mas dos meios oprimidos, onde nem os assuntos tratados, nem os meios de veiculação, nem mesmo a origem dos autores são vistos com bons olhos, mas como intrusos no universo literário canônico, editorial e midiático.

A falta de disposição de abordar o ensino a partir de um ponto de vista que inclua uma consciência da raça, do sexo da classe social tem suas raízes, muitas vezes, no medo de que a sala de aula se torne incontrolável, que as emoções e paixões não sejam mais represadas. [...] É a ausência do sentimento de segurança que, muitas vezes, promove o silêncio prolongado ou a falta de envolvimento dos alunos. (hooks, 2017, p. 55-56)

Quando nos deparamos com um lado da literatura que não se baliza necessariamente pelas regras gramaticais impostas pela norma culta padrão nem pelas exigências editoriais; que veste a camisa de uma luta para legitimar um modo de existência e, por vezes, usa da linguagem não para exaltar os pontos bonitos da vida em sociedade ou do amor, mas para gritar o que incomoda e expor o que não é possível de se aceitar (como descaso, injustiça, discriminação), vemos nesse lado da literatura uma farta fonte de discussão que nos apresenta assuntos que precisam, urgentemente, ser tratados, analisados e, na medida do possível, modificados, mesmo que em pequena escala.

É a partir desse tipo de olhar sobre a literatura que nos encontramos com a escrita de Carolina Maria de Jesus, uma mulher que traz consigo, em suas obras literárias e em seu contexto de vida, várias marcas que nos possibilitam tratar de gênero, de performatividade.

Mulher, escritora e avessa à comodidade, Carolina de Jesus fez da linguagem um instrumento de luta pela igualdade e de denúncia social. E tudo isso se apresenta para nós como um verdadeiro prato cheio para as discussões e atividades nas aulas de literatura do ensino médio, sendo de grande valia para a formação da subjetividade e inteligibilidade do sujeito e para a conquista de um público leitor que seja crítico e analítico, e que consiga intervir na sociedade para impor pautas mais igualitárias. Sendo assim, nos propomos a discutir tais assuntos concernentes às questões de gênero e à utilização da literatura marginal, mais especificamente, neste caso, de Carolina de Jesus, como instrumento didático para esse tipo de trabalho em sala de aula.

Quando observamos as seções de literatura dos livros didáticos de português com os quais os/as nossos/as alunos/as trabalham ao longo do ano letivo, muito incomoda a pequena presença (quase nula) de exemplos de escritoras a serem utilizadas, ainda mais quando percebemos que praticamente não existem autoras negras empregadas nesses materiais. Pouco se fala sobre as mulheres, sobre as questões das mulheres, sobre a questão racial que engloba as mulheres pretas. De fato, as mulheres quase não falam nos livros didáticos, nem sobre os assuntos trabalhados nas atividades pedagógicas dos livros, nem sobre si. O que mais vemos são os autores-homens falando, descrevendo e desenvolvendo personagens femininas em suas obras; ou seja, os exemplos de mulheres com os quais temos contato nas aulas de literatura raramente são resultado de criação feminina. Mas quando pensamos em escritoras fortemente engajadas e qualificadas, como as brasileiras Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Ana Cristina Cesar, Ana Maria Gonçalves, e as demais de língua portuguesa Ana Paula Tavares, Paulina Chiziane,

Noémia de Souza entre outras, que nos podem servir de exemplo, percebemos que essa não utilização, definitivamente, não se baseia na sua inexistência, mas numa escolha social e ideológica (mais especificamente heteronormativa).

[...] entendemos que mais do que espaço, é [preciso] garantir a democratização do discurso, da perspectiva, de oportunizar às alunas a identificação com uma voz que lhe soe familiar. Que as mulheres sejam, também, apresentadas por mulheres. Que os homens possam, também, ser apresentados por mulheres. (ELISBON, 2018, p. 81-82)

O fato é que, por mais que as mulheres falem sobre si e sobre os mais variados assuntos, por mais que as mulheres gritem, a cultura escolar se acostumou a não ouvi-las nem a falar sobre elas. Mesmo que muitas autoras de livros didáticos sejam mulheres, a autoria feminina não encontra espaço enquanto discurso de formação escolar...

Pois bem, as escutemos e falemos nós.

[...] seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a resignificação das identidades, sejam de raça, gênero, classe para que pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2017, p. 26)

O trabalho se divide em cinco partes, sendo cada uma respectiva a um capítulo no corpo do texto. No primeiro capítulo, apresento o caminho que percorri, quais motivações internas e externas a mim que me trouxeram até aqui e quais foram as aproximações com o campo de pesquisa. Problematizo o silenciamento e a ausência da autoria feminina nos livros didáticos de Português utilizados no ensino médio da rede pública da cidade de Mariana-MG. Saliento que, ainda que no início da pesquisa a pretensão fosse a utilização da obra *Quarto de despejo* enquanto um instrumento didático, a pesquisa se restringiu à análise do material didático empregado na rede pública de cidade, na busca por entender como e quando Carolina de Jesus era trabalhada nas aulas de literatura mediante os compêndios escolares.

No capítulo dois, trato da relação entre as urgências do universo educacional, a necessidade de inserção da literatura marginal nos debates escolares e a relevância da discussão das questões de gênero na educação. Analisando a relação entre o corpo e as regulações discursivas, trato da importância do discurso no modo como se dão as relações de poder.

Trago no capítulo três os dados obtidos por meio do levantamento bibliográfico a respeito de Carolina Maria de Jesus, apresentando aspectos de sua biografia, do contexto de

surgimento de *Quarto de despejo* e de sua importância dentro do cenário literário brasileiro. Já no quarto capítulo, analiso esse diário publicado em 1960 pela autora. A princípio, discorro sobre o gênero textual da obra, caracterizado como autobiográfico; em seguida, trato da reiteração/transgressão quanto às normas de gênero presentes em sua narrativa; e, respaldada pelo conceito de *performatividade* de Butler (2003), analiso como emergem essas questões de gênero na obra de Carolina visando a incitação de possíveis e ricos debates e reflexões.

Por fim, no quinto capítulo, trago minhas considerações finais, quando questiono a ausência da potência sensível do texto de Carolina de Jesus no universo escolar e aponto para a busca por uma conscientização acerca da necessidade de mudanças no processo educativo, colocando em evidência os problemas que minha pesquisa não responde de modo a reconhecer que, embora a dissertação tenha um fim delimitado, a questão aqui abordada ainda não tem.

1 APROXIMAÇÕES DO CAMPO DE PESQUISA

Após ouvir um rap nacional, me flagrei pensando em alguns versos que Tássia Reis cantava, os quais diziam: “Eu tentei falar baixinho, / mas ninguém me ouviu. / Eu tentei ir com carinho / e o sistema me agrediu. / Então eu grito!”. Boa parte dos nossos impulsos acontece mediante algum incômodo. Raramente nos vemos plenamente satisfeitas/os com o que se dá ao nosso redor, tudo às vezes parece acontecer num movimento caótico e a vontade de ação geralmente é suprimida pela falta de tempo, de norte ou de apoio. Mas, num dado momento, quando a brecha aparece, o impulso via incômodo se transforma numa primeira ação que visa a mudança. O incômodo é o que tem nos dado razão na luta diária e a nossa força tem uma explicação, uma origem: a necessidade de urgência. Faz-se demasiadamente importante, sempre que possível e nos mais variados espaços, discutir o que incomoda, articular, analisar, refletir e agir a respeito.

Perceber a potência do discurso, entender as relações implicadas entre quem diz e quem recebe o que é dito e, a partir disso, descobrir de onde você vai falar, sob quais perspectivas e pontos de vista diferentes seu discurso será analisado, sabendo que a interpretação tem por característica escapar das mãos do/a autor/a, embora seja por ele/a arquitetado: meu desafio aqui se concentra na busca pela articulação do meu discurso com o discurso dos meus pares, relacionando minhas referências enquanto mulher, enquanto negra, enquanto educadora. Estabelecer conexões e convergências entre temas que me soam tão caros e urgentes, tanto a nível acadêmico quanto a nível pessoal, é o resultado da junção entre necessidade e oportunidade; é entender que Carolina Maria de Jesus (1960) já gritava vários dos nossos incômodos muito antes mesmo do meu nascimento, por exemplo, mais especificamente, no dia 7 de junho de 1958, quando construía seu diário:

[...] Quando eu era menina o meu sonho era ser homem para defender o Brasil porque eu lia a Historia do Brasil e ficava sabendo que existia guerra. Só lia os nomes masculinos como defensor da patria. Então eu dizia para a minha mãe: — Porque a senhora não faz eu virar homem?
Ela dizia:
— Se você passar debaixo do arco-iris você vira homem.

Quando o arco-iris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-iris estava sempre distanciando. Igual os políticos distante do povo. Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar. Mas o povo não deve cançar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo. Eu voltava e dizia para a mamãe: — O arco-iris foge de mim. (JESUS, 1960, p. 54-55)

Nesse trecho, Carolina conta que percebeu a existência e os danos das desigualdades de gênero já na infância, quando se viu impossibilitada de lutar por seu país e descobriu que o motivo dessa impotência decorria do fato de ser mulher. Precisamos nos atentar aqui a um fato: essa descoberta veio com a leitura de um livro de História do Brasil. Vemos a importância da leitura desses livros oficiais, a importância da presença de literatura feminina e negra nesses compêndios, quando notamos a solidão de Carolina ao sonhar em ter um papel e não se ver simbolicamente nessa possibilidade. Esse seu relato é tão verossímil quanto possível se pensarmos na violência simbólica que ele representa: a corrida para alcançar o arco-íris e passar por debaixo dele significa que seria preciso mudar de gênero para se ter um papel relevante na história do país. A realidade é que os incômodos são muitos e o impulso para a ação tem de se manter constante em todos os contextos possíveis.

A necessidade de transformação nos mais variados aspectos sociais se faz facilmente perceptível. Foi ao compreender do que se tratava o discurso dominante atual, machista e misógino, e sentir na pele, desde a mais antiga lembrança enquanto pessoa, as injustiças que a vida em sociedade pode ocasionar – justificadas numa diferenciação sexual fortalecida por um discurso médico obsoleto e quase rudimentar – que eu entendi o quão truncada seria a minha luta diária como mulher contra toda a estrutura de uma sociedade feita por e para homens. Pensando em consonância com Nilma Lino Gomes (2005),

[...] o meu mundo, o meu eu, a minha cultura, são traduzidos também através do outro, de seu mundo e de sua cultura, do processo de decifração desse outro, do diferente. É como um processo de espelhamento. Ao mesmo tempo em que os grupos socialmente discriminados lançam um olhar para a sociedade, formam-se imagens a partir do modo como uma sociedade se vê refletida pelos olhos do outro. (p. 42)

A estrutura de poder tenta (e com êxito) internalizar normas que nada mais querem que manter essa relação de injustiça: somos constantemente construídas/os, moldadas/os para exercer o papel que nos atribuem antes mesmo de nascer. Ser designada como uma mulher na nossa sociedade é uma condição que já vem feita, que pressupõe subordinação e o papel de coadjuvante na construção da história. “As pesquisadoras feministas assinalaram desde o

início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 1995, p. 73). Incomoda constatar que sabemos tão pouco da participação feminina na elaboração dos regimes de verdade (FOUCAULT, 1986) com os quais nos deparamos ao longo da vida, considerando que o regime de verdade se produz em articulações discursivas, que são poucas as representações femininas nos altos postos de poder e que nem nas referências escolares e/ou acadêmicas as mulheres conseguem algum lugar de destaque. É por esses dentre tantos outros motivos que discutir a questão de gênero não se trata apenas de conveniência, mas serve também como sinal, sinal de que entendemos que nossas demandas são imprescindíveis, primordiais e inevitáveis.

Penso em concordância com Judith Butler, na obra *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2015), que “se questiono o regime de verdade, questiono também o regime pelo qual se atribuem o ser e minha própria condição ontológica” (p. 35). Admito que, ao questionar as estruturas da sociedade e suas construções de gênero, seus sujeitos de direitos e suas relações de poder/resistência, também questiono a mim mesma, a minha própria construção enquanto sujeito social, a minha performatividade. É percebendo como as normas regulatórias se manifestam, primeiramente em mim, em seguida naqueles sujeitos com os quais estabeleço algum/a contato/relação, que eu consigo me embasar, me munindo com argumentos, com o relato de experiências, minhas ou não, e com as narrativas e teorias acadêmicas e/ou literárias daquelas/es que me precederam na pesquisa e na luta por transformação: “Devemos examinar atentamente nossos modos de análise, clarificar nossas hipóteses de trabalho, e explicar como a mudança ocorre. Em vez da busca de origens únicas, temos de pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados” (SCOTT, 1995, p. 85).

Reconheço que são muitos os discursos que me construíram tal qual me apresento agora, são muitas as minhas referências e essa convergência das ideias que carrego, cada uma na sua proporção e na sua intensidade, é o que me faz tão disforme e incomodada quanto às exigências da vida social. Encontrar na obra de Carolina de Jesus uma voz que grita também o seu cansaço quanto ao que lhe é exigido, que também questiona as estruturas sociais às quais é submetida e utiliza a literatura como instrumento de militância é, admito, instigante. Vemos nos escritos dela o que pode ser tomado como forte munição para a discussão acerca das exigências da vida social normativa e da possibilidade de abertura dessas normas a outras formas de ser e de habitar o mundo que não derivem de um universal fechado às diferenças.

Quanto às exigências da vida social, não estou me referindo apenas às cobranças por ser mulher; há outros aspectos que me constituem e demarcam o lugar de fala pelo qual batalho e através do qual me pretendo fazer ouvir: falo também enquanto mulher negra. “O sujeito pode ser o efeito de discursos, instituições e práticas, mas a qualquer momento o sujeito-em-processo experimenta a si mesmo como o ‘eu’, e tanto consciente como inconscientemente desempenha novamente posições em que está situado e investido, e novamente lhes dá significado.” (BRAH, 2006, p. 374). Quanto ao *lugar de fala*, Djamila Ribeiro (2017) avalia que

[...] não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. (...)

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. (Ribeiro, 2017, p. 36-37)

Chama a atenção a constante tentativa do regime de verdade de fazer crer que discutir a questão da/o negra/o no Brasil se tornou um assunto ultrapassado, desgastado e, para a grande mídia, já pouco rentável. Falar de racismo virou vitimismo para quem não tem a menor intenção de nos ouvir e a desculpa é propagar que os/as militantes engajados no assunto transformam o sofrimento dos antepassados em complexo no presente. Não veem os reflexos até hoje de tudo o que nossos antepassados viveram. O racismo é tão real quanto é possível ser; pode não ser palpável, mas é claramente visível e, sem dúvidas, lutar contra ele é também urgente. “Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar para romper com o regime de autorização discursiva.” (RIBEIRO, 2017, p. 40).

A persistência na utilização de autoras negras como marco teórico nos mais variados trabalhos escolares e/ou acadêmicos é uma forma de resistência; a valorização do que é feito pelos nossos pares tem que ser levada a sério e, pensando nisso, ter também a produção de Carolina Maria de Jesus como aliada nessa luta contra as desigualdades de gênero e raça é entender que sua obra não se trata apenas de um instrumento didático, mas de uma arma

social. “[...] Ser mulher, negra e sem escolaridade lançam Carolina Maria de Jesus para uma condição de subalternidade três vezes desafiadora” (MIRANDA, 2013, p.44) e isso não pode ser relativizado nem posto de lado quando nos defrontamos com a densidade e a importância de sua obra, pois é por meio dela que a autora problematiza sua opressão e sua controversa pertença ao mundo literário.

Embora a inscrição da mulher negra nas letras nacionais seja fato, a literatura brasileira canônica engendrou discursividades em que a feminilidade negra se materializa principalmente sob a égide da dominação, criando categorias de representação estereotipadas que persistem até hoje: ora o corpo objeto ultrassexualizado da mulata [...]; ora a passividade submissa, generosa e autosacrificial da mãe-preta [...]; ora a bestialização da negra escravizada [...]. (MIRANDA, 2013, p. 67)

Se nossas referências raramente são femininas, dificilmente serão femininas e negras. E quando tocamos nesse ponto da representatividade, tocamos também no ponto da formação da identidade do sujeito. Se o discurso que dita a construção do indivíduo não o representa em nenhum aspecto, se o indivíduo não se sente contemplado pelas normas que tendem a adequá-lo aos padrões pré-estabelecidos socialmente, a tendência é a formação de identidade de uma pessoa em crise, constantemente desajustada quanto ao seu lugar na sociedade e quanto às normas de gênero às quais precisa se submeter. A *identidade*, enquanto conceito, se refere

a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares, referências civilizatórias que marcam a condição humana. (GOMES, 2005, p. 41)

Mas esses traços já estão dados ou são também alvo de uma disputa de autoconstrução? Por isso a pertinência da pergunta de Butler, “[...] Em que medida as *práticas reguladoras* de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o *status* auto-idêntico da pessoa? Em que medida é a ‘identidade’ um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva da experiência?” (BUTLER, 2003, p. 38). Modo de ser e descrição da experiência: é essa característica de devir que encena a construção crítica da identidade. Entender a posição da mulher negra frente ao discurso de poder que rege a sociedade é entender que, nessa luta, o nosso inimigo está frequentemente

camuflado com o mito da democracia racial e da igualdade de gêneros, sempre à espreita, transformando tudo o que dizemos e fazemos em argumentos contra nós mesmas.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores (as), sobre a importância da diversidade cultural? (GOMES, 2005, p. 43)

O impulso para a ação ante as injustiças, como já dito, tem de se manter latente e toda oportunidade de apontar para as situações que nos incomodam tem de ser aproveitada ao máximo. Na condição de educadora, me vejo na obrigação de tentar modificar o quanto possível o ambiente opressor com o qual nos deparamos dentro do universo escolar propagando os discursos das/os que me antecederam e planejando novas ideias e metodologias que atendam às reais necessidades da escola atual. Nenhum dos problemas sociais presenciados na escola pode ser negligenciado.

Trabalhar com crianças e jovens exige uma predisposição ao diálogo, à desconstrução das ideias que carregamos quase como dogmas e à reconstrução de pontos de vista a medida em que se tem contato com as várias realidades das quais essas crianças e esses jovens fazem parte, mesmo tendo-se consciência da opacidade dos sujeitos, que é discutida por Butler (2015) como característico das relações de poder em que o reconhecimento está em jogo, tanto o reconhecimento de si mesmo como do outro e da comunidade. Formar um cidadão crítico e atuante não significa prepará-lo apenas para os exames de avaliação externa e para as provas de seleção para as universidades, assim como lecionar aulas de literatura não pode ser apenas uma revisão histórica datada e memorizada das escolas literárias.

A literatura escolar tem que ajudar na formação de sujeitos que reconheçam a situação de subalternidade em que podem se encontrar e, incomodados, não se vejam mais como subalternos, mas como oprimidos, como legítimos sujeitos de direito, e ela tem condições para esse tipo de desenvolvimento de trabalho que, porém, não parece estar sendo satisfatoriamente aproveitado. Um estudo mecânico não produz reflexão, não incita o debate, não estimula a consciência, ainda que marcada pela opacidade do próprio sujeito:

Transpor a “artificialização” que permeia o que adentra a esfera escolar, ampliar a noção do que é artístico para incorporar outras vertentes mais populares seja na literatura ou em outras manifestações culturais passa por uma revisão do que é

considerado legítimo dentro do campo educacional, ou seja, por um “alargamento” do campo. (SOARES, 2008, p. 50)

O trabalho com a literatura nas escolas tem sido quase que puramente mecânico, pois prevê a exposição de uma linha histórica dos grandes autores e obras. E ao nos depararmos com adversidades dessa natureza, fica claro que o desenvolvimento de pesquisas que analisam e tentam reverter esse tipo de situação precisam de cada vez mais espaço, mais fomento.

As universidades, os cursos de formação de professores, as disciplinas voltadas para a área da licenciatura precisam se deter nos reais impasses enfrentados por esses futuros docentes, dando-lhes instrumentos com os quais conseguirão intervir de maneira efetiva no cotidiano escolar, por meio de suas matérias específicas, abordando temáticas sociais que necessitam atenção. Quando lembramos que, por intermédio da literatura enquanto arte, podemos ter acesso às mais diversas narrativas acerca dos mais variados temas e problemas sociais; podemos ter acesso à obra e à vida de autoras/es singulares, providos/as de linguajares coerentes com a norma culta padrão ou não, provenientes de contextos similares aos dos leitores/estudantes ou não, lembramos também que é possível, nas aulas de literatura, suscitarmos intensos, calorosos e frutíferos debates e momentos de reflexão.

É preciso ensinar para os (as) nossos (as) filhos (as), nossos alunos (as) e para as novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder foram, aos poucos, recebendo uma interpretação social e política que as enxerga como inferioridade. A consequência disso é a hierarquização e naturalização das diferenças, bem como a transformação destas em desigualdades supostamente naturais. (GOMES, 2005, p. 49)

A proposta de se usar a literatura marginal como instrumento didático por meio da análise de trechos de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, nesta pesquisa vem com a intenção de responder a essas inquietações. Vemos nessa autora uma forte referência passível de ser incorporada aos trabalhos de literatura escolar: uma mulher pertencente ao universo literário marginal, dentro do qual se destacou e conseguiu visibilidade e respeito; autora de obras cujos temas são densos, complexos, repletos de deixas e críticas ao sistema de normas que a rege.

Dessa forma, precisamos nos valer daquilo que conhecemos por *interseccionalidade*, por sobreposição de categorias de opressão como raça, gênero, sexualidade e classe, que entrecruzam os campos acadêmico e político. De acordo com Laura Moutinho (2014), “a expressão ou campo ‘interseccionalidade’ tem uma marca: traz um aporte feminista e

antirracista. [...] Não se trata, portanto de se entender esse como um campo homogêneo.” (p. 211) visto que “a interseccionalidade obedece a dinâmicas diversas e multifacetadas” (p. 227), nos trazendo o exemplo das

grandes convenções e acordos/programas sociais que foram, sem dúvida, construídos na articulação com movimentos sociais. Nesse percurso, uma série de reivindicações dos movimentos sociais (negro, homossexual e de mulheres) ganhou o status tanto de premissas legislativas quanto de programas e políticas sociais, inscrevendo-se em um novo campo semântico, cuja ênfase se centra na construção e legitimação de um certo ideário calcado concomitantemente na responsabilidade, na reparação e no reconhecimento. (MOUTINHO, 2014, p. 227)

Nos deparamos, mediante essa escolha, com o exemplo de uma mulher que faz da aversão à comodidade um gatilho para a transformação (ou tentativa) de seu contexto; ela não se sente confortável nas condições que lhes são impostas e, na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), conseguimos identificar alguns dos aspectos que compõem seu discurso performativo e transgressor. Como nos diz Djamila Ribeiro (2017), “quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida” (p. 26). O nível de representatividade com o qual nos propomos a trabalhar, presente nessa obra, sugere estudos profundos e reflexões densas acerca de seu contexto social, suas condições de vida, sua postura enquanto mulher. O incômodo pertencente ao discurso dessa autora dialoga fluentemente com o que nos tem impulsionado e é por meio dessa sintonia, dessa congruência de questões, que buscamos articular algumas das urgências entre o universo educacional, o universo literário marginal e os problemas de gênero.

1.1 SOBRE AS MULHERES NOS LIVROS DIDÁTICOS

É consenso que uma das principais ferramentas pedagógicas atualmente utilizadas nas escolas seja o livro didático. Ainda que tenha sido alvo de muitas críticas acadêmicas, muitos/as professores/as não conseguem se desvincular de maneira alguma da ideia de que as aulas têm que seguir à risca o que está nessa ferramenta, seja por motivo de (falta de) tempo ou, infelizmente em alguns casos, por comodismo. A questão é que a importância dos livros didáticos no cotidiano docente é imensa, visto que os parâmetros das discussões em sala de aula comumente saem dali e, no caso dos livros de português, muitas vezes são os exemplos de literatura que estão empregados neles que serão tidos como basilares na vida

dos/as estudantes. No entanto, o quão democráticas são as escolhas literárias contidas nesses livros didáticos? Quem pode falar nesses livros enquanto autor/a legítimo/a de literatura? Que tipo de relação há entre quem escreve essa literatura e o público que irá trabalhar com ela? De acordo com bell hooks, “A aceitação da descentralização global do Ocidente, a adoção do multiculturalismo obrigam os educadores a centrar sua atenção na questão da voz. Quem fala? Quem ouve? E por quê?” (hooks, 2017, p. 57). Dessa forma, pensamos em concordância com Florisbete de Jesus Silva quando diz que

[...] analisar um livro didático é compreender o modo como os sentidos são produzidos nos diversos textos que o constituem, para poder entender e dizer que outros sentidos podem ser reconhecidos, de que lugar eles se originam, de que modo são instituídos pelas relações linguísticas imbricadas num processo litigioso que indica a contradição, o jogo, o conflito. (SILVA, 2017, p. 75)

Nosso questionamento inicial se pautava na busca por Carolina Maria de Jesus em trechos literários contidos nos livros didáticos de português dos três anos do ensino médio adotados na cidade de Mariana (MG) pelo PNLD 2015-2017 e PNLD 2018-2020 e na análise de como esses trechos eram trabalhados pelos livros. Mas Carolina não apareceu, a não ser em uma pequena indicação de leitura num quadro informativo. E uma constatação foi, paulatinamente, nos incomodando: quase nenhuma mulher aparecia enquanto autora de literatura naqueles livros. E isso nada tem de ingênuo ou de coincidência. A não escolha de autoras como exemplos literários, a ausência da voz feminina autoral nos instrumentos pedagógicos, é uma das maneiras de se negar às mulheres o direito de representarem a si próprias, o direito de se expressarem a respeito de quaisquer assuntos, o direito de serem vistas como exemplo. Quando reconhecemos que o livro didático “é atravessado por enunciações oriundas de acontecimentos que têm marcado o espaço político mundial e local, contribuindo tanto para mudanças de posicionamentos, quanto para a legitimação de modos de dizer” (SILVA, 2017, p. 74) e percebemos que são quase nulas as participações das mulheres nos livros didáticos analisados em questão, de modo lógico vemos que a literatura escolar não tem permitido à mulher contribuir para essas *mudanças de posicionamento* pretendidas. Não há, nos livros didáticos aqui explorados, espaço para a *legitimação dos modos de dizer* provenientes da voz feminina.

Buscamos pelos livros didáticos nas bibliotecas das escolas de ensino médio da cidade de Mariana-MG, sendo solicitado, em todas, um exemplar de cada série (1º, 2º e 3º ano) dos livros de português que estavam sendo utilizados nos períodos descritos. O empréstimo dos

livros só foi aprovado em cada uma das escolas mediante solicitação escrita e assinada pelos meus orientadores de mestrado e autorização explícita da direção das escolas. Todos os livros do PNLD vigente foram localizados e emprestados, no entanto, algumas escolas não possuíam todos os exemplares dos livros do PNLD anterior em seu acervo, e o motivo disso foi o mesmo dado por cada uma das bibliotecárias com quem tivemos contato: quando se muda o PNLD, os livros não mais utilizados são descartados de uma vez, permanecendo apenas alguns exemplares no acervo da escola, no entanto, há o problema do empréstimo e não devolução desses livros, principalmente por parte de estagiários/as e pesquisadores/as. Dessa forma, o acervo das bibliotecas fica desfalcado e não há muito o que se fazer quanto a isso. Sendo assim, ao explorarmos os livros didáticos os quais pudemos analisar, nos deparamos com os seguintes e assustadores dados:

PNLD 2015 - 2017

LIVRO DIDÁTICO	Nº TOTAL DE AUTORXS	Nº DE AUTORAS (%)
Ser protagonista: Língua portuguesa, 1º ano: ensino médio / obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM ; editor responsável Rogério de Araújo Ramos. - 2. ed.- São Paulo: Edições SM, 2013.	89	7 (7,86%)
Ser protagonista: Língua portuguesa, 3º ano : ensino médio / obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM ; editor responsável Rogério de Araújo Ramos. - 2. ed. - São Paulo: Edições SM, 2013.	82	3 (3,65%)
CEREJA, William Roberto. Português: linguagens, 2 / William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. - 9. ed. - São Paulo : Saraiva, 2013.	44	3 (6,81%)

CEREJA, William Roberto. Português: linguagens, 3 / William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. - 9. ed. - São Paulo : Saraiva, 2013.	74	5 (6,75%)
--	----	-----------

PNLD 2018 - 2020

LIVRO DIDÁTICO	Nº TOTAL DE AUTORXS	Nº DE AUTORAS (%)
ORMUNDO, Wilton. Se liga na língua: literatura, produção de texto, linguagem / Wilton Ormundo, Cristiane Siniscalchi. - 1. ed. - São Paulo: Moderna, 2016. Obra em 3 v.: 1. 1.Português: Ensino médio	67	7 (10,44%)
ORMUNDO, Wilton. Se liga na língua: literatura, produção de texto, linguagem / Wilton Ormundo, Cristiane Siniscalchi. - 1. ed. - São Paulo: Moderna, 2016. Obra em 3 v.: 1. 2.Português: Ensino médio	59	3 (5,08%)
ORMUNDO, Wilton. Se liga na língua: literatura, produção de texto, linguagem / Wilton Ormundo, Cristiane Siniscalchi. - 1. ed. - São Paulo: Moderna, 2016. Obra em 3 v.: 1. 3.Português: Ensino médio	56	7 (12,5%)

CEREJA, William Roberto. Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso, vol. 1 / William Roberto Cereja, Carolina Assis Dias Vianna, Christiane Damien Codenhoto. - 1. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.	50	8 (16%)
CEREJA, William Roberto. Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso, vol. 2 / William Roberto Cereja, Carolina Assis Dias Vianna, Christiane Damien Codenhoto. - 1. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.	34	3 (8,82%)
CEREJA, William Roberto. Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso, vol. 3 / William Roberto Cereja, Carolina Assis Dias Vianna, Christiane Damien Codenhoto. - 1. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.	51	8 (15,68%)

Compreendemos a importância do desfalque de 2 (dois) volumes de exemplares dos livros didáticos do PNLD 2015 - 2017 para uma análise científica completa de uma pesquisa acadêmica, mas ao percebermos que, nos 10 (dez) livros explorados, a porcentagem de autoras a serem utilizadas varia entre 3,65% e 16% podemos supor que os dois livros faltantes não ultrapassem essa baixa representatividade de mulheres em seus conteúdos. Em anexo, temos a relação *autores/as x menções* em cada um dos livros.

É gritante a disparidade entre a utilização de autores e de autoras, entre literatos/as e estudiosos/as, nos livros que as escolas têm para si como basilares na formação de seus/suas estudantes! É preocupante a forma explícita de exclusão da literatura feminina dos compêndios escolares e a não-problematização quanto a esse fato!

De acordo com Eudma Elisbon,

Especificamente sobre o livro didático, o fato é que sua natureza, seu formato, seus leitores, seus objetivos, sua circulação, sua materialidade, as coerções às quais está submetido, os interesses do mercado bilionário no qual está inserido e, sobretudo, “em razão da dimensão política e cultural de que se reveste, na medida em que

representa valores da sociedade, inclusive em relação à eleição de certos conhecimentos e de processos considerados como os mais adequados para ‘perpetuá-los’ ou ‘transmiti-los’” (DALVI, 2010, p. 89), enfim, tudo isso atua não somente nas incontáveis formas de apropriação, como nas condições de composição e, portanto, na constituição de um formato de autoria próprio, específico, singular. (ELISBON, 2018, p. 127-128)

Essa ideia de um tipo de composição fixa, de uma objetividade invariável, acaba por tornar o livro didático um instrumento engessado, preso aos ideais vigentes na sociedade. Dessa forma, fica mais fácil compreender os dados acima expostos: se a sociedade nunca permitiu à mulher expressar-se abertamente, representar-se livremente, não seria na confecção dos livros didáticos que essa permissão seria dada. Se é por meio do livro didático que o processo de ensino-aprendizagem será balizado, ele nada teria de feminino ou de feminista em seu conteúdo, visto que não é esse tipo de cidadão/ã que a nossa sociedade machista e misógina pretende formar. Citando Farah, novamente trazemos Elisbon para nossa discussão:

[...] o movimento feminista reconhece a atuação do livro didático como divulgador de representações sociais e sugere a “reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos, de forma a eliminar referência discriminatória à mulher e propiciar o aumento da consciência de gênero acerca dos direitos das mulheres” (FARAH, 2004, p. 57 apud ELISBON, 2018, p. 64)

E nossa inquietação se faz no questionamento: até quando? Até quando não teremos mulheres falando sobre mulheres ou sobre quaisquer outros assuntos abordados pelos livros didáticos? Até quando nossas referências literárias serão masculinas e majoritariamente brancas? Até quando não teremos exemplos de escritoras, mais especificamente, de escritoras negras em nossas atividades escolares? Até quando nossas alunas não se sentirão representadas na literatura escolar e até quando nossas alunas negras se sentirão menos representadas ainda?

Precisamos nos atentar à importância da escola, do ambiente escolar, no processo de construção identitária dos/as estudantes e, nesse aspecto, os/as estudantes negros/as são, inevitavelmente, mais prejudicados. Sobre isso nos diz Nilma Lino Gomes:

[...] a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma. (GOMES, 2005, p. 44)

Sabemos que “a literatura brasileira é repleta de escritores afro-brasileiros que, no entanto, por vários motivos, permanecem desconhecidos, inclusive nos compêndios escolares” (EVARISTO, 2009, p. 27), e que, em razão disso, a ideia de representação do corpo negro, a ideia positiva de representação do corpo negro, é dificultada em nível extremo. Pouco se fala da negritude na escola sem que o tom seja depreciativo e comumente associado à imagem da escravidão; menos ainda se ouve a voz negra falar.

“Estas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil.” (GOMES, 2005, p. 53).

E é por termos ciência da importância das discussões suscitadas e dos exemplos a serem tomados ao longo da trajetória escolar das/os estudantes, por reconhecermos que representatividade importa e que é imprescindível a existência de liberdade para debater as questões de gênero num ambiente seguro: é por tudo isso que estamos aqui problematizando as condições que o ensino atual de literatura tem nos imposto e criando alternativas, meios de driblar as opressões sociais, questionando-as, ao mesmo tempo em que enaltecemos as vozes de mulheres que nunca puderam falar por si. Ainda que as narrativas não sejam necessariamente um relato de si, capaz de produzir formas de reconhecimento, elas criam as possibilidades para este relato (BUTLER, 2015).

2 ARTICULAÇÕES ENTRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E LITERATURA MARGINAL

Quando voltamos nosso olhar para o universo educacional e toda a sua complexidade, suas estruturas e seus objetivos, percebemos que não há fenômeno social que não reflita diretamente na educação e na vida dos indivíduos a ela relacionados. Sendo a escola aquele microcosmo repleto de gente proveniente dos mais diversos contextos e funcionando a partir de influências das mais distintas naturezas, todo fenômeno social que é ali produzido ou reproduzido é também passível de investigação, podendo despertar o interesse de quem sabe que dentro da escola muitas das estruturas da sociedade podem ser observadas, analisadas e, quiçá, inicialmente modificadas. O potencial da Educação, para alguns tão evidente, para outros tão negligenciado, tem se mostrado abundante no que diz respeito a temas, assuntos e categorias/noções quando tomado como objeto de estudo, principalmente se compreendemos o sujeito e a sociedade como indissociáveis e consideramos que toda ação relacionada à Educação tem influência e consequência diretas tanto dentro quanto fora da escola.

A Educação, enquanto instrumento de modificação da sociedade e formação do sujeito, possui uma força que não apenas liberta o educando, mas que também produz outras formas de inteligibilidade dos sujeitos, dando ao/a estudante contextos discursivos para compreender e questionar a sociedade que o constrói e que é construída por ele, recusando processos que negam outras formas de existência que desafiam a heteronormatividade¹, lembrando que

não existe indivíduo sem sociedade, nem sociedade sem indivíduos, que uma e outra são produtos e fatores de uma situação única – vida social – e que essa situação por isso mesmo que é o resultado de uma constante interação de elementos

¹ O conceito de *heteronormatividade*, segundo Louro (2009) diz respeito “à produção e à reiteração compulsória da norma heterossexual” (p. 90), ou seja, o alinhamento entre sexo-gênero-sexualidade.

diversos, é essencialmente móvel e dinâmica, para logo percebemos (sic) que não existe o problema do *indivíduo* versus *sociedade*. (DEWEY, 2010, p. 50)

A condição de desigualdade social, no que tange à hierarquia de poder e à liberdade do corpo em que muitos indivíduos vivem, produz sujeitos articuladores de vozes desconsideradas dentro de uma sociedade hostil, machista e preconceituosa que insiste em mantê-los à margem da produção do regime de verdade, subalternizados, e tratá-los como sujeitos constituídos por estigmas que os desvalorizam.

Partindo desta compreensão e pensando na literatura dentro da escola, tendo em mente o que vamos chamar de função social da literatura, sendo que, segundo Antonio Candido, “a função social (ou "razão de ser sociológica", para falar como Malinowski) comporta o papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de uma certa ordem na sociedade” (2006, p. 54), e sabendo também da importância da literatura enquanto componente do currículo básico educacional brasileiro, cabe aqui a tentativa de junção da discussão de gênero e da utilização da literatura marginal como instrumento didático. A respeito dessa função da literatura, Mei Hua Soares (2008), tratando da relação entre a literatura marginal-periférica e a escola, diz:

Com relação à ideia de função da literatura podemos depreender que, como expressão artística, a literatura provavelmente não poderia ser reduzida a apenas uma função, que já a arte consiste em fenômeno altamente complexo, que atinge camadas diversas e projeta-se ao longo dos tempos e do espaço entre os seres. Mas enquanto disciplina curricular, matéria escolar, a literatura acaba prestando-se a determinados objetivos que não apenas artísticos, mas pedagógicos educacionais. Eis aqui então um problema: se a arte é praticamente indefinível devido a sua complexidade, o que surge nas escolas parece ser apenas uma das facetas da literatura, ou seja, a literatura aparece na escola como arte escolarizada, engavetada, chapada, não mais múltipla e dotada de excentricidades e desdobramentos. Mesmo assim, continua a consistir em um instrumento subversivo, até mesmo no combate a esse “engessamento” escolar a que foi condicionada. (SOARES, 2008, p. 27-28)

Quando falamos de literatura, vemos que a relação entre autor/a-obra-leitor/a permite que vários assuntos, sendo eles das mais diferentes naturezas, possam ser escritos, lidos e interpretados (além de assimilados) nos mais variados tempos e espaços e com as mais diversas finalidades. O desenvolvimento da criticidade de um/a cidadão/ã perpassa pelo modo como ele/a absorve e entende tudo o que acontece à sua volta, inclusive tudo aquilo que lhe chega por meio da linguagem verbal e não-verbal. Cabe refletirmos que o entendimento do que se passa na sociedade como um todo e como isso afeta a própria

Carolina de Jesus e a cada um dos que a rodeiam são assuntos largamente tratados por essa autora em seu diário. Sua compreensão política acerca dos fatos que constroem seu dia-adia mesclados com seus desabafos ante tanta injustiça e sensação de impotência são, na verdade, críticas pesadas e ferrenhas a todo um sistema que pouco se empenha em garantir o mínimo para a sobrevivência daqueles que se encontram em situação de miséria; e esse quadro tende a ser mais opressor e abusivo caso a sociedade não te reconheça como um homem branco dentro desse sistema perverso. Carolina nunca se sentiu parte da favela, também nunca concordou com a situação de vida daqueles que ali residiam com ela e sempre teve consciência de que, para ela, mulher e negra, as possibilidades de ação inevitavelmente seriam mais escassas e mais espessas. Por meio da sua literatura, ela provou que se faria ouvir, se faria entender e nos colocaria em contato com um relato potente proveniente de uma voz forte, de um discurso enérgico de uma mulher que se indigna com as condições da realidade e exige respostas. Um exemplo disso nos é dado por Carolina que, em meio à miséria que a assola ali no contexto da favela do Canindé, não adere à ideia de que a vida seria mais fácil, menos triste, simplesmente por estar acompanhada de um homem:

3 de maio: Hoje é domingo. Eu vou passar o dia em casa. Não tenho nada para comer. Hoje eu estou nervosa, desorientada e triste. Tem um português que quer morar comigo. Mas eu não preciso de homem. Eu já lhe supliquei para não vir aborrecer-me. (JESUS, 1969, p. 155)

Sendo assim, a literatura serve também como impulsora na abertura a performatividades de gênero em que a desigualdade de condições e a subalternização não fossem tomadas como destino inevitável na experiência dos sujeitos, mas como plano de fundo de discussões.

É um fato sabermos que a literatura, enquanto conjunto de obras carregadas de sentido sendo formuladas por autores/as com suas intenções, sejam elas pessoais, políticas ou culturais, tende a fazer parte da vida da grande maioria dos/as cidadãos/ãs brasileiros/as ao menos por alguns anos (talvez apenas os anos escolares), visto a obrigatoriedade do ensino dessa área do conhecimento inserida no currículo escolar nacional. No entanto, também é um fato que a literatura não se restringe apenas ao que tem sido ensinado na escola, ou seja, uma quantidade infindável de autores e de obras com datas a serem memorizadas, tudo dividido metodicamente em escolas literárias com datas de início e fim. “[...] Como formar leitores críticos e autônomos, preparando-os com um material que carece ele próprio de certa dose

de autonomia e crítica, a reproduzir na maior parte das vezes, normas e discursos já padronizados?” (FARIA, 2009, p. 66).

Vale salientar que os/as autores/as e obras contemplados pela escola são parte apenas, quase sempre, do que conhecemos como *cânone literário*. Quando pensamos nesses *cânones*, logo nos vemos atados a obras que exigem mais esforço uma maior aproximação entre a linguagem ali utilizada e quem a lê, sendo essa linguagem afastada da usual (não só por motivos estéticos, mas também pela diferença lexical histórica), o que acaba por criar um importante percalço que tende a separar os/as alunos/as, inclusive os/as do Ensino Médio (os/as quais esperamos já ter um contato maior e mais efetivo com o hábito da leitura), da literatura trabalhada em sala de aula. “Em sala de aula, a leitura literária de textos mais ‘canônicos’ encontra resistência dos alunos decerto também porque representa uma cultura institucionalizada e escolarizada, na qual eles não encontram ressonância, pela qual não se sentem ‘lidos’” (SOARES, 2008, p. 34).

Mas o que também precisa ficar claro aqui para entendermos, em partes, como esse complexo mundo de regras do livro didático se mostra diante de nós é que o próprio conceito de *cânone* tem na sua origem e utilização ao longo do tempo a explicação para a nossa persistência contrária quanto a sua constante aplicação no universo escolar. Ao discutir alguns estudos acerca do cânone, Silvio Pereira da Silva (2015) encontra nas palavras de Leyla Perrone-Moisés a explicação sobre esse conceito e afirma:

Leyla Perrone-Moisés (1998), ao discutir o cânone, afirma que o termo é de origem grega *kánon*, e remete à ideia de regra, modelo ou norma, usado inicialmente no campo religioso, relacionado, em princípio, às normas de conduta moral e, posteriormente, passa a ser utilizado também para se referir a livros importantes da Igreja: a um conjunto de textos considerados autênticos e inspirados por Deus para orientar os cristãos. [...] A aplicação do termo aos livros de literatura ocorre, segundo a autora, na Idade Média, quando adquire o sentido de lista, onde constam obras e escritores merecedores de deferência ou destaque. (SILVA, 2015, p. 202)

De acordo com esse autor, durante muito tempo essa ideia de *cânone* foi usada para selecionar, classificar, separar e avaliar o que era digno de atenção ou não segundo as determinações das forças religiosas. Com o tempo, o conceito de cânone passou a se aliar ao conceito de clássico, definindo textos e autores seletos, que transcendem o tempo e revelam valores tomados como universais (SILVA, 2015, p. 202). Compreendendo a situação cambiante desse conceito, entendemos também a postura confusa que o autor assume ao fazer essa explicação. Ao mesmo tempo que assume que esse processo de seleção é excludente, estabelecendo parâmetros unilaterais de qualidade, o autor diz considerar o cânone aquilo

que define um conjunto de obras importantes para determinada cultura e agrega valor a essas obras e seus autores. Nos parece arriscada a aceitação dessa ideia de valorização e de definição do que é importante dentro da cultura quando pensamos que, na verdade, o processo de valoração cultural é também embebido por regras normativas pertencentes ao discurso dominante. Compreendemos que o processo de classificação é inerente à literatura e à cultura em si, no entanto não podemos ignorar o fato de que isso também se torna uma forma de marginalização, discriminação e separação, visto que o que não é considerado importante culturalmente tende a ser reprimido e desconsiderado.

Paralelamente à discriminação da literatura marginal em relação ao cânone, podemos pensar na repressão que as questões de gênero têm sofrido dentro do universo educacional. Esse tema tem sido visto como *maldito*, impróprio para discussões escolares, embora seja previsto e respaldado pelos Planos de Educação. De acordo com REIS e EGGERT (2017),

percebe-se que se formou uma aliança composta por evangélicos e católicos mais ortodoxos, quando não fundamentalistas, bem como organizações conservadoras/reacionárias que defendem o que chamam de família e costumes tradicionais, unidas em divulgar e disseminar informações distorcidas para impedir que se alcance a equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual, conforme vem sendo ratificado internacional e nacionalmente há décadas com a intenção de diminuir as discriminações e as violências baseadas em gênero. (p. 18)

É perceptível a propagação de discursos que pregam o medo e a desconfiança quanto à realização desse tipo de discussão nas escolas, sugerindo que uma conversa aberta sobre temas como gênero, sexo e sexualidades tende a influenciar os estudantes e disseminar algum tipo de inversão de valores. Nos questionamos, entretanto, a respeito desses mesmos valores que, na realidade, prescrevem regras e parecem sugerir que nada há de errado no fato de as mulheres serem constantemente vistas e julgadas como subalternas, ou no fato de as experiências daqueles que vivenciam outras formas de existência que não pautadas na heteronormatividade possuírem menor valor socialmente. Essa resistência quanto à reflexão de temas tão intrínsecos ao desenvolvimento das crianças e dos/as jovens se mostra como uma empreitada da ordem do impossível, visto que as questões de gênero, sexo e sexualidades atravessam o cotidiano escolar inevitavelmente, pois esses são aspectos inerentes à formação do sujeito, à construção de sua subjetividade e à sua relação com os demais sujeitos com os quais tem contato.

Caso parte do trabalho feito em sala abrisse mão da utilização compulsória apenas de obras canônicas e fosse realizado com a utilização da literatura marginal, tendo-se sempre

em mente toda a sua estrutura, complexidade, força, diversidade de temas e representatividade, muitas das discussões de cunho social que deveriam ser suscitadas durante as aulas seriam, possivelmente, facilitadas:

Sem acompanhar as mudanças propostas, a literatura, como disciplina escolar, não é capaz de responder às necessidades de formação de um sujeito leitor que usufrua seja do patrimônio literário de nosso país, seja de outra modalidade de literatura reconhecida como boa literatura dentro do campo literário. (Faria, 2009, p. 12)

Sabemos que a literatura enquanto arte tem acompanhado as mudanças sociais, cabendo dentro dela as mais variadas criações e possibilidades de sujeitos, personagens dotados de densidade psicológica e pertencentes a realidades por vezes condizentes com as quais nos deparamos com frequência. No entanto, enquanto disciplina escolar, a literatura se mostra parada no tempo, acomodada de tal modo que ela pouco desperta a atenção, pouco defende sua própria utilidade na formação dos sujeitos dentro da escola.

Sabe-se que a literatura marginal faz-se muito ampla devido ao fato de poder possuir mais de um significado dentro do universo literário. Segundo Érica Peçanha do Nascimento (2006), a “(...) literatura marginal se tornou uma rubrica ampla que abrange a inserção dos escritores no mercado editorial, as características dos produtos literários, um tipo de atuação literária-cultural, ou ainda, a condição social do escritor.” (p. 12). E cada um desses aspectos tende a influenciar efetivamente na obra literária, seja nos efeitos de produção de sentido, seja na estrutura física da obra produzida, no que diz respeito ao seu meio de veiculação. Lembrando o que diz Otacílio de Oliveira Júnior (2016):

No mínimo podemos dizer que enquanto uns celebram a literatura como forma de distinção social, nos lembramos de que essa distinção é veículo de violência. [...] O conjunto de experiências nomeadas como Literatura Marginal Periférica é parte desse longo processo de apropriação do universo letrado por grupos em posição de subalternidade no Brasil. (p. 71)

Desde os anos de 1970, quando se passou a ter conhecimento do que vinha a ser a literatura marginal, surgiram autores como João Antônio e Plínio Marcos, que se dedicaram a escrever sobre temas pouco trabalhados literariamente, como o cotidiano dos ditos “malandros”, a prostituição e os problemas sociais que assolavam aqueles que nunca eram considerados socialmente, que nunca participavam das tomadas de decisão de grande porte, que jamais eram ouvidos nem sequer lembrados pelos detentores do poder. Esse grupo de autores assumiu uma postura combativa dentro daquele contexto opressor ditatorial, sendo

vistos como *malditos*, empregando linguajares pouco usuais no campo da literatura para falar daquilo que, por meio da literatura, não se falava. Dentro do contexto de Ditadura Militar, eles juntamente com outros/as autores/as conseguiram abrir espaço para expôr suas obras, falando dos temas que lhes pareciam pertinentes e utilizando seus próprios métodos alternativos de produção e divulgação, embora o contexto político não fosse favorável a isso (PEÇANHA, 2006). Desse modo, nos deparamos, desde então, com uma literatura de resistência, contra-corrente, riquíssima em assuntos e intenções, capaz de, ao mesmo tempo, sensibilizar e persuadir e que deveria, portanto, ser utilizada, simultaneamente, como forma de letramento e conscientização das desigualdades sociais. “[...] Nessa partilha que liga criação artística, mercado, estado, estigmatização e politização, a visibilidade alcançada é, sobretudo resultado de silenciamentos e lutas, frustrações e conquistas diversas” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 79).

Um aspecto que favorece a utilização de obras literárias marginais como forma de letramento e instrumento de conscientização no Ensino Médio consiste nas atividades de reflexão social que essas obras podem proporcionar quando bem utilizadas ao longo das aulas de literatura.

Há anos, o que se ouve de forma contínua e repetida é que as obras literárias têm sido exploradas quase que única e exclusivamente em suas estruturas e formas de composição ou ainda quando o foco passa a ser a biografia do autor, ou seja, o conteúdo da obra deixa de ser o foco (BUNZEN; MENDONÇA, 2006). Pouco se aprofunda nas discussões de interpretação e na aplicação dos conteúdos discutidos na vida particular e social de quem os discute na sala de aula. As atividades propostas pouco diferem da norma: atividades de memorização quanto às datas das escolas literárias, quanto à vida pessoal do autor sem inseri-lo num contexto social e político enquanto escritor e atividades de aplicação de regras gramaticais em trechos literários.

Caso houvesse nas obras didáticas maior espaço para textos ainda não consagrados, ou não canônicos, poderia haver de fato um estudo mais significativo dessa produção, ainda que, sem a devida atenção da crítica, não seria possível analisá-la como se faz com os textos consagrados. A nosso ver, tal aspecto não seria um problema, pois compreendemos que, desse modo, a leitura seria mais livre e poderia despertar um interesse maior nos estudantes pelos textos literários. (SILVA, 2015, p.38-39)

Caso esse tipo de discussão seja efetivado, os debates proporcionados por obras da literatura marginal poderão ser potencialmente regados a discussões sociais mais próximas

dos/as estudantes, o que tende a favorecer a escola na sua função de formadora de sujeitos que consigam com facilidade refletir e criticar aquilo que acontece no seu contexto. De acordo com Faria (2009):

Entende-se que o conhecimento considerado mais importante pode ser definido a partir das características do indivíduo a ser formado tais como: que tipo de pessoas queremos formar? Qual perfil é mais adequado para a sociedade que almejamos - o perfil racional e ilustrado do ideal humanista de educação ou o perfil competitivo e competente, de modo a se encaixar nos moldes neoliberais de educação? Ou um sujeito crítico, capaz de analisar agudamente os arranjos sociais existentes? (p.33)

Por ser uma esfera literária que abarca o não-canônico, aceita-se, na literatura marginal, que o espaço de discussão tenha por base assuntos estigmatizados socialmente. Temos, assim, autores/as pertencentes à margem de uma sociedade completamente hostil a tudo aquilo que foge do padrão, da “normalidade”, tentando immortalizar sua voz literária e marginal, transformando os problemas cotidianos enfrentados por eles/as próprios/as e seus semelhantes em poesia, teatro e prosa, formas elevadas de literatura por excelência.

2.1 O CORPO E AS REGULAÇÕES DISCURSIVAS

Ao nos depararmos com essa vertente da literatura que trata dos problemas sociais, temos à nossa frente um horizonte de discussões possíveis e que são, até então, pouco exploradas dentro de sala de aula. É através da literatura marginal que os debates e os momentos de reflexão acerca de gênero, do racismo, do preconceito, do preconceito linguístico, da homofobia e da conjuntura política, dentre outros assuntos, poderão ser facilitados. Esse contato direto com uma literatura que trata dos estigmas sociais através de uma linguagem de rápido entendimento e de comoção instantânea permite não apenas a fruição, mas também o desenvolvimento de estratégias de ação a respeito desses estigmas. Sendo a sala de aula o espaço desde sempre destinado à formação de cidadãos/ãs críticos/as e atuantes na sociedade, o trabalho de letramento e conscientização por meio desse estilo literário vem com o intuito de somar, de acrescentar para o crescimento não de estudantes prontos/as para a sociedade hostil que os circunda, mas estudantes conscientes e críticos/as, munidos/as de ferramentas e argumentos intelectuais, prontos/as para se inserir nessa sociedade e modificá-la sempre que isso se fizer necessário.

Não se trata de “permissividade”, onde tudo vale, mas de um esforço de reflexão no sentido de compreender as relações de força dos campos cultural e educacional que, muitas vezes, terminam por banir culturas que poderiam não só ampliar o universo escolar, mas ajudá-lo a se tornar menos excludente e mais verdadeiro. (SOARES, 2008, p. 50)

É nesse contexto que vemos uma ligação efetiva entre a luta cotidiana das mulheres e a batalha que também enfrenta a literatura marginal: ambas se pautam na vontade de uma profunda transformação social. As feministas têm lutado por espaço, por visibilidade, sempre alertando para o perigo da reprodução de normas tidas como tradicionais sem a devida reflexão prévia, sempre apontando para as injustiças e para a violência que as mulheres sofrem diariamente, vistas como inferiores ou menos capazes. De acordo com Avtar Brah (2006), “a força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas [...]” (p. 342). Compreendendo, porém, que as vertentes feministas foram se desdobrando à medida em que as peculiaridades de cada vertente foram sendo explicitadas e consideradas pelas militantes do movimento, recorremos aqui à noção de *diferença* que essa autora nos traz, segundo a qual entendemos que esse conceito “se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. [...]” (BRAH, 2006, p. 374). Em outras palavras,

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. (BRAH, 2006, p. 341)

E, em seguida, Brah completa:

O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. (BRAH, 2006, p. 341)

Por se tratarem de ações regulatórias, quase em sua totalidade machistas e misóginas, tão arraigadas, habituais e radicadas, diversas vezes as pessoas só se dão conta da complexidade das suas atitudes corriqueiras quando se deparam com as denúncias acerca de

atitudes semelhantes. Quando percebemos que Carolina Maria de Jesus também faz de sua literatura maldita um instrumento de denúncia contra a desigualdade de gênero a qual ela está submetida, encontramos aquilo que podemos chamar de verdadeira força motriz para o nosso estudo. Sabemos que o contexto da desigualdade muda conforme mudam os sujeitos e os seus entornos e é nisso que nos pautamos ante a complexidade e diversidade do que conhecemos como opressão. Conseguindo cursar apenas dois anos completos do ensino regular, sobrevivendo durante a maior parte da vida por meio de uma profissão nada prestigiada e sendo criada em um contexto criticamente hostil, a consciência acerca da questão das mulheres visando mudanças estruturais na sociedade é constantemente presente nessa obra de Carolina. Ela se rebela frente ao que lhe indigna, descrevendo, desabafando e analisando o que presencia, fazendo de seu diário praticamente um documentário redigido à mão sobre sua própria vida oprimida e tudo o que nela lhe desagrada, problematizando a presença e a representação do feminino nos seus escritos.

Embora seja perceptível a abertura dos espaços sociais, desde os anos 1960, para as minorias que defendem a bandeira da diversidade, tudo o que escapa ao controle dos que detém o poder ainda é visto como transgressor, subversivo, desviante. Nada é linear quando pensamos na experiência humana, é senso comum que mesmo os que viveram os loucos anos da década de 1960 nem sempre sustentam ou sustentaram aquele momento de abertura. E, para que as regras impostas acerca do gênero não tenham seu valor rebaixado e ainda exerçam seu controle sobre os sujeitos, as ações regulatórias estão presentes em todos os cantos, das mais variadas formas, por vezes de modo discreto e sutil, por vezes de maneira escancarada. Basicamente tudo o que compõe o cenário social atual é embebido pelas normas de gênero, tudo tem seu lado masculino e seu lado feminino, tudo é destinado a um certo público e privado a outro devido às diferenças sexuais biológicas entre os indivíduos.

Se o dispositivo da sexualidade é uma rede de saberes e poderes que se apropria do corpo em sua materialidade viva e, assim, o investe de significação e inteligibilidade, então não faria sentido atribuir qualquer relevância à noção do 'sexo', a qual não passaria de uma ideia confusa e abstrata, porém extremamente eficaz no interior do dispositivo que a engendrou. (DUARTE; CÉSAR, 2016, p. 953)

As regulações discursivas, que são capazes de decretar lugares de fala, de vestir ou despir alguém conforme padrões pré-definidos e de decidir qual dos sexos é superior e por isso tem o poder, estão presentes em toda fala e nos atinge por todos os lados, seja por meio da televisão, da música, do cinema, da mídia, de posições religiosas etc, e são reproduzidas

de maneira reiterada, interferindo de modo direto nas relações sociais, seja no ambiente familiar, escolar, do trabalho ou do lazer. De acordo com Foucault (1999),

O sexo, essa instância que parece dominar-nos, esse segredo que nos parece subjacente a tudo o que somos, esse ponto que nos fascina pelo poder que manifesta e pelo sentido que oculta, ao qual pedimos revelar o que somos e liberar-nos o que nos define, o sexo nada mais é do que um ponto ideal tornado necessário pelo dispositivo de sexualidade e por seu funcionamento. (p. 145)

A respeito da “noção de sexo” sobre a qual discorre Foucault em *História da Sexualidade I* (1999), vemos que os autores André Duarte e Maria Rita César (2016) consideram essa análise da sexualidade um “dispositivo histórico de poder-saber” que não pretendia apagar o corpo ou o sexual da história, mas, sim, “mostrar como poderes e saberes históricos, datáveis, investiram e constituíram o corpo do indivíduo moderno como unidade cujo centro de significação se encontraria justamente no sexo” (DUARTE; CÉSAR, 2016, p. 951).

Por serem normas tão recorrentes no cotidiano de qualquer indivíduo, essas ações regulatórias, quando contraditas, despertam nos demais o dever de se portar como um policial dos bons costumes, cabendo a todo e qualquer cidadão, segundo o imaginário social, zelar pela tradição e pela moral de toda uma sociedade, se sentindo no direito, assim, de fazer prevalecer o discurso dos que detêm o poder, se apropriando desse discurso e reprimindo quem se nega a ele. A todo tempo existe alguém que se vê no direito de *corrigir* a postura corporal de algum semelhante, o tom da voz, a vestimenta, que se vê no direito de ditar o que lhe cabe, sabendo antecipadamente (ou julgando saber) apenas qual o sexo biológico dessa pessoa. Quando Duarte e César (2016) estudam e discorrem sobre o dispositivo da sexualidade, trazem para a reflexão as ideias de Judith Butler quando ela diz que

[...] os substantivos ‘homem’ e ‘mulher’, bem como os atributos e predicados de gênero que correspondem ao masculino e ao feminino somente assumem seu caráter de entidades estáveis e identificáveis, supostamente reais e substanciais, no interior de uma grade normativa organizada pelo binarismo de gênero, articulada pelo princípio da heterossexualidade como regra (p. 957).

Essa sensação de corpo preso, de liberdade negada, de essência reprimida e comportamento prescrito tem tomado a atenção de diversas pessoas, se manifestando por meio de protestos na rua (como a *Marcha das Vadias* e a *Parada do orgulho LGBTIQAextenso da sigla*), abrindo espaço para discussões públicas a respeito de abusos e

desigualdades que ganham grandes repercussões, exigindo lugar nas pesquisas acadêmicas e/ou científicas, principalmente na área da educação, antropologia e da psicologia, se fazendo perceber também na literatura que permite tratar de assuntos polêmicos, visto que, ainda seguindo a cadeia de pensamento de Butler, percebemos que “as normas sociais que estabelecem e afirmam a continuidade necessária entre sexo, gênero, prática sexual e desejo são as mesmas que produzem e proíbem as discontinuidades nessa cadeia” (DUARTE; CÉSAR, 2016, p. 957).

Fazendo uma ponte entre os estudos de gênero e o universo educacional, temos Guacira Lopes Louro com sua obra *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2000), na qual, dentro do compilado de artigos e ensaios que conversam a respeito desse tema, nos deparamos com o ensaio de Butler intitulado *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo* (2000). Nele, a autora afirma que “o ‘sexo’ é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas” (BUTLER, 2000, p. 151-152), não podendo ser reduzido a “um simples fato ou condição estática de um corpo” (p. 152), mas a um processo pelo qual o sexo é materializado conforme as normas regulatórias e sua reiteração forçada. E é depois dessa explicação acerca do que vem a ser a noção de “sexo” e como isso influencia na materialização do corpo que ela constrói seu argumento e discorre a respeito do que entendemos por *performatividade*. Ela diz:

Mas como, então, a noção de performatividade de gênero se relaciona com essa concepção de materialização? No primeiro caso, a performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. [...] as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (BUTLER, 2000, p. 152)

Temos no discurso uma potente força tanto para a produção quanto para a reprodução dessas normas regulatórias às quais nos percebemos presos/as. Dessa forma, a performatividade de gênero está presente também no discurso, no modo como nos portamos ao proferir um discurso, na escolha lexical que fazemos, no lugar de fala que assumimos quando estamos com a palavra... Pelo fato de a performatividade de gênero presente no discurso se tratar de uma *prática reiterativa*, não uma performance, é preciso um olhar um tanto mais atento para conseguirmos refinar nossa recepção enquanto destinatários/as de quaisquer discursos. Essa ideia se torna mais clara se pensarmos no fato discutido por

Foucault (1999) de que a própria gramática funciona baseada nessa relação binária entre masculino e feminino. As normas reguladoras existentes estão presentes em todos os aspectos da cultura, nas relações entre significantes e significados e nas relações semânticas dos enunciados, mesmo que não percebamos, de modo que “a razão e a mente são associadas com a masculinidade e a ação, ao passo que corpo e natureza são considerados como a facticidade muda do feminino, à espera de significação a partir de um sujeito masculino oposto”. Isso porque “a política sexual que constrói e mantém essa distinção oculta-se por trás de produção discursiva de uma natureza e, a rigor, de um sexo natural que figuram como a base inquestionável da cultura” (BUTLER, 2003, p. 66). Torna-se, portanto, uma tarefa impossível tentar analisar quaisquer questões de gênero isolando fatos e discursos de seus contextos, sabendo que “o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas” (BUTLER, 2003, p. 20).

A reprodução sem reflexão de diversos discursos proferidos e articulados pelos sujeitos ao longo de toda a História tem sido, sem dúvidas, um dos principais motivos de desavenças e injustiças sociais. Por meio do discurso, o poder se consolida e, assim, as regras se dão em um único movimento: daqueles que têm o discurso reconhecido socialmente para aqueles que são vistos apenas como receptores e reprodutores desses discursos. Nosso intuito ao analisar como se dá essa performatividade no discurso literário marginal não é apenas apontar sua reprodução, mas também entender a vontade de transgressão dessas normas como forma de resistência ante as injustiças de gênero. Compreender o poder do discurso e utilizá-lo como reação dentro do universo literário é também reivindicar por poder, por espaço, por direito de escolha, por voz, e encontramos na voz de Carolina Maria de Jesus tanto a reiteração de atos performativos quanto essa vontade de transgressão, essa não-adequação às normas.

3 MAS POR QUE A CAROLINA?: O QUE NOS DIZ O LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

É por meio dessa autora que temos discutido e problematizado o lugar da mulher na sociedade, a forma com que sua literatura é feita, recebida e aceita pelos demais e a visão feminista da realidade social a qual pretende retratar, denunciar e modificar, ou simplesmente escrever, quando o refúgio para o caos externo se encontra no trabalho de significação das palavras que traduzem o seu caos interno. Ao nos depararmos com a obra de Carolina Maria de Jesus, datada dos anos 50, nos percebemos envolvidos numa narrativa que denuncia o descaso da sociedade para com uma mulher negra, pobre, favelada, chefe de família, catadora de papelão e que sonha em ser reconhecida pelo seu trabalho laborioso com as palavras por meio da literatura, que sonha não ser apenas mais uma pessoa invisível no mundo devido à sua condição social. Seus relatos desmascaram a forma como sofrem os marginalizados. Todavia, ela despertou o interesse do seu entorno, ganhou notoriedade, público e crítica; ela gritou e se fez ouvir.

Queremos ouvir sua voz, dedicando tempo e abrindo espaço para o discurso dessa mulher – queremos que os seus gritos ecoem pelos cantos, pelos entornos e pelos meios, demonstrando resistência e força nos meios educacionais, tanto escolares quanto acadêmicos. Queremos encontrar caminhos para que a literatura contribua, desse modo, para uma boa formação dos sujeitos e para a criação de formas de inteligibilidade desses sujeitos.

E muito tem sido dito sobre essa escritora tão singular no campo das pesquisas acadêmicas, visto que seu discurso foi ganhando reconhecimento com o passar do tempo e com a abertura gradual do espaço acadêmico para a discussão sobre essas questões sociais.

Quando voltamos nosso olhar para a representação do feminino na obra de Carolina de Jesus, nos deparamos com Fabiana Souza V. C. Macena (2017) que, ao fazer essa relação entre a subjetividade feminina e o que relata Carolina, nos diz que

por sua condição de subalternidade, a mulher será severamente julgada pelo seu comportamento e, quase sempre responsabilizada pelas consequências daquilo que a sociedade considera uma “má escolha”. Tende-se a propagar o discurso e, portanto, solidificar o juízo de que, realmente, existe uma escolha. Se a mulher não é casada, é desse fato que advém suas adversidades. Se contraiu matrimônio e mesmo assim vive na miséria e sofre violências, é porque não soube eleger um bom marido. Se os filhos não se encaixam nos padrões do correto e do moral, é porque ela não cumpriu devidamente o seu papel de mãe. E assim, em um infinito desdobramento de condicionais, a mulher tende a ser culpabilizada pelos males que sobre ela incidem. (p. 43).

Em concordância com Macena (2017), também defendemos que se deva compreender que, em relação à literatura, “a partir da escrita feminina, a mulher alcança a chance de expressar seus pensamentos, questionar concepções cristalizadas e [...] propor uma nova percepção sobre o feminino ou participar daquela que já está sendo construída” (p. 44), assim como faz Carolina Maria de Jesus em seu diário, o que nos permite observar “como uma mulher fala da própria mulher e de questões como maternidade e sexualidade” (p. 52).

Também cabe pensarmos na contradição apontada por Fernanda Rodrigues de Miranda (2013) em relação ao epíteto de *escritora favelada* atribuído à autora, visto que, segundo Miranda, ele “não condiz com a construção literária de Carolina Maria de Jesus, pois restringe seu campo discursivo ao universo do qual ela própria buscou afastar-se” (p. 16). Vemos que, apesar de ser a “precursora da Literatura Periférica no sentido de que ela é a primeira autora brasileira de fôlego a constituir a tessitura de sua palavra a partir das experiências no espaço da favela” (p. 16), Carolina sempre buscou seu reconhecimento como uma escritora de literatura, se mostrando (e lutando para assim ser vista) como uma poetisa, contista e compositora gabaritada, que tende a relatar a vida na favela como uma condição social e não uma escolha.

Ao defender a ideia da análise de gênero em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, evidenciamos que não se trata apenas de um estudo científico puramente acadêmico, mas, sobretudo, de um exercício pedagógico crítico, reflexivo e necessário ante nosso cenário social, se observado a nível político e cultural. Como nos diz Elzira Divina Perpétua (2014), “título, subtítulo, ilustrações, apresentação, capa, orelhas, enfim, tudo o que forma o paratexto de *Quarto de despejo* direciona o leitor para uma leitura sociológica do diário de Carolina de Jesus” (p. 25). Nesse livro, “os enunciados apontam para relações de poder, inseridos em formações discursivas e constitutivos da memória e dos efeitos dessas memórias em formulações de redes de significações da história dos sujeitos. Isso porque a atualidade carrega, inevitavelmente, marcas dessas memórias” (BASSANI, 2018, p. 40). Estamos tratando aqui de uma fantástica obra brasileira co-fabricada, no entanto, pelo seu contexto, pelo seu entorno; que é um produto das ações misóginas e racistas da sociedade sobre um sujeito denominado Carolina ao mesmo tempo em que é um produto da expressão da subjetividade desse sujeito Carolina como estratégia de sobrevivência em meio ao caos. De acordo com Claudeni Alves do Nascimento (2012) e seu olhar sobre a voz autoral feminina nas obras de Carolina de Jesus e

Toni Morrison, “não há como medir o alcance e a profundidade que a relação com a literatura pode provocar em uma pessoa. Talvez nem mesmo o próprio indivíduo consiga, conscientemente, apontar tal influência” (p. 43). E, mesmo não conseguindo mensurar a potencialidade dessa relação em sua própria vida, estamos lidando aqui com uma das autoras nacionais que mais acreditaram na força da Literatura como meio de relatar a realidade sob sua perspectiva em formato de retrato, análise e denúncia e no poder do mercado literário como meio de mobilidade social. “A perspicácia do olhar de Carolina sobre o olhar do outro aliada a sua capacidade de constituir-se em narrador na descrição de expressões humanas e de situações do cotidiano conferem ao seu diário o poder de desnudar o dia-a-dia que não é só seu” (PERPÉTUA, 2014, p. 43)

Justamente por não suportar o que lhe acontecia enquanto mulher preta e mãe situada na favela, ela utilizou esses acontecimentos e a sua potente capacidade de assimilação, reflexão e crítica acerca deles como instrumento de mudança: reconhecendo o prestígio social que possuem os/as escritores/as de Literatura e sabendo-se uma autêntica escritora brasileira, sua busca pelo reconhecimento e pela afirmação de sua subjetividade resultou em uma obra cuja densidade psicológica da própria autora chama tanto a atenção dos/as leitores/as quanto os tristes episódios por ela relatados. “Em *Quarto de despejo*, temos inúmeros exemplos de como a função fundamental do diário, ainda que sendo escrito com vistas à publicação, é a de deixar aflorar o eu inconsciente que persegue uma identidade no próprio ato da escrita, permitindo a Carolina uma auto-análise” (PERPÉTUA, 2014, p. 255). Enquanto ela relata o entorno, ela se posiciona nele e relata a si própria, pois, “tendo o contexto histórico-geográfico como a paisagem real, Carolina olha para si e para os outros **eus** que consigo interagem” (PERPÉTUA, 2014, p. 260). Aqui podemos analisar que a auto-análise de Carolina transcenderia uma narrativa, passando para aquilo que Judith Butler (2015) define como relato de si, da posição de um sujeito que se constitui como reflexivo diante da inquirição que sofre e de seu desejo de relatar sua forma de existência. Ou seja, “ao falar do Canindé como simples observadora, ela também fala de si mesma, tanto em relação ao microcosmo representado pelos vizinhos, quanto ao macrocosmo social e anônimo, representado, por sua vez, pela figura de homens públicos e pela sociedade em geral” (PERPÉTUA, 2014, p. 259). Assim, “não se trata apenas de a ética se encontrar envolvida na tarefa da teoria social, mas a teoria social, se tiver que produzir resultado não violentos, deve encontrar um lugar de vida para esse “eu”.” (Butler, 2015, p. 19). E o público e a mídia da época reconheceram isso.

Historicamente, o êxito do livro de Carolina pode ser explicado junto às causas que confluíram para o aparecimento de um modelo de sujeito, que divergia da imagem do escritor de renome e de textos então canonizados pela instituição literária. Sabe-se que, no limiar dos anos 1960, as vozes das chamadas minorias sociais - entre outras, negros, homossexuais, prisioneiros, operários, mulheres - passam a ser articuladas também como produtoras de escrita, não raras vezes, de cunho autobiográfico. (PERPÉTUA, 2014, p. 23)

Quarto de despejo foi largamente anunciado, consumido, aclamado. Devorado. É chocante o contato da sociedade com uma realidade narrada por quem está no fundo, recolhendo o que não querem, vestindo o que pra eles não serve mais, comendo o que pra eles é lixo e inevitavelmente imersa num sistema que não lhe favorece em nenhum aspecto. Ao mesmo tempo que inspira, também revolta. O diário de Carolina

revelava um modo novo de falar sobre um problema que já vinha sendo tratado, havia algum tempo, além do âmbito da música popular, por alguns intelectuais brasileiros. No plano cultural, o fim dos anos 1950 experimentava uma renovação nas abordagens temáticas sobre o país. No cinema e no teatro, buscava-se um modelo nacional, que fugisse aos padrões vigentes na época. Como tema genuinamente brasileiro, a favela ganhava proporções inexploradas até então. (PERPÉTUA, 2014, p. 45)

Mas essa mesma sociedade é acostumada a consumir muito e muito rápido. É acostumada a explorar, extrair o máximo possível no mínimo de tempo, consumir à exaustão e depois deixar de lado, colocar no canto, guardar pra depois e, provavelmente, esquecer. Com Carolina não foi diferente: na mesma rapidez com que foi prestigiada, também foi preterida. A mulher que, até 1959, catava osso no frigorífico para fazer sopa e dar pros filhos é a mesma mulher que, no ano de 1960, estava em todos os jornais, participava de muitos programas na TV e no rádio, era ovacionada em suas sessões de autógrafo, requisitada em vários países, traduzida para 13 línguas, dona de um rosto conhecido e de uma história que ora era vista como transgressora, ora como incômoda.

[...] inserida num ambiente de debate político como símbolo de uma causa e testemunha dos passos do progresso, Carolina transformou-se rapidamente em personalidade nacional. A conjuntura política da época redimensionava a popularidade do diário, que passou a ser citado publicamente, pelas autoridades constituídas, em seus discursos sobre a necessidade de transformação econômica e social. (PERPÉTUA, 2014, p. 49-50)

E essa mulher poderosa agora descrita é a mesma mulher que morreu sem luxo algum, quase tão desconsiderada quanto aquela do início da descrição, que teve que pagar pela edição e

impressão dos seus livros no fim da vida, mas que, se comparados ao sucesso de *Quarto de despejo*, quase ninguém leu. Ninguém se interessava mais.

Carolina vivenciou extremos ao longo da vida: miséria, fama, esquecimento, depressão. Foi a responsável por nadar contra a maré e conseguir o reconhecimento tão almejado por ela durante boa parte de sua vida, parte essa da vida em que teve que se ver cara a cara com o pior do que essa sociedade perversa oferece. Carolina deixou registrado, por meio de seu diário e de sua existência, que as condições impostas e em vigência para quem é mulher, negra e pobre são injustas, penosas e cruéis.

[...] a figura de Carolina de Jesus, cuja moradia se confundia no anonimato da descrição dos barracos, aparece como uma exceção ao silêncio dos outros, em sua função de representá-los. Sua escrita começa, então, a convergir para o caráter de funcionamento representativo da coletividade [...]. (PERPÉTUA, 2014, p. 73)

Ela nos possibilita em seu diário adentrar o cotidiano daqueles e daquelas moradoras da favela, em sua maioria de pele preta, que há muito pouco tempo na história da escravidão seriam tratados e vistos como animais sem alma nem valor e perceber que, mesmo depois dessas poucas décadas, a consciência a respeito do corpo negro, do sujeito negro, ainda não tinha se desenvolvido de modo satisfatório. A escravidão foi abolida em 1888, o livro foi lançado em 1960: 72 anos de distância entre esses dois fatos e o contexto ainda era tão crítico e hostil quanto era possível ser. Sabemos que até hoje, em 2019, as lutas já foram várias e as vitórias muitas, mas seguimos lutando ainda pelo básico: poder sermos nós, poder fazer valer a nossa existência e a nossa subjetividade longe das sombras dos estigmas e das opressões. Atenta aos reveses políticos e sociais de seu contexto, *Quarto de despejo* é uma obra capaz de, em 183 páginas, esclarecer que democracia racial nunca existiu, que meritocracia é um conceito utópico e inviável em seu aspecto empírico e que as questões de gênero são indissociáveis das questões raciais.

Buscando descobrir mais sobre a vida dessa nossa autora, nos deparamos com a biografia feita pelo escritor, jornalista, crítico literário, pesquisador, biógrafo, dramaturgo e roteirista Tom Farias. Em *Carolina: uma biografia* (2018) encontramos um grande e consistente apanhado de informações e curiosidades sobre a autora de modo que fica evidente a densidade e a complexidade de sua trajetória de vida e de sua contribuição para o cenário literário nacional.

Aproximadamente 26 anos após a Abolição, no dia 14 de março de 1914, nasceu Carolina Maria de Jesus, na cidade de Sacramento em Minas Gerais. No mesmo ano,

estourou a primeira Guerra Mundial. Bisneta de africanos de Angola escravizados, originários da província de Cabinda (FARIAS, 2018, p. 24), Carolina viveu e sentiu até os ossos as condições do Brasil pós-escravatura. Por meio de seu texto fica evidente o que tentamos frisar na nossa luta diária contra o racismo: conceder liberdade aos/às negros/as escravizados/as não significou dar-lhes meios para se desenvolverem enquanto cidadãos/ãs. Naquela época,

O nível de empobrecimento das famílias negras era deprimente, social e culturalmente, e gritante, do ponto de vista político e econômico. Sem estudos ou qualquer profissão certa, largados à própria sorte, totalmente desamparados por governos, negros e negras se tornaram alvo exploratório da mão de obra barata, da violência do sistema, e do genocídio incondicional da polícia. Se a polícia não matava, no entanto, matavam a penúria, a fome e as doenças. (FARIAS, 2018, p. 33)

A realidade social na qual Carolina nasceu e se desenvolveu ali em Sacramento muito se assemelhou à realidade da qual ela fez parte enquanto residente na favela do Canindé anos depois: “família desestruturada, sobretudo pela condição de pobreza, filha de mãe solteira e, ainda, bastarda, parentela analfabeta, com condição social humilíssima, pela dolorida origem e herança escrava” (FARIAS, 2018, p. 39). Também a consciência acerca da sua condição de mulher se deu desde muito cedo. A resistência ante a subordinação é um aspecto visivelmente presente em sua história de vida desde a infância, assim como a postura combativa, a força para a resposta, a coragem para a indagação, a vontade de mudar sua condição por saber-se diferente do estereótipo. Tom Farias (2018) diz na biografia: “Em suas memórias do período de infância, Carolina Maria de Jesus conta que ficava indignada com essa obediência cega que as mulheres de Sacramento tinham pelos homens ou pelos maridos. Por isso ela “desejava” ser homem quando crescesse.” (p. 39). Em outra passagem, quando o autor relembra uma reportagem que Carolina concedeu ao jornal “A Noite”, já em 1942, ele confirma esse seu posicionamento consciente: “Na reportagem ao vespertino ela deixa claro o quanto o fazer poético está envolvido em sua vida, para o bem e para o mal, com forte contexto racial e de gênero incluídos.” (p. 122). Prossegue: “Enquanto uns a animavam a continuar escrevendo, outros a desestimulavam. E ela tinha plena noção do porquê; era, antes de tudo, mulher e negra:” e cita parte de uma fala da entrevista da escritora: “Minha cor, certamente, concorria para que eu não pudesse realizar as minhas aspirações. Revoltava-me. Bem sei que não tenho ilustração, que não sei muito, muito, o português, mas duvido que haja por aí pessoa mais bem inspirada do que eu.” (p. 123)

Durante toda a sua juventude, Carolina sofreu com uma doença que não foi diagnosticada, que lhe inchava e feria as pernas, sendo esse um dos motivos pelos quais ela não conseguia se firmar em trabalho algum. Foram tantas as tentativas de cura dessa doença que algumas até se fizeram de maneira inusitada, como ir a pé e sozinha de Sacramento até Uberaba na busca por tratamento visto a falta de dinheiro para a condução (FARIAS, 2018, p. 71). Carolina sempre teve muitos obstáculos complicados ao longo da vida, no entanto, sempre que possível enfrentou todos com gigantesca virilidade - somada a um bocado de bravura e potencial sonhador. Como nos diz Sandra Lucia Bassani (2018):

Carolina desestabilizou certezas a respeito do que se esperava de um sujeito favelado, na medida em que a sua virilidade vai de encontro às atitudes de normalidade e às características da comunidade dos excluídos. [...] Carolina lê e escreve práticas de luta/resistência que possibilitam sua emergência e notoriedade. (p. 15)

Nem na própria cidade natal seu estilo de levar a vida e seu gosto por focar boa parte do seu tempo em leituras e estudos era visto com bons olhos:

[...] além de se sentir desajustada na cidade, pela dispersão demasiada ou a falta do que fazer [...], as feridas de suas pernas não curavam nunca e a incomodavam muito. Saía de um emprego e entrava em outro, e não era apenas por causa do serviço ou das leituras que fazia no horário de trabalho, mas por uma revolta social, inata nela, que a acompanharia até o final da vida. (FARIAS, 2018, p. 81)

Não é sem motivo que, ao deixar Sacramento rumo à São Paulo, a autora era conhecida na cidade por “Carolina do Diabo” (FARIAS, 2018, p. 99). Sua natureza questionadora e dissonante das demais em seu entorno sempre foi um traço marcante de sua personalidade. Lembrando que essa associação da mulher ao diabo é uma estratégia de (des)qualificação da mulher muito alimentada pelo discurso religioso como forma de controlá-las, a exemplo também da escritora Karen Blixen², que era chamada “filha de Lúcifer” pois teria vendido a ele sua alma para escrever.

Carolina, na luta pela sobrevivência e por melhores condições de se manter, viveu muito tempo sem lugar fixo. Lares temporários, onde ela permanecia apenas enquanto podia, pelo tempo que desse, sem preferência por cidade ou bairro específico, porque a necessidade

² Escritora dinamarquesa que adotou o pseudônimo masculino *Isak Dinesen*, autora de obras como “Out of África” (1938) e “Anecdotes of Destiny” (1958).

não dá abertura para escolhas. Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo. Se instalou na hoje extinta favela do Canindé, em São Paulo, às margens do rio Tietê, em 1948, quando estava grávida de seu primeiro filho, João José. Sem dinheiro para comprar os materiais de construção, conseguiu madeiras velhas e sobras de materiais de uma igreja que estava sendo feita para construir seu barracão. A igreja ficava a 10 quilômetros da favela. Carolina, durante a noite, ia de bonde para lá e voltava com as tábuas na cabeça, a pé. Fez o mesmo percurso duas vezes por noite, três noites seguidas. Nas palavras dela: “Eu mesma fiz meu barracãozinho. 1 metro e meio por um metro e meio. [...] Quando fiz meu barracão era um Domingo. Tinha tantos homens e nenhum auxiliou-me sobrou uma tabua de quarenta centímetro de largura era em cima dessa tabua sem colchão que eu dormia.” (FARIAS, 2018, p. 155-156). Nessa época, a autora vivia e mantinha o filho recém-nascido vendendo o que encontrava no lixo da cidade: papel, papelão, ferro velho, entre outros. Às vezes, não raro, dentro do barracão não tinha nada para comer e o jeito era ir para as ruas atrás de sustento, deixando o filho pequeno sob os cuidados de alguma mulher da favela a quem Carolina tinha que dar dinheiro no fim do dia para pagar o favor. Quando, em 1950, ela se encontrava grávida do segundo filho, José Carlos, percebeu que aquele barracãozinho era pequeno demais para acolher outra criança e foi pedir auxílio ao pai do bebê para reconstruir o barracão, pedido que, obviamente, lhe foi negado. Foi das ruas, dos lixos, que ela conseguiu o dinheiro para a reforma: “Todos os dias eu comprava uns caibros se ganhava cinquenta cruzeiros comprava três caibros. Se ganhava quarenta comprava dois. E assim, eu fui comprando ripas, pregos e telhas...” (FARIAS, 2018, p. 165). E complementa: “Quem fez o barracão para mim, foi o Belisario e o senhór Joaquim Mathias. Eu ganhava quarenta e cinco por dia, catando papel, E pagava cinquenta cada um.” (Idem).

Ali, naquela favela, na Rua A número 9, Carolina residiu por doze anos, tendo que presenciar, todos os dias, situações complicadas, tristes e revoltantes, tais como: inundações nos barracos, brigas diárias, cenas de violência contra mulheres e crianças, casos de incesto e pedofilia, traições, ameaças, vícios, vinganças. Ela não gostava dos vizinhos e os vizinhos também não gostavam dela. Carolina se esquivava de qualquer laço estreito que pudesse ser formado naquele lugar e com aquelas pessoas, e eles sempre a viam como uma figura estranha, solitária, que dedicava boa parte do seu tempo à leitura e escrita quando, ali, ninguém mais fazia isso. Enquanto os vizinhos descontavam as suas faltas no álcool e em brigas facilmente estouradas, Carolina escrevia. Ela não via sentido nas ações deles nem eles viam sentido nas dela. Ela rejeita a bebida. Mas eles não gostam dela porque ela os julga

bastante, se apresenta como escritora e os ameaça com a possibilidade de trazê-los para dentro do livro, tem um desejo de ordem (como quando chama a polícia), recrimina um modo de vida da favela – e vemos como tudo isso é contraditório, visto que esse modo de vida comporta regra e ruptura de regra/norma.

Na favela do Canindé sofria com os *disse me disse* dos vizinhos faladores, que a tratavam como “vagabunda”, por ser uma mulher livre e sozinha, ou seja, sem marido para a sustentar ou a espancar, como era comum. “É crença generalizada que as pretas do Brasil são vagabundas”, escreveu Carolina, para logo depois concluir: “Mas eu nunca impressionei-me com o que pensam ao meu respeito.” [...] (FARIAS, 2018, p. 168).

Ao se dedicar à escrita de seu diário, a autora relata e delata os acontecimentos da favela, as pessoas pouco confiáveis, as nada confiáveis, os crimes e as injustiças que presencia. E é nesse movimento de denúncia do que acontece no Canindé que ela conheceu o repórter Audálio Dantas, que foi o responsável pela edição e publicação de seu *Quarto de despejo*. Em uma visita do repórter à favela na intenção de colher informações sobre o mau uso de instalações públicas de parquinhos nas comunidades, em 1958, ele se deparou com Carolina, lá no parquinho, brigando com jovens que tomavam os lugares de lazer das crianças, ameaçando denunciá-los em seu livro (FARIAS, 2018). Dantas ficou curioso a respeito do mencionado livro e, dessa forma, estabeleceu contato com Carolina, teve acesso aos seus 35 cadernos repletos de contos, peças de teatro, letras de música e trechos de diário e teve a certeza de que tinha à sua frente um grande sucesso literário em potencial. A partir de então, ao obter a confirmação do repórter de que teria um livro de sua autoria publicado, ela passou a se dedicar largamente à escrita de seu diário. Carolina de Jesus pelo relato que faz recebe inquirições comuns às mulheres que escrevem desafiando a heteronormatividade. Ao mesmo tempo, escreve porque deseja e diante de si tem audições que podem potencializar seu desejo por se relatar, para si, para o outro e para a comunidade. A constituição do sujeito reflexivo (BUTLER, 2015) em Carolina de Jesus não é constante nem linear, mas se constitui na performatividade de sua escrita, de seu deslocamento social, dos sofrimentos e alegrias que relata. Responsabilidade sobre si e esperança mesclam com desilusões e perdas em Carolina como podemos analisar em sua escrita. Talvez a solidão e a esperança de mulheres negras pareçam também ecoar em seu texto. Era aquela a grande chance pela qual esperava, foi nesse diário em que ela depositou toda a sua esperança de mudança de condição, de vida, de paradigma. E foi, de fato, esse diário que lhe proporcionou, em 1960, a experiência da comida farta na mesa, da casa de alvenaria própria, do sucesso, da presença requisitada na

mídia, das viagens internacionais. Sobre esse momento, nos diz Perpétua (2014) ser possível encontrar em seus manuscritos

todos os valores pelos quais vislumbra a possibilidade de sair não apenas da favela para a alvenaria, não apenas da miséria para a prosperidade, mas, principalmente, do trabalho braçal para o intelectual, ou, segundo suas próprias palavras, da ignorância para a cultura, do “pornográfico” para o “clássico”. (p. 235)

A fama de Carolina chegou a galope. Já na semana em que assinou o contrato com a Livraria Francisco Alves, ela foi entrevistada por um programa de televisão que queria retratar o contexto da “escritora favelada” e

O programa foi um sucesso. Até o lançamento do seu livro, e mesmo após o lançamento, a “febre” Carolina já tinha se tornado uma pantomina em São Paulo e no Brasil. Outros programas foram sendo agendados. Todos queriam “ver” a “escritora favelada”. Carolina Maria de Jesus se tornou o principal alvo da imprensa sensacionalista da época. (FARIAS, 2018, p. 203).

Sobre o sucesso midiático instantâneo da autora, Farias ainda comenta:

Carolina, como mulher negra e favelada, e agora escritora, se tornou, ao mesmo tempo, um produto “vendável” do jornalismo noticioso e sensacionalista, que tinha nela a garantia de audiência certa, como objeto de consumo e curiosidade, mas também como um peça publicitária da própria Livraria Francisco Alves, que nesse particular, percebeu mais a fundo (mais do que Audalio Dantas) o alcance midiático que ela poderia proporcionar, como elemento estranho, provocando a curiosidade pública e também a comiseração por sua história de vida. (FARIAS, 2018, p. 216-217)

Hoje, após 59 anos do lançamento do primeiro livro de Carolina, já nos é possível compreender de antemão a grandeza da obra em questão; hoje sabemos o quão importante é a existência dessa obra “fora da caixinha” dentro do nosso cenário literário nacional cujas amarguras são narradas por uma personagem que não foi criada para vir a sofrer, mas que primeiro sofreu a realidade para depois ser transformada em personagem. *Quarto de despejo* surgiu com uma proposta diferente, vindo de um contexto pouco habitual para os adoradores de literatura daquela época e tendo por responsável uma autora cujas características eram menos habituais ainda. Não foi por menos que seu lançamento sofreu um boicote de muitos dos grandes nomes da literatura no momento: a vendagem do livro já no lançamento foi excepcional, o sucesso de Carolina era evidente, no entanto, a presença de vários/as autores/as consagrados/as no evento não se deu, como era habitual (FARIAS, 2018). Eles/as não a viam como semelhante, não tinham consideração por sua escrita, ou melhor dizendo, a

tinham como uma real afronta ao mundo das letras. Onde já se viu uma escritora que não domina nem a gramática da própria língua? O fato é que estavam assustados com uma negra pobre que possuía um léxico tão diversificado quanto o dela, que assustava as pessoas por *não aparentar* ter a fala culta que tinha. Mas a sorte já estava lançada, seu livro já estava rodando o Brasil todo, sua presença sendo requisitada nos mais diversos eventos e programas... Carolina sempre se soube escritora, agora a ideia geral do que é uma escritora de literatura no Brasil teve que se adequar à imagem de Carolina Maria de Jesus.

Carolina era levada de um lugar para o outro e cada vez mais era solicitada. Todos queriam o seu livro, sua foto e seu autógrafo. [...] Sem contar as condecorações, como a da Academia de Letras da Faculdade de Direito, as coroações de misses e rainhas, os presentes, os jantares oferecidos, as homenagens das mulheres, como a da Associação Cristã Feminina, do Clube dos 220, só de negros, coroando com o recebimento do título “Cidadã Paulistana”, pela Câmara de Vereadores de São Paulo. O interior do Estado, assim como os outros Estados da Federação, e mais adiante, no exterior, as homenagens a Carolina não paravam de ser realizadas, das mais diversas formas e cores. (FARIAS, 2018, p. 228)

O sucesso na carreira da escritora aconteceu de maneira meteórica. Instantânea, eu diria. Era evidente que Carolina se faria eterna na história da nossa Literatura brasileira, não apenas pela sua obra densa, capaz de gerar ao mesmo tempo revolta contra o sistema e a sensação de nó na garganta, de olho marejado, de soco no estômago, mas também pelo que a sua existência enquanto escritora negra e sem instrução formal representa dentro dessa nossa estrutura social. Certamente, ao mesmo tempo em que era ovacionada e exaltada por aqueles e aquelas que de imediato reconheceram a grandeza da escritora que lhes estava sendo apresentada, também foi o alvo de diversas críticas depreciativas, pesadas, preconceituosas, vindas de pessoas que, muitas das vezes, nem leram seu livro. O problema era a pessoa em si, o que era incômodo era a Carolina deixando mais que evidente o seu valor apesar das opressões que sofria.

O período é difícil para Carolina, porque, no plano geral, estes ataques não estavam relacionados exatamente com a qualidade de sua literatura, que muitos dos que criticaram não leram, mas sim contra a sua condição social, de mulher negra, moradora de favela - era o preconceito contra alguém que, pelo seu protagonismo, sua isolada ação empreendedora, ascendia socialmente, e por justo merecimento, por sua luta, seu grande esforço e sacrifício, por sua dor, por seu sofrimento e de sua família, no caso os seus três filhos pequenos, aos status da alta escrita e da intelectualidade. (FARIAS, 2018, p. 235)

E muito se engana quem pensa que os ataques a Carolina vinham só de fora: a favela do Canindé também não viu com bons olhos a fama da escritora. A relação de Carolina com

as/os demais moradoras/es da favela raras vezes se deu de forma pacífica e por várias vezes ela deixava bem claro que os relatos que fazia em seu diário não eram apenas um modo de expor o descaso da sociedade para com os favelados, mas também um modo de se proteger dentro da própria favela; ela denunciava as barbaridades que aconteciam diretamente com ela mesma e que aconteciam com as pessoas que com ela dividiam aquela realidade. Ela nunca se sentiu parte da favela enquanto indivíduo isolado, mas sempre soube que para a sociedade ela era apenas mais uma pessoa que vivia ali, naquelas condições. Enquanto na mídia Carolina sempre aparecia sob o epíteto de *escritora favelada*, lá na favela Carolina era a *negra fedida*, a *estranha*, a *intrometida*. Denunciar o menosprezo e o desdém da sociedade e do governo contra aqueles sujeitos não impediu o repúdio deles ante a publicação do diário e o sucesso dele recorrente. Nunca a viram como uma igual, mas achavam desaforo que a vida dela melhorasse em virtude das desgraças da favela (FARIAS, 2018, p. 250-261). Quando Carolina se mudou de lá, inclusive, ao mesmo tempo em que havia jornalistas cobrindo o ocorrido, havia também moradores insultando e jogando pedras. Mas nada disso a abalou, visto que estava realizando o sonho de se mudar daquele lugar com os filhos, primeiro para um quarto vago que lhe fora oferecido por um novo amigo em Osasco, depois para uma casa própria em Santana, “uma residência bem maior, com escada, de dois andares, tipo sobrado, [...] comprada com os direitos auferidos pelo sucesso de venda do seu revolucionário livro” (FARIAS, 2018, p. 260-261).

Anteriormente, eu tinha dito que Carolina, enquanto sujeito e enquanto escritora, nos ajudava a entender que conceder liberdade aos/às negros/as escravizados/as não significou dar-lhes meios para se tornarem cidadãos/ãs. Pois ela também nos ajuda a entender que, dentro dessas estruturas da nossa sociedade, ascender economicamente e obter reconhecimento e prestígio social não significa parar de sofrer racismo e violência de gênero. E mesmo residindo agora longe do Canindé, em uma casa própria, seus filhos ainda sofriam ataques dos vizinhos, sendo chamados de “favelados” e “comedores de lixo” (FARIAS, 2018, p. 307). Mesmo tendo passado praticamente 46 anos sobrevivendo de restos (quando havia restos), agora *era obrigação dela* dividir tudo o que lhe chegasse com todo mundo que lhe pedia, *afinal, onde já se viu uma mulher preta, solteira e rica? Ou mais: onde já se viu uma mãe preta que não é generosa?* Sobre isso, Farias (2018) comenta:

A divulgação nos jornais da riqueza adquirida por Carolina, se intensifica muito em 1961, quando começa a movimentação de informações do pagamento das editoras estrangeiras pela tradução do seu livro de estreia no exterior. [...] Nessas matérias ou notas, sempre o endereço completo de Carolina era divulgado, com a

descrição e o número da casa, às vezes com detalhes do que ela tinha dentro ou fazia no imóvel. (p. 308)

O fato é que Carolina não sabia lidar com a mídia (sempre dando informações demais), nem com o dinheiro (que pela primeira vez estava entrando em grande quantidade) e nem com os pedidos de empréstimo (que lhe tiravam o sossego). Em dezembro de 1961, a escritora deu uma entrevista à *Revista do Globo*, no Paraná, forjando o comunicado de que “estava novamente miserável”, para evitar ‘os pedidos de empréstimos dos falsos amigos’.” (Idem).

Foi tanta a especulação da mídia sobre a sua vida bem-sucedida em tão pouco tempo, que a curiosidade acerca do assunto-Carolina se esgotou. Todos queriam saber como era a vida na favela, como era vida de uma favelada, como ela reagiria ao sucesso e ao dinheiro. Depois que descobriram, acabou a especulação. Esperando a mesma repercussão com o segundo livro, intitulado *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*, publicado pela mesma editora de *Quarto de despejo*, em 1961, a realidade “foi um verdadeiro fiasco de venda. [...] Era como se a população quisesse dar um basta: chega de Carolina!”, embora sua “sobrevida no exterior, com as traduções do seu principal livro,” continuasse “no influxo da sua fama [...], ainda como novidade, lá fora, [...] até 1965, ou um pouquinho mais, salvo engano” (FARIAS, 2018, p. 315).

Outra tentativa de sucesso frustrada foi a gravação de um álbum em *long play* também intitulado *Quarto de despejo*, composto por 11 músicas escritas e cantadas por Carolina. As sessões de autógrafo do disco e as apresentações não ocorreram como se esperava e tudo isso foi contribuindo para que a autora, e agora cantora, voltasse a se sentir num estado depressivo, visto que “os sinais do mal estar, dores pelo corpo, falta de ar, começaram a surgir com mais frequência” (p. 317), além da péssima relação que estabelecia com os vizinhos, que só lhe dirigiam a palavra quando reclamavam dos seus filhos, e dos ataques contra sua casa. Carolina passou a sentir falta das facilidades do dinheiro, do reconhecimento pelo seu valor enquanto escritora. Aquele estilo de vida caro, com casa na cidade e empregada, não mais cabia no orçamento, então ela e a família mudaram-se para um sítio em Parelheiros, onde criavam galinhas, porcos, plantavam hortaliças e árvores frutíferas (FARIAS, 2018, p. 318).

Um fato curioso presente na biografia em questão é a respeito das condições de vida da família quando residente em Parelheiros: de acordo com Farias (2018), Carolina e os filhos não voltaram a viver na miséria após a fama. Ela teria preparado o sítio anos antes, desde sua compra feita quase que em segredo, fazendo plantações que garantiriam colheitas futuras,

criando animais para a garantia de carne por um tempo e sabendo haver um córrego dentro do terreno que supria o abastecimento de água fresca na casa (p. 337). De fato, a pouca entrada de dinheiro com o passar do tempo acabou agravando a situação financeira deles, que em pulos mudou de miséria para riqueza e logo em seguida, para a simplicidade. O que preocupava, de fato, era a condição psicológica de Carolina que, segundo relatos da filha Vera Eunice, “falava em suicídio com a mesma naturalidade como dizia que escreveria outro livro de sucesso” (FARIAS, 2018, p. 340).

Para além da mente confusa e das falas por vezes desconexas, o condicionamento físico de Carolina também era preocupante: corpo curvado, envelhecimento evidente, dores fortes e muita falta de ar (FARIAS, 2018, p. 345). Aos 62 anos, em 13 de fevereiro de 1977, a escritora Carolina Maria de Jesus faleceu em decorrência de uma violenta crise de bronquite asmática e insuficiência respiratória crônica, a caminho do pronto-socorro no distrito de Cipó, amparada e acompanhada do filho José Carlos e da nora Joana:

A repercussão foi grande mas ainda assim, com avaliações pouco lisonjeiras, como se Carolina tivesse culpa sobre a sua atual condição de vida, pelo fato do dinheiro ganho com o seu livro famoso ter acabado.

Talvez esta fosse a sua sina, desde os tempos de criança, na pequena Sacramento, sua cidade natal mineira: o julgamento dos pósteros, sem considerar o seu próprio julgamento. (Farias, 2018, p. 350)

4 ANÁLISE DE Quarto de despejo: diário de uma favelada

4.1 “DIÁRIO, QUERIDO (E COMPLEXO) DIÁRIO...”

O primeiro aspecto que deve ser colocado em evidência diz respeito ao gênero literário empregado nessa obra e quais as especificidades que o formato diarístico imprime e evoca durante esse nosso processo analítico. O que significa estarmos lidando com um diário e não com outro tipo de narrativa? O que, por fim, vem a ser um diário e como Carolina se apropria desse gênero literário? A essa altura de nossa pesquisa, nos apoiamos em Philippe Lejeune (2008) e suas considerações presentes na obra *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Nela, o autor define que “um diário é uma *série de vestígios datados*.” (p. 296), uma “atividade passageira, ou irregular” (p. 257). Seria difícil e até mesmo arriscado encararmos nosso objeto de estudo sem a consciência, embasada numa historiografia literária, de que estamos lidando com um gênero textual que emerge da esfera do íntimo, do caseiro, e socialmente associado também à esfera do feminino. Seu formato, embora fragmentado e descontínuo, diz respeito a uma ideia de apreensão do tempo baseada na escolha de alguns fatos, alguns momentos, acontecimentos, sentimentos, e não outros; diz respeito a uma construção identitária embasada, ao mesmo tempo, em lacunas e repetições (LEJEUNE, 2008). “É certo que o diário gostaria de ser, no tempo, o que o espelho da feiticeira é no espaço e poder concentrar numa frágil superfície a imagem total da realidade que a circunda [...]”, mas “ele é, na verdade, um filtro. Seu valor se deve justamente à seletividade e às discontinuidades. [...] É por isso que o diário raramente é um auto-retrato e quando é tomado por um, parece às vezes uma caricatura.” (LEJEUNE, 2008, p. 296)

Seguindo esse mesmo viés de pensamento, nos deparamos com Gama e Oliveira (2018) discorrendo acerca de como emergem o relato, o literário e o antiliterário nos escritos de Carolina Maria de Jesus e de Ana Cristina Cesar no que tange à esfera do íntimo e do cotidiano. Se valendo das possibilidades literárias existentes no exercício da escrita diarística, as pesquisadoras nos dizem que

Escrever um diário é um ato de isolamento de um corpo que se aliena do cotidiano e do repetitivo – ainda que use suas notações para registrar essa repetição e cotidianidade. Tal isolamento revela-se também na escrita da presença ou do sentimento de presença, pois o diário é fruto da coincidência entre o presente

do acontecimento e o da escrita – é o presente da lírica, que suspende o tempo circundante e registra o contínuo do momento do sujeito que se inscreve. (GAMA, OLIVEIRA, 2018, p. 107)

E no que diz respeito à escrita íntima que compõe e emoldura *Quarto de despejo*, apontam: “[...] Carolina cava algum distanciamento do real que vivencia, dele se desentranhando o suficiente para crivar sua subjetividade escritural como elemento formador e deformador da presença desse mesmo real em seus textos.” (GAMA, OLIVEIRA, 2018, p. 93).

Contrariando o senso comum, a respeito da complexidade desse gênero o estudioso francês afirma:

[...] vou comparar o diário à improvisação musical. Esta pressupõe ao mesmo tempo o domínio da técnica e a aceitação imediata do... desconhecido. Terei de compor a partir do traçado que a vida, muitas vezes sem perguntar minha opinião, me propõe. Como se sabe, a forma diarística é, em geral, menosprezada. Dizem que o diário não tem forma própria, é vítima da facilidade, ‘a arte daqueles que não são artistas’, como dizia Thibaudet da autobiografia. Posso provar o contrário: não há arte que obedeça a restrições tão enérgicas e tão rígidas. É uma escrita na qual todos os procedimentos comuns à tarefa são proibidos: o diarista não pode nem *compor*, nem *corrigir*. (LEJEUNE, 2008, p. 300)

Para Lejeune, esse aspecto invariavelmente livre do diário no momento da composição garante a não-imposição de limites rígidos quanto às decisões do autor, sejam elas de cunho estrutural ou temático. No entanto, uma vez confeccionado o fragmento, uma de suas características inerentes é a espontaneidade, a fidedignidade daquele fragmento ao calor e às sensações de sua confecção. “Um diário mais tarde modificado ou podado talvez ganhe algum valor literário, mas terá perdido o essencial: a autenticidade do momento. Quando soa meia-noite, não posso mais fazer modificações. Se o fizer, abandono o diário para cair na autobiografia.” (LEJEUNE, 2008, p. 260). E aqui, ao trabalharmos com *Quarto de despejo*, encaramos de frente esse seu caráter dúbio: temos, de um lado, uma autora que assume sua vontade de apreensão do tempo por meio de fragmentos datados, livres e autênticos, que seguem o eixo temático por ela escolhido (a vida e seus desdobramentos na favela do Canindé), permitindo, por meio de suas sistemáticas repetições e suas insistentes discontinuidades, que tracemos seu perfil identitário e, portanto, subjetivo; e temos de outro lado um produto literário, repleto de colchetes e reticências que indicam cortes e supressões de caráter editorial, não autoral. Portanto, é importante notar que quem decide o que será relatado é a escritora, visto que suas percepções acerca do eixo temático são unicamente suas e, de acordo com o que vemos em sua biografia, a existência dos escritos já era um fato antes

mesmo da promessa de publicação (portanto, um legítimo *diário*); no entanto, a “poda” editorial não nos permite o acesso ao conteúdo integral de seus escritos (processo comum ao tratamento com documentos e não com a narrativa literária, imprimindo, pela intervenção, essa característica de acesso sociológico, já organizado por alguém). Vemos que quem se preocupa com a compreensão completa do que será publicado, quem se mobiliza quanto à recepção do diário, é o editor, não necessariamente a autora dos fragmentos.

Outro ponto contrastante entre a teoria de Lejeune e a obra de Carolina diz respeito ao perfil social dos/as diaristas por ele pesquisados. De acordo com seus estudos, o francês afirma: “Existiria uma perfil social? Sim, uma vez que o diário é mais frequente entre pessoas instruídas, ou que moram em cidade.” (LEJEUNE, 2008, p. 258). Ao nos defrontarmos com essa caracterização teórica e, ao mesmo tempo, com os dados referentes à pouca instrução de Carolina de Jesus, reconhecemos que *Quarto de despejo* vem, de fato, como uma exceção à regra: não porque não tinha condições de ser feito naquela realidade, mas porque veio de onde as pessoas comumente não esperavam. O modo como nossa autora se apropriou desse gênero textual visando suas específicas finalidades diz mais a respeito de suas fantásticas qualidades enquanto escritora do que a respeito de alguma possível falha na caracterização acima feita por Lejeune. “O desenvolvimento atual do diário corresponde talvez a essa delegação de poder: cada indivíduo tem de administrar a si mesmo, com seu próprio setor de contenciosos e seus próprios arquivos.” (LEJEUNE, 2008, p. 259). Nossa autora assume, enquanto escreve, essa posição de poder quanto ao conteúdo, assume essa administração de si mesma quanto à pertinência do que será associado à sua pessoa, ainda que pouco instruída educacionalmente e desacreditada por isso.

Mas por que alguém escreveria um diário? Quais as utilidades desse tipo de composição? Por quais motivos alguém escolhe essa formatação interna e externa de expressão e não outra com diferentes níveis de rigidez e restrições? Em *O pacto autobiográfico* nos deparamos com as seguintes utilidades elencadas por seu autor e as adotamos aqui:

- a) “conservar a memória”: “somos nossos próprios destinatários no futuro [...] de tal forma que ninguém poderá ler meu diário como eu”; “fazer uma triagem do vivido e [...] dar-lhe uma ‘identidade narrativa’. [...] O diário será ao mesmo tempo arquivo e ação, ‘disco rígido’ e memória viva.” (LEJEUNE, 2008, p. 261-262)

- b) “sobreviver”: “Mesmo secreto, [...] o diário é apelo a uma leitura posterior: transmissão a algum *alter ego* perdido no futuro, ou modesta contribuição para a memória coletiva.” (LEJEUNE, 2008, p. 262)
- c) “desabafar”: “O diário é um espaço onde o eu escapa momentaneamente à pressão social, se refugia protegido em uma bolha onde pode se abrir sem risco, antes de voltar, mais leve, ao mundo real.” (LEJEUNE, 2008, p. 262)
- d) “conhecer-se”: “espelho”, “espaço de análise, de questionamento, um laboratório de introspecção” sabendo que “o auto-retrato nada tem de definitivo, e a atenção dada a si está sempre sujeita a desmentidos futuros.” (LEJEUNE, 2008, p. 263)
- e) “deliberar”: “o diário está voltado para o futuro. Fazer o balanço de hoje significa se preparar para agir amanhã. [...] O diário não é forçosamente uma forma de passividade, mas um dos instrumentos da ação.” (LEJEUNE, 2008, p. 263)
- f) “resistir”: “Como transformar o ‘foro íntimo’ em campo de defesa onde recuperamos as energias e buscamos forças? O diário pode trazer coragem e apoio.” (LEJEUNE, 2008, p. 263)
- g) “pensar”: “A forma do diário desloca a atenção para um processo de criação, torna o pensamento mais livre, mais aberto a suas contradições, e comunica ao leitor a dinâmica da reflexão tanto quanto seu resultado.” (LEJEUNE, 2008, p. 264)
- h) “escrever”: “Mantém-se enfim um diário porque se gosta de escrever. [...] O prazer é ainda maior por ser livre. Qualquer um se sente autorizado a manejar a língua como quiser, escrever sem ter medo de cometer erros. Pode-se escolher as regras do jogo. Ter vários cadernos. Misturar os gêneros. Fazer de seu diário, ao mesmo tempo, o observatório da vida e o ponto de encontro de seus escritos.” (LEJEUNE, 2008, p. 264-265)

Convenhamos: nada há de mais coerente que a escolha desse gênero textual feita pela autora! Em cada uma das utilidades supracitadas por Lejeune vemos um pouco do que Carolina nos permite acessar em sua obra, escancarando seus motivos, seus porquês. Sabendo-se uma autêntica escritora, querer *conservar a memória* nos é mostrado na sua luta incessante pelo reconhecimento, pela imortalidade de seu nome e de seu valor. Ter no diário

sempre um refúgio, recorrendo a ele sempre que a fome ou o medo quanto ao futuro apertam, explica como ela encontra nessa atividade um meio de *sobreviver*, um meio de contar para si e para os demais que a leriam posteriormente que em meio às diversidades sua pessoa se mantém intacta, como se dissesse: as condições de vida me querem marginal e morta, mas meu relato quanto a isso é a prova de que eu sobrevivi até nesses momentos. E por saber que em grande parte da vida sua voz não era devidamente ouvida, em seu diário Carolina se permite *desabafar*; ali ela registra as palavras que o vento comumente levava, as palavras que ela podia fazer emergir sem aquele crivo social que lhe abafava a voz e não lhe julgava digna do dizer. E nesse movimento do registro, da caracterização do que lhe circundava, Carolina *reconhece a si* quando se coloca no texto, ainda que opacamente, ainda que tendenciosamente. Não podemos negar que é por meio de seu diário que a autora, ao materializar suas memórias e sensações cotidianas, também se prepara para o porvir, *deliberando* suas ações futuras baseada no que lhe acontece no momento da escrita. Outro aspecto que, sem dúvidas, emerge de *Quarto de despejo* é a sua apresentação como um visível ato de *resistência*: ele é o motivo e, ao mesmo tempo, o resultado de sua coragem em se manter forte e escrevendo, relutando, persistindo. É como Lejeune relata em seu livro: “Enquanto escrevo, ainda estou vivo. E depois, naquele momento em que meu corpo está sendo destruído, reconstruo-me através da escrita, anotando essa destruição. Eu, que sofro, torno-me novamente ativo, dou a volta por cima.” (LEJEUNE, 2008, p. 279). Também por meio de seu diário, Carolina consegue ordenar seus *pensamentos*, dar-lhes forma e sentido, criar, validar suas experiências e ideias. E tudo isso mediante seu incontestável *gosto por escrever*, por produzir através das palavras – essas suas fiéis companheiras. Sobre isso, retomamos Lejeune com a seguinte passagem:

O papel tem seu próprio ritmo biológico, se posso dizer assim. Ele sobreviverá a mim. Acabará por amarelar e se deteriorar, mas o texto que traz terá sua metempsicose, poderá mudar de corpo, ser copiado, editado. Não me incinerar, reduzir meu corpo a zero. Não me conservar, meu caderno permanecerá em uma estante de arquivos. Não me publicar, multiplicar meu texto. Eu mesmo, que li tantos livros do passado ou manuscritos, escritos por velhos mortos, sei que a sobrevivência literária não é uma ilusão. (LEJEUNE, 2008, p. 280)

Carolina de Jesus se apropria tão bem da escrita diarística em seu *Quarto de despejo* que não pode ser vista como nada menos que uma legítima e respeitada representante literária desse gênero. O modo como ela desenvolve seus fragmentos, unindo suas experiências às

suas considerações em relação aos aspectos sociais, às opressões que sofre e ao modo como constrói textualmente sua subjetividade, nos convida a reconhecermos neles fortes e potentes fontes de estudo e reflexão, de apreensão do tempo e interpretação quanto à realidade circundante, e mais: de assimilação quanto à opacidade do sujeito e abertura de novas formas de possibilidade de vivência em relação às questões do gênero feminino.

4.2 QUESTÃO DE GÊNERO: ORA REITERA, ORA TRANSGRIDE

Ao iniciar nosso movimento de análise da obra de 1960 de Carolina de Jesus com ênfase nas questões de gênero, penso que seria interessante que nos recordássemos de um trecho de *Ensinando a transgredir*, de bell hooks (2017): “Ciente de que vivemos numa cultura de dominação, me pergunto agora [...] quais valores e hábitos de ser refletem meu/nosso compromisso com a liberdade.” (p. 41). Até que ponto pretendemos nos comprometer com os ideais de mudança que nos instigam? As reflexões acadêmicas às quais nos propomos interagir visam, de fato, a ruptura com as estruturas que dominam e oprimem, ou são apenas um artifício para a manutenção do status quo e da segregação entre saberes científicos e resoluções para problemas sociais? E hooks, citando Luther King, complementa: “[...] a estabilidade do mundo, desta grande casa onde habitamos, terá de envolver uma revolução de valores que acompanhe as revoluções científicas e libertárias que engolem a Terra.” (MARTIN LUTHER KING apud hooks, p. 42).

Dito isso, começamos efetivamente nossa análise apontando para o fato de que, para compreendermos a dimensão das questões de gênero, precisamos tentar entender a constituição das diversas formas de existência que buscam inteligibilidade como mulher além de compreensões heteronormativas ou cisheteronormativas. Se socialmente só são aceitas duas categorias de gênero, feminino e masculino, esses gêneros são instantaneamente ligados, respectivamente, às categorias de mulher e de homem baseadas na diferenciação biológica e reprodutiva entre os corpos. Ou seja, exige-se uma congruência entre o corpo da mulher e o papel feminino instaurado socialmente, assim como exige-se também essa congruência entre o corpo do homem e o seu papel masculino. Torna-se complexo conseguir diferenciar sexo e gênero dentro dessa estrutura toda montada e pré-definida, pois “Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos” (BUTLER, 2003, p. 24).

O que se nota a partir desses vínculos arbitrários entre corpos e papéis sociais instaurados é a relação de poder que se dá entre esses sexos de modo inversamente proporcional: quanto mais poder (de discurso e de ação) é dado aos homens, mais as mulheres são vistas e tratadas como submissas, subordinadas e incapazes. O que é ser mulher, então, visto que essa designação nos é veementemente atribuída ou negada antes mesmo de deixarmos o útero? “Ser mulher constituiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural, ou seria a ‘naturalidade’ constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas?” (BUTLER, 2003, p. 08-09). Se conseguirmos entender que essa estrutura binária na qual nos encontramos imersas/os exige uma conceituação das categorias de sexo, precisamos entender que é essa conceituação que vai, também e sobretudo, por meio do discurso performativo, produzir, reiterar e limitar os ideais de *homem* e *mulher*. De acordo com Butler (2003, p. 20),

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Da mesma forma que a autora pinta como uma tarefa árdua e quase impossível, por essa linha de raciocínio, conseguir conceituar de modo estável e permanente o que é ser mulher na realidade, ela nos apresenta a problemática da *mulher* como sujeito do feminismo em busca de representação linguística e política: a fim de que haja uma promoção da visibilidade política das mulheres, o sujeito feminista precisa se mostrar discursivamente constituído para que possa ser coerentemente representado. Butler, ao trazer para a discussão o que Michel Foucault debate em *A história da sexualidade I: a vontade de saber* (1990), quando afirma que esse autor “observa que os sistemas jurídicos *produzem* os sujeitos que subsequentemente passam a representar”, ela ainda acrescenta:

As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio de limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo ‘proteção’ dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém, em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas. (BUTLER, 2003, p. 18)

Ou seja, percebendo a dificuldade que é definir “uma categoria una das mulheres”, um “sujeito estável do feminismo”, a representação política e linguística da categoria acaba por gerar diversas recusas. Se não há um jeito específico de *ser mulher*, como definir o que é a *mulher* que o feminismo deve representar? Longe de sugerir a recusa, a dispensa de uma representação política das mulheres, Butler afirma que a tarefa é, na verdade, “formular, no interior dessa estrutura construída, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e imobilizam” (BUTLER, 2003, p. 22). De acordo com bell hooks (2017),

à medida que o movimento feminista progrediu, as mulheres negras e de cor que ousaram desafiar a universalização da categoria “mulher” criaram uma revolução nos estudos acadêmicos feministas. Muitas brancas que de início haviam resistido a repensar o modo com que as acadêmicas feministas falavam sobre a condição da mulher passaram a aceitar as críticas e a criar uma atmosfera crítica em que pudéssemos falar sobre os gêneros de maneira mais complexa e onde pudéssemos reconhecer as diferenças de condição feminina sobredeterminadas pela raça e pela classe social. (p. 167)

Dessa forma, podemos perceber que *gênero* não pode ser algo dado, tido como pronto, visto que, embora as práticas e os ideais reguladores sejam previamente e culturalmente construídos, ele se dá de modo *performativo*, ou seja, “constituente da identidade que supostamente é”. De acordo com Butler (2003, p. 48), “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados”, sendo um eterno *vir-a-ser*, um eterno *tornar-se*. Entender gênero como algo imutável, consolidado e inflexível é não atentar-se para o fato de que, na verdade, ele é “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59).

Quando discutimos o caráter performativo da construção de gênero, chamamos a atenção para o modo constante com que o gênero se dá na realidade, por meio de atitudes e ações reiteradas que culminam numa tentativa de constituição da identidade do sujeito. Se nos pautarmos na individualidade de cada um, é lógico pensar que essas atitudes e ações não se dão da mesma maneira, logo, não têm condições de gerarem as mesmas consequências nos diferentes sujeitos e de produzirem um padrão constante de identidades.

Compreender a performatividade de gênero é entender que, embora haja uma matriz normativa arbitrária, binária e compulsiva, a identidade de gênero de cada um/a nunca vem

pronta e nunca pode ser dada como definitiva e, havendo esse padrão regulador, o que acontece é apenas uma aproximação ou um afastamento dos ideais de mulher e homem, de feminino e masculino, visto que os contextos da constituição das identidades nunca são os mesmos entre si. São, na verdade, vários os fatores que contribuem para a construção de gênero de um sujeito, não apenas o sexo biológico dessa pessoa.

Portanto, se compreendermos que gênero se dá performativamente numa sociedade regida por uma matriz normativa, veremos que a ideia de subversão nessa realidade é tão intrínseca quanto instantânea. Se há uma lei social que deve ser seguida à risca para que existam mulheres e homens cumprindo seus papéis na sociedade conforme os padrões estabelecidos e em vigência, o movimento de afastamento em relação a esses padrões não é visto com bons olhos. Seria preciso um profundo movimento de reflexão generalizado a fim de se elucidar que é a própria obrigação de ser algo de determinado jeito que produz o que é tido como subversivo, o que é a própria possibilidade de subversão.

Se a subversão for possível, será uma subversão a partir de dentro dos termos da lei, por meio das possibilidades que surgem quando ela se vira contra si mesma e gera metamorfoses inesperadas. O corpo culturalmente construído será então libertado, não para seu passado “natural”, nem para seus prazeres originais, mas para um futuro aberto de possibilidades culturais. (BUTLER, 2003, p. 139)

Por estarmos, nesta pesquisa, tratando de indivíduos, sujeitos sociais imersos em alguma determinada cultura num determinado contexto, inevitavelmente imbuídos das regras dessa estrutura binária irrestrita e compulsiva a respeito da qual estamos nos referindo desde o início deste trabalho, percebemos também por meio da biografia de Carolina e do seu *Quarto de despejo* como as reiteraões de certas normas de gênero agem nela. Por exemplo: quando nos deparamos com Farias (2018) discorrendo sobre as influências das normas estéticas sobre a autora e que se fazem fortes na sociedade até hoje, como o episódio que ele relata retirado do *Diário de Bitita* da compra de um vestido novo de godê quando residia em Franca:

[...] sentia-se como se tivesse realizado um dos seus maiores “desejos”, pois o vestido exercia uma espécie de “magia no [seu] subconsciente”, a ponto de assemelhar-se “a um reconstituente [da sua] vaidade feminina”, pois pretendia, com ele, ficar “bonita”, ir ao cinema, comparecer a uma “festa” ou aos bailes “sem constrangimentos”, além de “usá-lo para passear com um namorado”. (FARIAS, 2018, p. 107-108)

Outro exemplo de reiteração das normas de gênero sobre a qual discorre Farias é quando Carolina se encontrava grávida do segundo filho, “passando necessidades”, se sentindo “uma mulher solitária: nenhum homem a levava a sério. Seus relacionamentos não passavam da gravidez que gestava [...]” (p. 133). O ano era 1950, Carolina era colaboradora do jornal “O Defensor” (p. 127) e ela divulgou a seguinte poesia no jornal:

O minha filha querida parabéns, Pôis
vais casar?
Queres ser feliz na vida
Ouça-me o que vou citar

Dizem que é a mulher
Que faz feliz o seu lar
É feliz se ela souber
– Viver, e pensar

Trate bem o seu marido
Com tôda dedicação
Não o deixes aborrecido
Não lhe faças ingratidão

Se o teu marido falar
Não te custa obedecer
O que se passa no lar
Ninguém precisa saber

Se tens filhos, da-lhes prazer
Enquanto são meninos
Porque depôis de crescer
Ninguém sabe seus destinos

Conforma-te, e não protesta
As agruras de pobreza
Ser pobre e honesta
É uma grande riquêza

Sêja muito carinhosa! E
agradável no falar
Uma mulher nervosa
Não prende o esposo no lar

Seu espôso, debes honrar
O matrimônio, é ato sério
A vaidade, faz a mulher transviar
A sociedade, reprova o adultério (p. 132-133)

É... Como o próprio Tom Farias comenta na biografia da autora, encontrar uma poesia com esse teor de passividade feito sob autoria de Carolina de Jesus é realmente estranho. Mas, como ele também indica, podemos lembrar que ela estava passando por um momento

crítico da vida, vivendo no Rio de Janeiro, grávida de seu segundo filho, sem meios de prover nada para si nem para as crianças, sob aquela pressão social de ser mãe solteira e pobre (FARIAS, 2018, p. 133).

No entanto, outra explicação possível seria a de que, embora o diário Carolina produza uma literatura forte, com uma narrativa autobiográfica crítica e socialmente questionadora, a sua expressão poética em alguns outros textos é tradicional e ingênua. Esse aspecto contraditório de sua obra é um fato por meio do qual evidenciamos que a opacidade do sujeito perpassa suas produções, sendo ilustrada por elas. Não podemos perder de vista a ideia de que as pessoas não são constantes, de que os contextos de vida, as aspirações e as ações de cada um variam conforme suas próprias subjetividades vão sendo construídas. Por isso consideramos mais justo reconhecer que todo/a autor/a pode possuir várias faces ao longo de sua trajetória e de sua literatura e pode assumi-las, ao escrever, de acordo com uma sincronia entre o seu processo de construção da subjetividade e o seu processo de criação literária. Por isso, uma análise de gênero em uma obra não pode ser baseado somente em ações transgressoras, desconsiderando totalmente o peso das ações reiterativas das normas de gênero inerentes a qualquer processo a ser examinado.

4.3 “Êle é de ferro e eu sou de aço”: CAROLINA E A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO

Entendemos que discutir questões de gênero é propor, de forma aberta e profunda, uma análise do que entendemos por feminino e masculino e como isso repercute na formação do sujeito a medida em que a atribuição de um gênero a alguém dita, instantaneamente, regras relativas ao seu modo de agir em sociedade e consigo mesmo, às suas relações interpessoais, ao seu modo de se vestir, de se portar, de se comunicar e também dita regras a respeito de suas aspirações profissionais, de sua idealização de família, de suas relações afetivas, amorosas e sexuais, de sua concepção de poder e de sujeição, de sua identidade. “[...] em que medida as *práticas reguladoras* de formação e divisão de gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o *status* auto-idêntico da pessoa? Em que medida é a ‘identidade’ um ideal normativo, ao invés de uma característica descritiva de experiência?” (BUTLER, 2003, p. 38). São as práticas reguladoras que produzem e impõem essa coerência entre sexo biológico, papel de gênero e prática sexual estabelecendo leis que, por cobrarem uma continuidade, acabam concebendo, justamente por proibir, o que é visto como

descontinuidade e incoerência de gênero (BUTLER, 2003, p. 38). Ou seja, na busca por criar e respaldar identidades coerentes, é a matriz normativa que determina quais formas de identidades são legítimas e podem existir e quais não são e não podem.

Ao descrever as experiências dos sujeitos-mulheres do Canindé, Carolina coloca em discussão a coerência dessa estrutura, a pertinência dessa matriz normativa que, ao impor características específicas a uma ideia de identidade padrão, desconsidera a relevância da existência de sujeitos distintos, diferentes do *ideal*. Ela descreve mulheres que sustentam a casa e a família, mulheres que apartam as brigas dos homens, mulheres que se unem para *dar uma lição* em alguém, mulheres que batem, mulheres que lutam para se manterem vivas, mulheres nada dóceis, mulheres com vícios, mulheres insubmissas, mulheres que não são *mães acima de tudo*, mulheres que não são boas companheiras... E são todas mulheres – cada uma a sua maneira, mas todas mulheres.

8 de julho de 1958 [...] ³ Já faz uns dois anos que eu não deito durante o dia. Penso no senhor João que já há tempos estava doente. Paralisia. Ele dizia que queria morrer porque não apreciava ser sustentado pela esposa. Que a vida sem doença já é dura de conduzir. A sua esposa dona Angelina é que trabalhava para os dois. [...] (p. 88-89)

12 de junho de 1958 [...] ... O tal Valdemar hoje agrediu o senhor Alexandre com uma enxada. As mulheres interviram. Eu fico admirada do senhor Alexandre temer o Valdemar. Porque as mulheres resolutas da favela expandem o Valdemar com vassouras e chinelos. Mas, quando alguém lhe teme, êle prevalece. [...] (p. 60)

Carolina nos coloca em contato com a descrição de experiências de mulheres fortes, combativas. Ao longo de vários trechos de seu diário, nos deparamos com várias formas de ser mulher num contexto marcado pela desigualdade, pelo racismo, pela misoginia; várias formas de se manter inteira ou de cuidar dos pedaços que restam. Não há como ser dócil ou como ser branda quando a luta pela sobrevivência é diária, quando o espaço em que se reside é desconsiderado e quando o próprio corpo (feminino e negro) é visto como um objeto renegado socialmente. O que Carolina nos descreve é que ser mulher exige virilidade, exige ao mesmo tempo resistência e adaptação, e as mulheres do *Quarto de despejo* são narradas como verdadeiros sujeitos de luta, os quais a sociedade não quer aceitar, no entanto, também não vai conseguir eliminar.

³ O sinal de [...] indica cortes e supressões originais no texto de *Quarto de despejo* (1960), enquanto o sinal de (...) indica cortes e supressões feitos por mim.

A sociedade, ao se deparar com novas práticas desse sujeito mulher, procura desenvolver estratégias para dar conta dessas mudanças na sociedade e, nesse jogo de forças, surgem novas formas de expressar a virilidade, novas formas de conduta, contracondutas e novas formas de discursivizar o sujeito mulher diante da virilidade que deixa de ser sinônimo de masculinidade e passa a apresentar novas preocupações com os corpos. (BASSANI, 2018, p. 88)

A autora parece querer deixar bem claro em seu relato que, na realidade crua e desvelada, a tática para a sobrevivência da mulher é, várias vezes, a transgressão do ideal normativo.

1 de junho de 1958 [...] Chegou o tal Vitor, o homem mais feio da favela. O representante do bicho papão. Tão feio, e tem duas mulheres. Ambas vivem juntas no mesmo barraco. Quando êle veio residir na favela veio demonstrando valentia. Dizia:

- Eu fui vacinado com o sangue do Lampeão!

Dia 1 de janeiro de 1958 êle disse-me que ia quebrar-me a cara. Mas eu lhe ensinei que **a é a** e **b é b**. Êle é de ferro e eu sou de aço. Não tenho força física, mas as minhas palavras ferem mais do que espada. E as feridas são incicatríveis.

Aqui notamos o humor somado à percepção da narrativa de si feita pelo homem que vai desencadear na ameaça dele e na autoimagem dela: um se acha lampião, a outra se acha de aço - sem força física, mas tem o poder da literatura. Em seguida, mostra que não se protegeu exatamente com palavras enquanto literatura, mas com a polícia mesmo:

Êle deixou de aborrecer-me porque eu chamei a radio patrulha para êle, e êle ficou 4 horas detido. Quando êle saiu andou dizendo que ia matar-me. Então o Adalberto disse-lhe:

- É o pior negocio que você vai fazer. Porque se você não matála ela quem te mata. Eu tenho uma habilidade que não vou relatar aqui, porque isto há de defender-me. Quem vive na favela deve procurar isolarse, viver só. O Vitor está tocando radio. Penso: hoje é domingo e nós podiamos dormir até as 8. Mas aqui não há consideração mutua. [...]. (p. 49-50)

A medida em que vai nos contando sobre seu desentendimento com Vitor, ela também nos revela a sua visão do que é viver na favela: ao contrário de uma imagem de vida social coletiva, ela indica a necessidade de solidão, afirmando que, ali, a condição para sobreviver é saber se isolar e se defender. Sua habilidade específica de defesa pessoal lhe é tão cara que ela nem se atreve a contá-la ao seu próprio diário, sendo esse o segredo que pode garantir alguma segurança em manter-se viva.

Essa notação que mostra uma raiva da vida na favela encontra em outra notação a ideia de superioridade pelo caráter que permite que ela tenha pena. Carolina se permite estar no lugar de quem descreve e de quem julga, justamente por ter noção do poder existente no discurso e dele proveniente. Enquanto narra e compõe seu diário, demonstra saber que aquela realidade será, a partir de então e mediante sua leitura posterior, ressignificada pela junção de seu ponto de vista mais sua habilidade com as palavras. Ela quer que a sua realidade seja tida como verdade e o faz por meio do relato, descrevendo os fatos e suas impressões, seus consentimentos e repulsas, sua complacência ou desprezo.

[...] Eu nada tenho que dizer da minha saudosa mãe. Ela era muito boa. Queria que eu estudasse para professora. Foi as contingências da vida que lhe impossibilitou concretizar o seu sonho. Mas ela formou meu caráter, ensinando-me a gostar dos humildes e dos fracos. É por isso que eu tenho dó dos favelados. Se bem que aqui tem pessoas dignas de desprezo, pessoas de espírito perverso. Esta noite a Dona Amelia e o seu companheiro brigaram. Ela disse-lhe que ele está com ela por causa do dinheiro que ela lhe dá. Só se ouvia a voz de Dona Amelia que demonstrava prazer na polemica. Ela teve varios filhos. Distribuiu todos. Tem dois filhos moços que ela não quer dentro de casa. Pretere os filhos e prefere os homens.

O homem entra pela porta. O filho é a raiz do coração. [...] (p.

49-50)

Mas, ao mesmo tempo em que vemos passagens em que ela afirma e sustenta sua ideia de superioridade em relação aos favelados, também nos deparamos com trechos em que ela assume que seu mecanismo de defesa é o ato de assumir-se enquanto da favela. É um poder simbólico que permite que os outros tenham medo dela:

7 de julho de 1958 ... Fui na dona Juana, ela deu-me pães. Passei na fabrica para ver se tinha tomates. Havia muitas lenhas. Eu ia pegar uns pedaços quando ouvi um preto dizer para eu não mecher nas lenhas que ele ia bater-me. Eu disse para bater que eu não tenho medo. Ele estava pondo as lenhas dentro do caminhão. Olhou-me com desprezo e disse:

- Maloqueira!

- Por eu ser de maloca é que você não deve mecher comigo. Eu estou habituada a tudo. A roubar, brigar e beber. Eu passo 15 dias em casa e quinze dias na prisão. Já fui sentenciada em Santos.

Ele fez menção de agredir-me e eu disse-lhe:

- Eu sou da favela do Canindé. Sei cortar de gilete e navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nortista está me dando aulas.

Se vai me bater pode vir.

Comecei apalpar os bolsos.

- Onde será que está minha navalha? Hoje o senhor fica só com uma orelha. Quando eu bebo umas pingas fico meio louca. Na favela é assim, tudo que aparece por lá nós batemos e roubamos o dinheiro e tudo que tiver no bolso. [...]

Para lidar com ataques de pessoas que não a conheciam, a proteção de Carolina era valer-se do modo de vida da favela, reforçando aspectos negativos que eram atribuídos aos favelados, como a prática do roubo, da briga e o hábito do álcool. Em momentos como esse, a tática de sobrevivência era desapegar-se da vontade de diferenciação, deixar em suspenso a ideia de superioridade e utilizar os artifícios do discurso visando uma reação do destinatário que se assemelhe mais ao medo que ao respeito.

[...] O preto ficou quieto. Eu vim embora. Quando alguém nos insulta é só falar que é da favela e pronto. Nos deixa em paz. Percebi que nós da favela somos temido. Eu desafiei o preto porque eu sabia que êle não ia vir. Eu não gosto de briga. [...]

No desenvolvimento do trecho, Carolina narra uma situação envolvendo, justamente, favelados, briga e álcool. Ela nos apresenta o espetáculo da violência, no mesmo dia, sob dois pontos de vista: anteriormente, como uma forma de se prevenir e se proteger fora da favela; agora, como um cenário desprezível, truculento, nada comedido, tal qual uma tourada.

[...] Enquanto eu vestia ouvia a voz do Durvalino que discutia com um bebado desconhecido por aqui. Começou surgir as mulheres. Elas não perdem estas funções. Passam horas e horas contemplando. Não lembram de nada, se deixou panela no fogo. A briga para elas é tão importante como as touradas de Madri para os espanhóis. (p. 82-83)

E também encontramos trechos onde a temática da violência vem com uma articulação um tanto mais humorística:

15 de agosto de 1958 [...] ... O povo estava esperando o Anselmo aparecer para lhe expandar. Reuniram homens e mulheres para o batefundo.

... Ouvi dizer que o Anselmo pulou a cerca e saiu pelo fundo. Eu disse que queria ser homem, porque assim eu podia quebrar e bater. Então um homem respondeu:

- Eu queria ser mulher, mas so de dia.

E todos sorriram. [...] (p. 109)

Embora a situação acima descrita tenha um teor mais bem humorado, nela também encontramos vestígios do tratamento que mulheres estavam e estão sujeitas: ser uma mulher e transitar à noite, convivendo forçosamente com o perigo eminente do desrespeito, do estupro. De novo, Carolina compreende e registra que o efetivo privilégio está em ter um sexo oposto ao seu: se fosse um homem, poderia *bater* e *quebrar*, resolver situações injustas,

mas como é uma mulher, o que lhe resta é o medo da objetificação, do assédio. Assim como no trecho desenvolvido no início do primeiro capítulo desse trabalho (veja na página 17), a representação presente no imaginário da autora de quem tem o poder de resolver problemas consiste na figura do homem: são eles que podem lutar pelo país, solucionar problemas na favela como o caso do Anselmo, e cabe a eles a responsabilidade de garantir uma boa moradia para os filhos mediante seu *poder de solucionar*. Às mulheres, cabe apenas o desgosto.

2 de julho de 1959 [...] ... Êle deu-me 120 cruzeiros e 20 para cada filho. Êle mandou os filhos comprar doces para nós ficarmos sozinhos. Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher. Dei graças a Deus quando êle despediu-se. (p. 169)

8 de agosto de 1959 [...] ... A pior praga da favela atualmente são os ladrões. Roubam a noite e dormem durante o dia. Se eu fosse homem não deixava os meus filhos residir nesta espelunca. Se Deus auxiliar-me hei de sair daqui, e não hei de olhar para trás. (p. 179)

E a medida em que vai pintando o seu entorno, com frases objetivas e sentenças curtas, Carolina também ilustra o quão cambiáveis e complexos são os valores pelos quais nossa sociedade baliza suas relações interpessoais. Por meio de seus relatos, percebemos como são tênues as linhas que separam a transgressão às normas de suas reiterações; percebemos também como é diversa e singular a formação da identidade de um sujeito, como nossos ideais de *certo* e *errado* conversam entre si ao mesmo tempo em que travam verdadeiras batalhas. Sentimos que é como se Carolina dissesse “mulher tem que ser forte, mas tem que se dar ao respeito”, e quantas não são as pessoas que também trazem consigo esse mesmo discurso? Nossa autora, de maneira brilhante, nos permite contatar a densidade psicológica de uma pessoa que se pinta tão complexa como realmente é, que narra ao mesmo tempo suas lutas sociais e suas preocupações estéticas, suas ideias do que vem a ser uma *mulher correta*, enfim, ela nos permite analisar e crer que o processo de construção identitária não pode (e nem conseguiria!) ser algo constante, linear.

Percebemos isso quando Carolina descreve uma mulher tida como *bonita* para sua filha como sendo uma mulher bem vestida, cheirosa e com sapato e bolsa combinando, e reitera esse ideal de beleza justificando o elogio feito pela filha com a ideia que tem a pequena de ter *um carro só para carregar pessoas bonitas*. Ao ganhar dinheiro da tal mulher, que se sentiu lisonjeada após ser bajulada por Vera, podemos ver que o ideal de beleza entre aquelas três mulheres tão diferentes entre si era o mesmo: era muito óbvio naquela cena quem era

bela, quem podia ser bela e como a reiteração desse *óbvio*, como essa elevação de uma beleza imposta, ao alimentar o ego daquela desconhecida, poderia se transformar em meios para alimentar a si e aos seus. Para Carolina, só lhe era permitido *ser bela em sonhos deslumbrantes*.

19 de maio de 1958 [...] Quando eu seguia na Avenida Cruzeiro do Sul ia uma senhora com um sapato azul e uma bolsa azul. A Vera disse-me:
- Olha mamãe. Que mulher bonita! Ela vai no meu carro. É que minha filha Vera Eunice diz que vai comprar um carro só para carregar pessoas bonitas. A mulher sorriu e a Vera prosseguiu:
- A senhora é cheirosa!
Percebi que a minha filha sabe bajular. A mulher abriu a bolsa e deu-lhe 20 cruzeiros. (p. 36)

2 de setembro de 1958 [...] ... Eu durmi. E tive um sonho maravilhoso. Sonhei que eu era um anjo. Meu vestido era amplo. Mangas longas cor de rosa. Eu ia da terra para o céu. E pegava as estrelas na mão para contemplá-las. Conversar com as estrelas. Elas organizaram um espetáculo para homenagear-me. Dançavam ao meu redor e formavam um risco luminoso. Quando despertei pensei: eu sou tão pobre. Não posso ir num espetáculo, por isso Deus envia-me estes sonhos deslumbrantes para minh'alma dolorida. Ao Deus que me poteje, envio os meus agradecimentos. (p. 117)

Ela também se mostra profundamente chateada, incomodada, com as mulheres que se mantêm por meio da prostituição. A ideia de que o corpo da mulher deve ser resguardado é um assunto não raro em seus escritos, defendendo que é preferível a uma mulher saber ler e cuidar de uma casa do que ganhar a vida *lecionando pornografia*, sendo essa a *derrota moral de uma mulher*.

8 de julho de 1958 [...] ... Quando existia a saudosa Rua Itaboca, eu digo saudosa porque vejo tantos homens lamentando a extinção da zona do meretrício. Quando eu ia lá e via as mulheres mais nojentas e perguntava:
- Onde vocês foram criadas?
- No Abrigo de Menores.
- Vocês sabem ler?
- Não! Porque? Você é padre?
Eu parava a interrogação. Elas não sabiam ler, nem cuidar de uma casa. A única coisa que elas conhecem minuciosamente e pode lecionar e dar diplomas é pornografia.
Pobres orfãs do Juiz! [...] (p. 88)

22 de outubro de 1958 [...] Dei o jantar aos filhos, eles foram deitar-se e eu fui escrever. Não podia escrever socegada com as cenas amorosas que se desenrolavam perto do meu barracão.
Pensei que iam quebrar a parede!
Fiquei horrorizada porque a mulher que estava com o Lalau é casada. Pensei: que mulher suja e ordinária! Homem por homem, mil vezes o espôso.

Creio que um homem só chega para uma mulher. Uma mulher que casou-se precisa ser normal.

Esta historia das mulheres trocar-se de homens como se estivesse trocando de roupa, é muito feio. Agora uma mulher livre que não tem compromissos pode imitar o baralho, passar de mão em mão. (p. 122)

28 de outubro de 1958 ... A I. separou-se do espôso e está morando com a Zefa. O espôso dela encontrou ela com o primo. Agora a I. veio comercializar o seu corpo, na presença no espôso. Penso: a mulher que separa-se do espôso não deve prostituir-se. Deve procurar um emprego. A prostituição é a derrota moral de uma mulher. É como um edificio que desaba. Mas tem mulher que não quer ser só de um homem. Quer ser dos homens. É uma unica dama, dançando quadrilha com varios homens. Sai dos braços de um, vai para os braços de outro.

E a Dona Maria Preta trouxe a filha para eu desinfetá-la. Ela está com boqueira. (p. 123)

E podemos ver também que a ideia de que uma mulher, após casar-se, parece ter um papel a cumprir, uma moral a zelar, uma família para manter dentro dos bons costumes, é na verdade uma ideia geral. Por meio do diário de Carolina percebemos isso: é no que os homens acreditam e é no que as mulheres se pautam. Do ponto de vista comum, como na fala transcrita de Alexandre, um morador da favela, *mulher depois que casa é para suportar o marido*. E Carolina não parece se opor a esse pensamento (tanto não se opõe que opta em não se casar, justamente para não ter que se prestar a esse *papel de esposa*).

20 de julho de 1958 [...] E [o Alexandre] desacatava o soldado Edison, querendo bater-lhe no rosto e dizendo-lhe:

- Leva a minha mulher para você! Mulher depois que casa é para suportar o marido e eu não adimito soldado dentro da minha casa. Você está interessado na minha mulher? [...] (p. 95)

Ao discorrer sobre as relações dela com as outras mulheres da favela, as relações delas entre si e as delas com os homens que ali viviam, percebemos no discurso de Carolina como agem as normas das condições de gênero na nossa sociedade até hoje. A autora que nos apresenta com incredulidade as opressões que presencia é, assim como todo indivíduo pertencente a uma cultura, também imbuída por parâmetros sociais – que podem, não raramente, parearem-se aos parâmetros dominantes. Ao analisarmos os relatos de Carolina a respeito das mulheres do Canindé baseados em seus critérios normativos, podemos perceber como a norma padrão da questão do gênero agia sobre a autora, como essas amarras ainda a apertavam, ainda condicionavam o seu olhar a respeito da questão das mulheres, da mesma forma que acontece com todo sujeito que cresce em comunidade, que se desenvolve em

sociedade, que não vive isolado. A pesquisadora Elaine da Conceição Silva (2016) também fala sobre a representação da mulher na obra de Carolina de Jesus da seguinte maneira:

[...] Carolina também forma, através de seus discursos, juízos de valor sobre o comportamento das mulheres, norteados por certa moralidade que nega à mulher a autonomia em relação a seu próprio corpo ou que a condiciona a certos papéis sociais que definem o que seja uma boa esposa, mãe e, portanto, mulher. Entretanto, suas contradições, ao invés de desqualificarem sua visão a respeito da mulher, a torna emblemática do ponto de vista literário, uma vez que representam aspectos da realidade social, estilizados e ressignificados pela escritora. (p. 111)

E complementa da seguinte maneira: “[...] ao se considerar os fatores sociais, econômicos e políticos de uma sociedade dominada por homens, conceber a existência de uma escrita essencialmente feminina é algo ilusório” (SILVA, 2016, p. 111). Em seu artigo, Silva (2016) trata do fato de Carolina transitar entre os dois discursos comumente e socialmente propagados a respeito dos estereótipos atribuídos às mulheres no momento de descrever as mulheres da favela: o da mulher má, perversa, diabólica, pecadora, e o da mulher santa, mãe virtuosa; ambos pertencentes ao intento do controle do corpo da mulher, ambos atribuídos num movimento que se dá de fora para dentro (p. 119).

17 de julho de 1955 [...] Fui torcer as minhas roupas. A D. Aparecida perguntou-me:

- A senhora está grávida?

- Não senhora - respondi gentilmente.

E lhe chinguei interiormente. Se estou grávida não é da sua conta. Tenho pavor destas mulheres da favela. Tudo quer saber! A língua delas é como os pés de galinha. Tudo espalha. Está circulando rumor que eu estou grávida! E eu, não sabia! (p. 15)

20 de maio de 1958 [...] ... As mulheres que eu vejo passar vão nas igrejas buscar pães para os filhos. Que o Frei Luiz lhes dá, enquanto os espôsos permanecem debaixo das cobertas. Uns porque não encontram emprego. Outros porque estão doentes. Outros porque embriagam-se.

... Eu não preocupo-me com os homens delas. Se fazem bailes eu não compareço porque não gosto de dançar. Só interfiro-me nas brigas onde prevejo um crime. Não sei a origem desta antipatia por mim. Com os homens e as mulheres eu tenho um olhar duro e frio. O meu sorriso, as minhas palavras ternas e suaves, eu reservo para as crianças. [...] (p. 38)

23 de maio de 1958 [...] A Theresa irmã da Meyri bebeu soda. E sem motivo. Disse que encontrou um bilhete de uma mulher no bolso do seu amado. Perdeu muito sangue. Os médicos dizem que se ela sarar ficará imprestável. Tem dois filhos, um de 4 anos e outro de 9 meses. (p. 44)

Os conflitos de Carolina com as mulheres da favela se dão dos mais variados tipos, vários e vários dias ao longo de todo o diário. Embora suas condições sociais fossem semelhantes, o

modo como viam e viviam suas vidas eram descritos por Carolina como muito díspares. Não havia ajuda mútua e, no fundo, parece que realmente ninguém se empenhava nisso. A relação de Carolina com as outras mulheres do Canindé era baseada no julgamento, na disputa de forças por meio das palavras: insulto, reprovação, provocação... No trecho abaixo, vemos nossa autora narrando que tem plena consciência do modo como sua destreza com a literatura também pode ser usada como ameaça e proteção ante os ataques que sofre constantemente.

19 de julho de 1955 [...] Há casa que tem cinco filhos e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há as mulheres que os espôsos adoecem e elas no penado da enfermidade mantem o lar. Os espôsos quando vê as espôsas manter o lar, não saram nunca mais.

[...] O dia de hoje me foi benéfico. As rascôas da favela estão vindo eu escrever e sabe que é contra elas. Resolveram me deixar em paz. Nas favelas, os homens são mais tolerantes, mais delicados. As bagunceiras são as mulheres. As intrigas delas é igual a de Carlos Lacerda que irrita os nervos. E não há nervos que suporta. Mas eu sou forte! Não deixo nada impressionar-me profundamente. Não me abato. (p. 21-22)

Baseada na sua conflituosa e tensa relação com aquelas mulheres, ela reforça a ideia comumente propagada de que mulheres são bagunceiras, faladeiras e briguentas. Por meio de sua escrita, reconhecemos o empenho de Carolina em se diferenciar dessa imagem que ela mesma atribui a elas: diferentemente daquelas mulheres, Carolina usa as palavras para fazer arte, não fofoca. Existem vários exemplares de mulher na favela do Canindé, os quais a autora registra em várias de suas passagens e dos quais ela tenta se distinguir.

11 de junho de 1958 [...] E por falar na água, o que eu não gosto e tenho pavor é de ir buscar água. Quando as mulheres aglomeram na torneira, enquanto esperam a sua vez de encher a lata vai falando de tudo e de todos. Se uma mulher está engordando, elas dizem que está grávida. Se está emagrecendo elas dizem que está tuberculosa. Temos aqui a Dona Binidita que está com 82 anos. Começou a engordar... - É filho! A Dona Benedita está grávida.

- Não diga! Naquela idade?

- Isto é o fim do mundo!

- De quantos meses?

Seis, sete, a data que vinha na mente. E quando alguém ia levar roupinhas para a Dona Binidita ela chingava e rogava praga. Dizia:

- Eu sou mãe da que já saiu da circulação. Como é que eu posso ter filho?

Eu já estou aposentada. [...] (p. 58-59)

13 de junho de 1958 [...] No Frigorífico vi uma mocinha comendo salsichas do lixo.

- Você pode arranjar um emprego e levar uma vida reajustada. Ela perguntou-me se catar papel ganha dinheiro. Afirmei que sim. Ela disse-me que quer um serviço para andar bem bonita. Ela está com 15 anos. Época que achamos o mundo maravilhoso. Época em que a rosa desabrocha. Depois vai caindo petala por petala e surgem os espinhos. Uns cançam da

vida, suicidam. Outros pasam a roubar. (...) Olhei o rosto da mocinha. Está com boqueira. [...] (p. 60)

Hoje eu estou lendo. E li o crime do Deputado de Recife. Nei Maranhão. (...) li o jornal para as mulheres da favela ouvir. Elas ficaram revoltadas e começaram a chingar o assassino. E lhe rogar praga. Eu já observei que as pragas dos favelados pegam. (p. 61)

14 de junho de 1958 [...] ... Enquanto eu esperava na fila para ganhar bolachas ia ouvindo as mulheres lamentar-se. Outra mulher reclamava que passou numa casa e pediu esmola. A dona da casa mandou esperar (...) A mulher continuou dizendo que a dona da casa surgiu com um embrulho e deu-lhe. Ela não quis abrir o embrulho perto das colegas, com receio que elas pedissem. Começou a pensar. Será um pedaço de queijo? Será carne? Quando ela chegou em casa, a primeira coisa que fez, foi desfazer o embrulho porque a curiosidade é amiga das mulheres. Quando desfez o embrulho viu que eram ratos mortos.

Tem pessoas que zombam dos que pedem. [...] (p. 61-62)

24 de junho de 1958 [...] ... Eu estava fazendo almôço quando a Vera veio dizer-me que havia briga na favela. Fui ver. Era a Maria Mathias que estava dando seu espetáculo histerico. Espetáculo da idade critica. Só as mulheres e os medicos é quem vai entender o que eu disse. [...] [...] O Valdemar levanta de manhã e vem para a favela.

Porque este homem não vai trabalhar? Êle não gosta de mim. (...) Eu gostava imensamente da mãe dêle. Mas a Dona Aparecida disse-me que foi nós os favelados quem deturpamos o seu filho. Mas os homens da favela alguns vão trabalhar. Os outros quando não trabalham ficam na favela. Ninguem chama o Valdemar aqui. É que êle já nasceu com o espirito inferior. (...) Se a gente pudesse escrever sempre elogiando! Se eu escrever que o Valdemar é bom elemento quando alguém lhe conhecer não vai comprovar o que eu escrevi. (p. 71)

25 de junho de 1958 [...] Ouvi as crianças dizendo que estavam brigando. Fui ver. Era a Nair e a Meiry. A Nair é branca. A Meiry é preta. Já faz tempo que a Meiry anda prometendo que vai bater na Nair. A Meiry é temida porque anda com gilete. E ela foi bater na Nair e apanhou. A Nair rasgou-lhe as roupas, deixando-lhe nua.

Que gargalhada sonora! Que espetáculo apreciadissimo para o favelado que aprecia profundamente tudo o que é pornografico! As crianças sorri e batem palmas como se estivessem aplaudindo. Depois as crianças se dividem em grupos e ficam comentando:

- Eu vi.

- Eu não vi.

- Eu queria ver.

Atualmente as crianças não mais emocionam quando vê uma mulher nua. Já estão habituadas. As crianças acham que nas mulheres os corpos são iguais. A diferença é a côr. Os meus filhos vem perguntar-me porque é que o corpo da mulher tem isto ou aquilo. Eu finjo que não compreendo estas perguntas incomodas. Êles dizem:

- A mamãe é boba. Ela não compreende nada. (p. 72-73)

28 de junho de 1958 [...] Retorna os corredores. O primeiro colocado é o Joaquim. Quando foi premiar o terceiro colocado, o Armim, que era o juiz, encontrou dificuldades porque havia dois homens que dizia ter chegado em primeiro lugar. E as mulheres entraram como juiz. E exaltaram tanto que o Armim acabou premiando os designados pelas mulheres atrabiliarias que predominam. [...] (p. 74)

29 de junho de 1958 [...] Quando cheguei na favela estavam organizando uma corrida só para mulheres. [...] Eu já ia retirando quando surgiu a Florenciana e o Binidito. A Florenciana, a morta de fome. Vinha reclamando que a sua filha Vilma não havia ganhado nada. E havia participado da corrida, precisava uma medalha. Quem chegou em primeiro lugar foi a Iracema. A Florenciana é preta. Mas é tão diferente dos pretos por ser muito ambiciosa. Tudo que ela faz é visando lucro. Creio que se ela fosse dona de uma matadouro havia de comer os chifres e os cascos dos bois. [...]. (p. 75)

[...] Quando eu ia deitar ouvi uns rumores que na rua A, os baianos estavam brigando. Fui ver. É que o Sergio havia feito um baile. E os nortistas haviam feito outro. E estavam dançando com a porta fechada. E a mulher do Chó foi dançar no baile dos nortistas. Mas ela dançava só com os bonitinhos. E um pernambucano convidou-lhe para dançar com êle. Ela não quis dançar. Olhou o pernambucano minuciosamente e não quis dançar com êle. O Pernambucano quando se viu preterido enfureceuse. Arrancou a peixeira da cinta e investiu na mulher do Chó. A unica coisa que eu vejo correr com rapidez são os ratos e coelhos. E os relampagos. Mas a mulher do Chó quando viu a peixeira na sua direção suplantou o relampago. O povo arrebatou-lhe a peixeira. O pernambucano saiu correndo, fungando e bradando:

- Hoje eu mato, hoje corre sangue na favela.

Veio correndo para a Rua B e arrancou um pau da cerca do senhor Antonio Venancio e voltou para a Rua A. Chegou na casa do Chó e bradava:

- Sai pra fora! Sai pra fora, biscate vagabunda!

Deu-se uma confusão tremenda. Os nortistas falavam e eu não entendia nada. Se no Norte êles for assim, o Norte deve ser horroroso.

E naquela confusão a mulher do Chó desapareceu igual fumaça. (p. 76)

2 de agosto de 1958 - Vesti os meninos que foram para a escola. Eu saí e fui girar para arrancar dinheiro. Passei no Frigorífico, peguei uns ossos. As mulheres vasculham o lixo procurando carne para comer. E elas dizem que é para os cachorros.

Até eu digo que é para os cachorros... (p. 103)

7 de agosto de 1958 [...] ... A dona Alice contou-me que o Policarpo nortista que reside aqui na favela pois uma preta para residir na sua casa. Disse para a mulher que ela era sua prima. E a mulher é muito boa e aceitou a prima em casa com prazer. E a prima ficou em casa varios dias.

A mulher do Policarpo saía e ele ficava com a prima. E um dia, a dona Maria ao chegar em casa, encontrou o Policarpo e a prima, na copola. Ela não gostou e brigaram. E o Policarpo saiu de casa com a prima e foi para Descalvado. Levou os moveis e deixou só a cama. (p. 104)

8 de agosto de 1958 [...] ... Fui lavar as roupas. Na lagoa estava a Nalia, a Fernanda e a Iracema, que discutiam religião com uma senhora que dizia que a verdadeira religião é a dos crentes.

A Fernanda diz que a Bíblia não manda ninguém casar-se. Que manda crescer e multiplicar. Eu disse para a Fernanda que o Policarpo é crente e tinha varias mulheres. Então a Fernanda disse que o Policarpo não é crente.

- É quente!

Achei graça no trocadilho e sorri. Dei uma gargalhada. E coisa que eu não discuto é religião. [...] (p. 105)

19 de setembro de 1958 ... No frigorífico eles não põe mais lixo na rua por causa das mulheres que catavam carne podre para comer. (p. 118)

9 de novembro de 1958 [...] Quem estava no rio era a Dorça e uma nortista que dizia que a nora estava em trabalho de parto. Há três dias. E não conseguia hospital. Chamaram a Radio Patrulha para interná-la e ainda não havia dado solução. A velha dizia:

- São Paulo não presta. Se fosse no Norte era só chamar uma mulher, e pronto.

- Mas a senhora não está no Norte. Precisa providenciar hospital para a mulher.

O marido vende na feira. Mas não quer gastar com a espôsa porque quer ir para o Norte e está juntando dinheiro. (p. 131)

17 de novembro de 1958 ... A I. e a C. estão começando a prostituir-se. Com jovens de 16 anos. É uma folia. Mais de 20 homens atrás delas. [...]

... Vi as moças da Fabrica de Doces, tão limpinhas. A I. e a C. podiam trabalhar. Ainda não tem 18 anos. São infelizes que iniciam a vida no lódo. [...]

A tarde na favela foi de amargar. E assim as crianças ficaram sabendo que os homens fazem... com as mulheres. [...] (p. 132-133)

21 de novembro de 1958 [...] ... Hoje de manhã eu disse para o Seu Joaquim Purtuguês que a filha da D. Mariquinha não sabia ler. Êle disse:

- F... elas aprendem. E aprenderam sem professor. Eu dei uma risada e disse:

- Purtuguês não presta! [...] (p. 134)

29 de junho de 1959 [...] O tal Orlando Lopes passou na minha rua. Êle disse que tudo que eu falo dêle as mulheres lhe conta. São umas idiotas. Eu quero defendê-las, porque há ladrões de tôda especie. Mas elas não compreendem. (p. 168)

Em seu diário, Carolina deixa claro que em momento algum concorda em ser tratada com falta de respeito por parte dos homens com os quais tem contato e que insistem em tratar sobre assuntos tidos por ela como obscenos; nessas ocasiões, a autora se retira da conversa, se recusa a responder, se mostrando nitidamente ofendida com aquele tipo de tratamento. E quem gostaria de ser tratada de modo tão asqueroso como quando Carolina narra um homem insinuando que, por ela ser uma mulher preta e pobre, poderia tratá-la como objeto sexual?

30 de agosto de 1958 [...] Depois circulei pela rua Porto Seguro. Encontrei com aquele moço loiro, alto e bonito. O tipo de homem que as mulheres gostam de abraçar. Êle trabalha no transporte. Êle parece o Nelson Edy. Êle parou para cumprimentar-me.

Fui no senhor Eduardo comprar querosene, óleo, e tinta para escrever. Quando eu pedi o tinteiro, um homem que estava perto perguntou-me se eu sabia ler. Disse-lhe que sim. Êle pegou o lapis e escreveu:

A senhora é casada? Se não for quer dormir comigo?

Eu li e entreguei-lhe, sem dizer nada. (p. 115-116)

Carolina reconhece seu direito de não ter que se submeter a esse tipo de abordagem desagradável, ou eu diria até mesmo repugnante. Sempre que lhe é possível, responde a esse tipo de atitude com uma não-resposta, com sua retirada daquela conversa, como quem, ao se recusar a continuar um diálogo cara a cara, acionasse algum mecanismo que bloqueasse esse tipo de desgaste provindo de uma falta de respeito para consigo.

3 de novembro de 1958 [...] O guarda perguntou quanto eu ia receber latas. Respondi que era 300,00. Que já estou farta de biscates. Êle disse que antes isso do que nada. Eu disse-lhe que as latas de oleo eram a 70,00 e agora está a 60,00. Êle disse:

- Em vez de subir, desce.

Disse que a vida está muito cara. Que até as mulheres estão caras. Que quando êle quer dar uma f... as mulheres quer tanto dinheiro que êle acaba desistindo.

Fingi que não ouvi, porque eu não falo pornografia. Saí sem agradecê-lo. [...] (p. 127)

E ela, ao se reconhecer como real dona de si, sabendo-se digna de respeito, que é o mínimo que toda pessoa merece, relata como é ser uma mulher que confia em sua própria intuição quando o assunto é sua relação afetiva com os homens (que, na verdade, poucas vezes foi narrada como realmente afetiva). Carolina sabe suas prioridades e não tem problema em reafirmá-las sempre que acha necessário: ela quer garantir o sustento de seus filhos, quer sair da favela, quer ser reconhecida como escritora. Quando algum homem lhe demonstra interesse, ela não só justifica sua negação com a falta de tempo para o que, para ela, não é tão importante quanto suas metas pessoais, como também se justifica com o argumento da intuição, da voz do coração (e por que não dizer também da consciência?) da mulher que reconhece suas prioridades. Para Carolina, nem o Seu Gino e nem o soldado alcoólatra merecem tanta atenção assim se comparados aos seus anseios de vida.

27 de julho de 1955 [...] ... Seu Gino veio dizer-me para eu ir no quarto dêle. Que eu estou lhe despresando. Disse-lhe: Não!

É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com êsse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela. Não tenho tempo para ir na casa de ninguém. Seu Gino insistia. Êle disse:

- Bate que eu abro a porta.

Mas o meu coração não pede para eu ir no quarto dêle. (p. 28-29)

15 de junho de 1958 [...] ... Tinha um soldado que aparecia por aqui. Êle procurava agradar-me. E eu, fugia dele. Caí na asneira de dizer para a Leila que achava o soldado muito bonito, mas não queria nada com êle porque êle bebe pinga. E um dia êle veio falar comigo, cheirando a pinga. Uma noite apareceu e perguntou-me:

- Então, Dona Carolina, a senhora anda dizendo que eu bebo pinga?

Recordei imediatamente da Leila, porque eu tinha dito só para ela.
Respondi:

- Eu acho o senhor bonito, mas tenho medo do senhor beber pinga.
... Percebi que o soldado não apreciou minhas observações.
- O senhor sabe que o soldado alemão não pode beber?
O soldado olhou-me e disse:
- Graças a Deus, sou brasileiro! [...] (p. 64)

8 de janeiro de 1959 ... Encontrei com o motorista que veio despejar a serragem aqui na favela. Convidou-me para entrar no caminhão. O motorista loiro perguntou-me se aqui na favela é fácil arranjar mulher. E se ele podia ir no meu barracão. O motorista disse-me que ele ainda estava em forma. O ajudante dizia que o motorista já havia aposentado. Despedi do motorista e voltei para a favela. Acendi o fogo, lavei as mãos e comecei fazer comida para os filhos. (p. 145-146)

13 de junho de 1959 [...] ... Fiquei pensando num preto que é meu visinho. O senhor Euclides. Ele disse-me:

- Dona Carolina, eu gosto muito da senhora. A senhora quer escrever muitos livros?
- Oh, se quero!
- Mas a senhora não tem quem te dê nada. Precisa trabalhar.
- Eu preciso trabalhar e escrevo nas horas vagas.
- Eu vejo que a sua vida é muito sacrificada.
- Eu já estou habituada.
- Se a senhora quiser ficar comigo, eu peço esmolas e te sustento. É de dinheiro que as mulheres gostam. E dinheiro eu arranjo para você. Eu não tenho ninguém que gosta de mim... Eu sou aleijado. Eu gosto muito da senhora. A senhora tá dentro da minha cabeça. Tá dentro do meu coração.
Quando ele ia me dar um abraço, afastei. (p. 166)

Quando, no entanto, Carolina se permite narrar suas experiências afetivas, nos vemos diante de relatos de uma pessoa que delimita muito bem até onde seus relacionamentos podem interferir no andamento de sua vida pessoal. Ela expõe seu lado romântico quando nos conta sobre senhor Manoel, um homem *agradável no falar, bonito, capaz de lhe deixar sem ação*, e sobre o cigano Raimundo, um homem *calmo, compreensivo, poético e da boca adornada de ouro*. Em ambos os relacionamentos Carolina se narra envolvida de fato, mas não tanto ao ponto de aceitar os pedidos de casamento dos pretendentes. Embora o relacionamento com o senhor Manoel tenha sido descrito primeiro, Carolina começa a se envolver com o cigano Raimundo enquanto ainda se encontra também com Manoel.

26 de julho de 1958 [...] ... O senhor Manoel chegou. Deu-me 80 cruzeiros, eu não quis pegar. Procurei as crianças para tomar banho. Ficaram alegre quando viu o senhor Manoel. Eu disse para o senhor Manoel que ia passar a noite escrevendo. Ele despediu-se e disse:

- Até outro dia!
Nossos olhares se encontraram eu lhe disse:
- Vê se não volta mais aqui. Eu já estou velha. Não quero homens. Quero só os meus filhos.

Êle saiu. Êle é muito bom e iducado. E bonito. Qualquer mulher há de gostar de ter um homem bonito como êle é. Agradavel no falar. [...] (p. 100)

8 de novembro de 1958 [...] O dono da loja de sapatos auxiliou-me a por o guarda-roupa no carrinho. Caiu porque o carrinho deslizou-se. Tinha uns homens da Light trabalhando. Surgiu um e deu-me uma corda. Comecei a amarrar. Mas não conseguia. Começou afluir pessoas para verme. O João ficou nervoso com os olhares. Eu olhava os empregados da Light e pensava: no Brasil não tem homens! Se tivesse ageitava isto aqui para mim. Eu devia ter nascido no Inferno!

Eu puis o colchão dentro do guarda-roupa. Piorou. Os homens da Light olhavam a minha luta. E eu pensava: para olhar êles prestam. Pensei: eu não vim ao mundo para esperar auxilios de quem quer que seja. Eu tenho vencido tantas coisas sosinha, hei de vencer isto aqui! Hei de ageitar êste guarda-roupa. Não estava pensando nos homens da Light. Eu estava suando e sentia o odor do suor. Assustei quando ouvi uma voz no meu ouvido:

- Deixa que eu ageito para a senhora.

Pensei: agora vai. Olhei o homem e achei êle bonito. Êle retirou o colchão de dentro do guarda-roupa e pois no carrinho. Depois pois o guarda-roupa por cima para não escorregar. Pegou a corda e amarrou. O João ficou contente e disse:

- Graças ao homem!

... Eu estava chingando o senhor Manoel quando êle chegou.

Deu-me boa noite. Disse-lhe:

- Eu estava te chingando. O senhor ouviu?

- Não ouvi.

- Eu estava dizendo aos filhos que eu desejava ser preta.

- E você não é preta?

- Eu sou. Mas eu queria ser destas negras escandalosas para bater e rasgar as tuas roupas.

Quando êle passa uns dias sem vir aqui, eu fico lhe chingando. Falo: quando êle chegar eu quero expandar-lhe e lhe jogar agua. Quando êle chega eu fico sem ação.

Êle disse-me que quer casar-se comigo. Olho e penso: êste homem não serve para mim. Parece um ator que vai entrar em cena. Eu gosto dos homens que pregam pregos, concertam algo em casa. Mas quando estou deitada com êle, acho que êle me serve. [...] (p. 129-131)

31 de dezembro de 1958 [...] Eu fui na casa de um cigano que reside aqui. Condoeu-me vê-los dormindo no solo. Disse-lhe para vir no meu barracão a noite que eu ia dar-lhe duas camas. Se êle fosse durante o dia as mulheres iam transmitindo a novidade, porque aqui tudo é novidade. Quando a noite surgiu, êle veio. Disse que quer estabelecer, porque quer por os filhos na escola. Que êle é viuvo e gosta muito de mim. Se eu quero viver ou casar com êle.

Abraçou-me e beijou-me. Contemplei a sua bôca adornada de ouro e platina. Trocamos presentes. Eu dei-lhes doces e roupas para os seus filhos e êle deu-me pimenta e perfumes. A nossa palestra foi sobre arte e musica.

Disse-me que se eu casar com êle que retira-me da favela. Disselhe que não me adapto a andar nas caravanas. Êle disse-me que é poetica a existencia andarilha.

Êle disse-me que o amor de cigano é imenso igual o mar. É quente igual o sol.

Era só o que me faltava. Depois de velha virar cigana. Entre eu e o cigano existe uma atração espiritual. Êle não queria sair do meu barraco.

E se eu pudesse não lhe deixava sair. Convidei-lhe para vir ouvir o radio. Êle perguntou-me se sou sozinha. Respondi que eu tenho uma vida confusa igual um quebra-cabeça. Êle gosta de ler. Dei-lhe para êle ler. (p. 142-143)

Ela visivelmente não se permite envolver demais com nenhum dos homens em questão, porém, também não se limita quanto às suas experiências afetivo-sexuais: se o senhor Manoel não quiser mais ir vê-la em detrimento de seus encontros com o cigano, ele que não vá, mas ela não pensa em momento algum em se privar de uma relação que queira porque alguém, que não ela, não aprova.

10 de janeiro de 1959 ... O senhor Manoel veio. Era 8 horas. Perguntou-me se eu ainda converso com o cigano. Respondi que sim. Que êle tem terreno em Osasco e que se acabar a favela e eu não tiver onde ir, poderei ir para o seu terreno. Que êle admira a minha disposição e se pudesse vivia ao meu lado.

O senhor Manoel zangou-se e disse-me que não retorna mais. Que eu posso ficar com o cigano.

O que eu admiro no cigano é a calma e a compreensão. Coisa que o senhor Manoel não possui. (...) O senhor Manoel disse-me que não mais aparece. Vamos ver. (p. 146)

A relação que Carolina estabeleceu com o cigano Raimundo é descrita como uma paixão inesperada, que possui força, possui entusiasmo, mas ainda não é prioridade para a autora. Ela demonstra querer estar com o cigano, se preocupa em descrevê-lo como diferente dos demais homens que conhece. Se assume com ciúme, diz que quer prendê-lo ao seu lado, no entanto, embora ele não use peixeira e se pareça com o Castro Alves, ele ainda é um ponto fora da linha para Carolina: *Se eu pudesse ligar-me a êle!* Mesmo tomada por essa paixão avassaladora, que nos tira o foco e, por vezes, a razão, Carolina ainda prefere manter um dos pés no chão quando o assunto é sua vida afetivo-amorosa.

11 de janeiro de 1959 [...] Ouvi falar varias coisas dos ciganos. E êle não tem as más qualidades que propalam. Parece que êste cigano quer hospedar-se no meu coração.

No inicio receei sua amisade. E agora, se ela medrar para mim será um prazer. Se regredir, eu vou sofrer. Se eu pudesse ligar-me a êle!

[...]

O nome do cigano é Raimundo. Nasceu na capital da Bahia. Mas não usa peixeira. Êle parece o Castro Alves. Suas sobancelhas unem-se. (p. 146)

12 de janeiro de 1959 [...] O Raimundo disse-me que vai embora para a sua casa. E que se um dia a favela acabar, para eu procurá-lo. Fez o mesmo convite a Rosalina. Eu não apreciei. Não foi egoismo. Foi ciúme.

Êle saiu e eu fiquei pensando. Êle não estaciona. É o seu sangue cigano. Pensei: se algum dia êste homem for meu, hei de prendê-lo ao meu lado. Quero apresentar-lhe o mundo de outra forma. (p. 147)

14 de janeiro de 1959 [...] O senhor Raimundo mandou sua filha chamarme. Troquei-me e fui atendê-lo. Êle disse-me que vai para Volta

Redonda. Creio que vou sentir saudades. (...) Despedi-me dêle dizendo que precisava escrever e que não podia demorar. (p. 147)

No entanto, perto da data da partida de cigano, Carolina descreve mais detalhadamente as situações pelas quais passa ao seu lado, tirando um pouco o foco do momento em que dá forma aos seus sentimentos e focando na representação da realidade na qual estava, além de documentando, vivendo. Nesse momento nos deparamos com um homem que entende que para ser homem é preciso saber lidar com armas, que acredita que mulher tem a função de omitir-se em situações que o incriminem, *mulher quando gosta de um homem não lhe denuncia*. Mal sabia Raimundo, mas, sim, Carolina o denunciou, contou o segredo de seu porte de armas não apenas para as pessoas da favela, mas para o mundo inteiro, e estamos lidando com essa denúncia nesse exato momento. Mais uma coisa: denunciou também seu aliciamento de menores e sua vontade de prendê-lo, seu nojo ante um homem que seduzia mocinhas para satisfazer-se: *Era um rosto de anjo com alma de Diabo*.

16 de janeiro de 1959 [...] Os meus filhos entravam dentro do barracão.

Êle estava deitado no assoalho. Eu perguntei-lhe se usava peixeira.

- Não. Prefiro um bom revolver como êste.

Mostrou-me um revolver 32. Eu não simpatiso com revolver.

Deu o revolver ao João para segurar. Disse-lhe:

- Você é homem. E o homem precisa aprender lidar como essas coisas.

Recomendou-lhe para não dizer nada a ninguém, que êle não quer que o povo da favela saiba que êle tem revolver.

- Eu mostro para a sua mãe porque ela gosta de mim. E mulher quando gosta de um homem não lhe denuncia. Quando eu era soldado eu comprei êste revolver. (p. 148)

[...] Eu puis o olhar no caderno e comecei a escrever. Quando ergui a cabeça o seu olhar estava pousado no rosto da mocinha. Não gostei do seu olhar histérico.

... O meu pensamento começou a desvendar a sordidez do cigano. Êle tira proveito da sua beleza. Sabe que as mulheres se ilude com rostos bonitos. Êle atrai as mocinhas dizendo que casa com elas. Satisfaz seus desejos e depois manda elas ir embora. (...) Agora eu compreendia os seus olhares com a mocinha. Isto me serve de advertência. Nunca hei de deixar a Vera na casa de quem quer que seja.

Olhei o rosto do cigano. O rosto bonito. Mas fiquei com nojo. Era um rosto de anjo com alma de Diabo. (p. 149)

[...] Estou decidida: quando o cigano voltar, hei de apresentá-lo a Dona Lei. Dizem que cigano não pode ficar parado. Mas a Dona Lei há de fazer êle estacionar uma temporada atrás das grades. [...] (p. 150)

E ao descrever a reação e a posição do senhor Manoel ante o ocorrido com cigano, percebemos que a mentalidade do senhor Manoel também acompanha o que, geralmente, diz o senso comum e acoberta os homens nesse tipo de situação: a culpa é das mocinhas que se deixaram levar, que deram confiança, nunca do homem que cometeu o crime. Mas Carolina

não admite essa conduta, não dá nenhum tipo de razão ao cigano e ainda o maldiz em uma poesia.

3 de fevereiro de 1959 [...] ... O senhor Manoel disse-me que o cigano faz muito bem em seduzir as mocinhas de 14 anos. Elas dá confiança.

Êstes dias eu fiz umas poesias:

Não pensas que vais conseguir

o meu afeto novamente

o meu odio vai evoluir

criar raizes e dar semente. (p. 152)

Embora a relação com cigano, tão forte e avassaladora, tenha terminado com a desilusão quanto a um homem que parecia ser bom companheiro e se mostrou um monstro, Carolina não se privou de viver sua sexualidade da forma que melhor lhe aprouvesse. Os relatos sobre o senhor Manoel sempre pintaram a imagem de um homem respeitoso e que nutria por Carolina algum sentimento forte, duradouro e que fazia bem a ela. Ela sentia que merecia um homem que a tratasse bem, que fosse, sim, bem vestido (por que não?), com sapatos que brilham e fala mansa. Ele a fazia se sentir valorizada, ainda que se soubesse em uma condição que pouco favorecia o investimento em roupas ou perfumes.

4 de maio de 1959 Deixei o leito as 6 horas, porque o senhor Manoel quando dorme aqui não deixa eu levantar cedo. [...] (p. 155)

4 de junho de 1959 ... O senhor Manoel chegou. Agora eu estou lhe tratando bem, porque percebi que gosto dêle. Passei varios dias sem vê-lo e senti saudades. A saudade é amostra do afeto.

A Dona Adelaide veio trazer a minha blusa de lã e ficou admirada vendo o senhor Manoel dentro de casa. Êle é quieto. Fala baixinho e anda muito bem vestido. Ela me olhava e olhava êle. Êle com seus sapatos reluzentes. E eu suja parecendo um marginal de rua. Ela ficouo horrorizada porque eu durmo com êle. Ela me olhou com repugnancia quando eu disse que êle vai me dar uma maquina de costura e um radio.

- O senhor é solteiro?

- Sou.

- Para a senhora êle está bem, porque êle é solteiro e a senhora tambem.

... Percebi que a sua intenção era diminuir-me aos olhos dêle. Mas ela chegou tarde demais, porque a nossa amizade é igual uma raiz que segura uma planta na terra. Já está firme.

Dormi com êle. E a noite foi deliciosa. (p. 161)

E também chama a atenção a forma com que Carolina nomeia sua relação com o senhor Manoel: amizade. Amizade firme. É como se ela afirmasse e reafirmasse quantas vezes fossem necessárias que ela, de fato, não tinha a menor intenção de criar vínculo nenhum com o homem que fosse. Por mais que lhe fizesse bem, por mais apaixonada que ela estivesse,

a porta de entrada de sua vida se mantinha fechada para qualquer relacionamento amoroso que tivesse por característica o poder de lhe tirar a liberdade, lhe tirar a independência, lhe transformar em esposa.

9 de junho de 1959 [...] ... Eu estava ensinando contas para os filhos quando bateram na janela. O João disse:

- Mamãe, atende o homem de oculos.

Fui ver. Era o pai da Vera.

- Entra!

- Por onde entra aqui?

- Dá a volta.

Êle entrou. E perpassou o olhar pelo barracão. Perguntou:

- Você não sente frio aqui? Isto aqui não chove?

- Chove, mas eu vou tolerando.

- Você me escreveu que a menina estava doente, eu vim visitá-la. Obrigado pelas cartas. Te agradeço porque você me protege e não revela o meu nome no teu diário.

Êle deu dinheiro aos filhos e êles foram comprar balas. Nós ficamos sozinhos. Quando os meninos voltaram a Vera disse que quer ser pianista. Êle sorriu.

- Então você quer ser granfina.

Êle sorriu porque os filhos dêle são musicos. A Vera pediu um radio. Êle disse que dá um no Natal. Quando êle saiu fiquei nervosa. Depois cantei e fui comprar pão para os filhos. Êles comeram. E fomos deitar. Eu disse para o pai da Vera que eu ia sair no Cruzeiro.

Êle deu 100 cruzeiros. O José Carlos achou pouco, porque êle estava com notas de 1.000. (p. 162-163)

1 de julho de 1959 ... Eu estou cansada e enojada da favela. Eu disse para o senhor Manoel que eu estou passando tantos apuros. O pai da Vera é rico, podia ajudar-me um pouco. Êle pede para eu não divulgar-lhe o nome no Diário, não divulgo. Podia reconhecer o meu silêncio. E se eu fosse uma destas pretas escandalosas e chegasse lá na oficina e fizesse um escandalo?

- Dá dinheiro para a tua filha! (p. 169)

O fato de entender-se como uma mãe solo, que independe da permissão e da condescendência de uma figura masculina para manter a si e a seus filhos, é um dos aspectos que mais chamam a atenção na pessoa de Carolina de Jesus. O trecho adiante é uma boa ilustração do que trazemos agora em pauta:

18 de julho de 1955 [...] Ela odeia-me. Diz que sou preferida pelos homens bonitos e distintos. E ganho mais dinheiro do que ela.

Surgiu a D. Cecilia. Veio repreender os meus filhos. Lhe joguei um direta, ela retirou-se. Eu disse:

- Tem mulher que diz saber criar os filhos, mas algumas tem filhos na cadêia classificado como mau elemento.

[...] Veio o peixeiro Senhor Antonio Lira, deu-me uns peixes. Vou fazer almôço. As mulheres saíram, deixou-me em paz por hoje. Elas já deram o espetaculo. A minha porta atualmente é teatro. Todas as crianças jogam

pedras, mas os meus filhos são os bodes expiatorios. Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade.

Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. Eu enfrento qualquer especie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os espôsos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas.

Não casei e não estou descontente. Os que preferiu me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis. (p. 16-18)

Ela sabe que a escolha por não ter um marido, por não fazer do matrimônio um propósito de vida, incomoda aos que lhe conhecem. Parece, aos olhos das vizinhas, um absurdo que uma mulher que sobrevive numa situação de miséria se recuse a ter em sua vida “a segurança do casamento”. Isso é um disparate, quase uma insanidade, ou talvez algum tipo de sem-vergonhice. Essa ligação obrigatória de uma mulher que é mãe e não é abastada economicamente a um homem que venha lhe prover gera a desconfiança das outras mulheres da favela, que não entendem o motivo de Carolina chamar a atenção e ser *preferida pelos homens bonitos e distintos*.

Nossa autora, em seus relatos, deixa bem claro que ela sabe o que a espera em um casamento, compreendendo a posição submissa da mulher dentro desse tipo de relação. Ela não quer e sabe que não precisa se sujeitar a violência doméstica, tão comum ali em seu meio, nem se submeter a regras dentro de casa que não serão feitas por ela nem para ela. Se entendemos violência ética (BUTLER, 2015) como as formas de impedimento de os sujeitos relatarem seus sofrimentos, de dizerem da esperança que os movem, a escrita de Carolina de Jesus pode ser compreendida como um enfrentamento dessa violência que atinge as mulheres negras e pobres. Reconhecendo a posição de controle na qual se coloca, sendo a única responsável pelas escolhas que visem o bem-estar físico e moral seu e de seus filhos, ela se recusa veementemente à ideia de ter que dividir ou até mesmo transferir esse controle a algum possível companheiro. Nenhum homem nem mesmo a igreja ou um padre lhe dirá como percorrer seu caminho nem balizará suas ações.

20 de julho de 1955 [...] Terminaram a refeição. Lavei os utensilios. Depois fui lavar roupas. Eu não tenho homem em casa. É só eu e meus filhos. Mas eu não pretendo relaxar. O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortavel, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela. [...]

[...] Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar.

Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. (...) Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo. (p. 23-24)

21 de julho de 1955 [...] Enquanto as roupas corava eu sentei na calçada para escrever. Passou um senhor e perguntou-me:

- O que escreve?

- Todas as lambanças que pratica os favelados, estes projetos de gente humana.

Êle disse:

- Escreve e depois dá a um crítico para fazer a revisão.

Olhou as crianças ao meu redor e perguntou:

- Estes filhos são seus?

Olhei as crianças. Meu, era apenas dois. Mas como todas eram da mesma côr, afirmei que sim.

- Seu marido onde trabalha?

- Não tenho marido, e nem quero!

Uma senhora que estava me olhando escrever despediu-se.

Pensei: talvez ela não tenha apreciado a minha resposta.

- É muito filho para sustentar.

Êle abriu a carteira. Pensei: agora êle vai dar dinheiro a qualquer uma dessas crianças pensando que todas são meus filhos. Fui imprudente mentindo. [...] (p. 24-25)

21 de maio de 1958 [...] Cheguei na rua Frei Antonio Santana Galvão 17, trabalhar para a Dona Julita. Ela disse-me para eu não iludir com os homens que eu posso arranjar outro filho e que os homens não contribui para criar o filho. Sorri e pensei: em relação aos homens, eu tenho experiencias amargas. Já estou na maturidade, quadra que o senso já criou raízes. [...] (p. 41)

2 de junho de 1958 [...] O senhor Manuel aparece dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lapis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal. [...] (p. 50)

E se Carolina não se casou nem foi morar com algum homem, realmente não foi por falta de convite. O próprio senhor Manoel, aquele com quem ela se envolveu afetuosamente por um tempo, várias vezes é mencionado com relação a pedidos de casamento ou a ofertas de dinheiro como ajuda para a sobrevivência, e ela não aceitava nem um nem outro. O marido ela não queria, o dinheiro ela conseguiria por outro meio que não fosse a boa vontade de um homem. Carolina é o tipo de mulher que se reconhece melhor quando sozinha, que se vê inteira quando só, dispondo de toda sua atenção apenas para os seus propósitos: ela prefere se dedicar a sua carreira enquanto escritora e a suas responsabilidades enquanto mãe do que

ter que despender parte do seu tempo para as necessidades, os caprichos e as ordens de um companheiro.

8 de julho de 1958 [...] O que é preciso fazer eu faço sem achar que é sacrifício. Na rua Araguaia com a rua Canindé tem muita lama e eu encontrei dificuldade porque eu estava descalça e os meus pés deslizava na lama. Não havia possibilidade de firmar os pés. Eu escorregava. Apareceu um senhor e empurrou a carrocinha para mim. Disse-me para eu ageitar as tabuas. Agradei e segui. No ponto do bonde as tabuas escorregaram da carrocinha. E o José Carlos vendo a minha luta disse-me: - Porque é que a senhora não casou-se? Agora a senhora tinha um homem para ajudar. (p. 85)

13 de agosto de 1959 [...] O senhor Manoel apareceu. Quando eu voltava do depósito de papel, êle vinha acompanhando-me. Deu-me 200 cruzeiros, eu não quiz aceitar.

- Você não me quer mais?

- Eu tenho muito serviço. Não posso preocupar com homens. Meu ideal é comprar uma casa decente para os meus filhos. Eu, nunca tive sorte com homens. Por isso não amei ninguém. Os homens que passaram na minha vida só arranjaram complicações para mim. Filhos para eu criá-los.

Êle despediu-se e pegou os 200 cruzeiros e saíu. [...] (p. 180)

Assunto a respeito do qual a autora frequentemente se posiciona é a ideia do papel de mãe, vezes se descrevendo, vezes analisando como acontecia a maternidade ali na favela. Essa associação social instantânea entre *mulher* e *maternidade* faz emergir no texto de Carolina várias considerações que nos permitem analisar o quão complexa é a construção dessa idealização maternal. Várias situações descritas por Carolina nos apresentam a exemplos de mães os quais o padrão social normativo não abarca e severamente julga.

24 de julho de 1955 [...] - Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no inferno.

... Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia:

- Está escrevendo, negra fidida!

A mãe ouvia e não repreendia. São as mães que instigam. (p. 28)

28 de junho de 1958 Hoje a Leila está embriagada. E eu fico pensando como é que uma mulher que tem duas filhas em idade tenra pode embriagar-se até ficar inconsciente. Dois homens vieram trazê-la nos braços. E se ela rolar na cama e esmagar a recém-nascida?

... O que eu acho interessante é quando alguém entra num bar ou emporio logo aparece um que oferece pinga. Porque não oferece um quilo de arroz, feijão, doce etc?

... Tem pessoas aqui na favela que diz que eu quero ser muita coisa porque não bebo pinga. Eu sou sozinha. Tenho três filhos. Se eu viciar no alcool os meus filhos não irá respeitar-me. Escrevendo isto estou cometendo uma tolice. Eu não tenho que dar satisfações a ninguém. Para concluir, eu não bebo porque não gosto, e acabou-se. Eu prefiro empregar o meu dinheiro

em livros do que no álcool. Se você achar que eu estou agindo acertadamente, peço-te para dizer:

- Muito bem, Carolina! (p. 73)

6 de julho de 1958 Despertei as 4 horas e meia com a tosse da Neide. Percebi que aquela tosse não ia deixar-me dormir. Levantei e dei-lhe um pouco de xarope porque fiquei com dó. Ela é órfã de pai. Quando o pai estava doente a mãe deixou-as. São três filhas. (...) A mãe da Neide é uma desalmada. Não prestou para tratar do esposo enfermo e nem para criar as filhas que ficaram aos cuidados dos avós. [...] (p. 81)

31 de julho de 1958 [...] Hoje eu não estou nervosa. Estou triste. Porque eu penso as coisas de um jeito e corre de outro. O Antonio Nascimento que residia aqui na favela mudou-se. Ele e a sua companheira. Eles estavam mal colocados aqui na favela. Ninguém apreciava eles aqui na favela. Porque ele abandonou os 4 filhos, e ela os 3 filhos. 7 crianças sofrendo por causa dos pais. O que ela lucrou deixando o seu espôso e os filhos? Largou um homem calçado e pegou outro descalço. (p. 102)

No entanto, quando a intenção é descrever a sua própria conduta, Carolina novamente utiliza da literatura e o seu poder de construir e consolidar verdades para registrar que seu esforço era em se aproximar o quanto fosse possível do padrão socialmente idealizado. Ela queria deixar claro que era uma mãe dedicada, empenhada na criação dos filhos e da filha, preocupada em tempo integral. Quando a passagem do diário indica alguma *falha* no desempenho das responsabilidades atribuídas a essa função de mãe, o sentimento que emerge é o da insatisfação, e quando a passagem descreve algum acontecimento que converge com o ideal materno, a empolgação de Carolina se faz mais que evidente.

11 de maio de 1958 Dias das Mães. O céu está azul e branco. Parece que até a Natureza quer homenagear as mães que atualmente se sentem infeliz por não poder realizar os desejos dos seus filhos. [...] (p. 31)

20 de junho de 1958 [...] ... Dei leite para a Vera. O que eu sei é que o leite está sendo despesas extras e está prejudicando a minha minguada bolsa. Deitei a Vera e saí. Eu estava tão nervosa! Acho que se eu estivesse num campo de batalha, não ia sobrar ninguém com vida. Eu pensava nas roupas pra lavar. Na Vera. E se a doença fosse piorar? Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele. Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai. [...] (p. 66)

8 de julho de 1958 ... Dei graças a Deus quando cheguei na favela. Uma senhora estava esperando-me. Disse-me que o João havia machucado a sua filha. Ela disse-me que o meu filho tentou violentar a sua filha de 2 anos e que ela ia dar parte no Juiz. Se ele fez isto quem há de interná-lo sou eu. Chorei.

... Deitei o José Carlos e saí com o João. Fui no Juizado para saber se havia a possibilidade de interná-lo. Preciso retirar-lo da rua porque agora tudo que aparecer de mal vão dizer que foi ele. [...] (p. 86)

21 de junho de 1958 [...] Mostrei-lhe os sapatos, ela ficou alegre. Ela sorriu e disse-me que está contente comigo e não vai comprar um mãe branca. Que não sou mentirosa. Que falei que ia comprar os sapatos, e comprei. Que eu tenho palavra. [...] (p. 67-68)

27 de novembro de 1958 ... Eu estou contente com os meus filhos alfabetizados. Compreendem tudo. O José Carlos disse-me que vai ser um homem distinto e que eu vou trata-lo de Seu José. [...] (p. 135)

Há trechos em que a complexidade acarretada pela maternidade são explorados pela autora de maneira a nos comover e provocar um exercício reflexivo: a mãe que perdeu dois filhos, um biológico e um adotado; a mãe que se orgulha por sustentar sozinha três filhos dando-lhes pão duro para comer, mas que é descrita pelo filho como avarenta, bárbara, nojenta; a solidão da mãe-solo favelada, privada de qualquer tipo de auxílio com a casa ou os filhos durante o pós-parto.

18 de julho de 1959 [...] Quando Laura foi para a maternidade ter filho, o seu nasceu e morreu. Ela ficou triste, porque queria criar o filho. E chorava. Ao seu lado, uma mulher jovem teve um filho. E chorava com inveja da Laura. Ela é que desejava que o seu filho nascesse e morresse. Mas o seu filho estava vivo. Aquelas lágrimas preocupou a Laura, que interrogou-lhe:

- Porque chora, se o teu filho está vivo e é bonito?

A mulher disse que veio do Norte. Virgem. Chegou em São Paulo arranhou aquele filho. E o pai da criança não queria casar-se com ela. Que seus pais queriam que ela voltasse para o Norte. E ela ia voltar para o Norte, mas não queria levar o filho. Se a Laura queria o menino ela dava-o.

A Laura aceitou. Ficou tão contente como se tivesse ganho todo o ouro que existe no mundo. Quando ela saiu da maternidade revelou que o seu filho morreu e ela ganhou aquele. Ela era boa para êle. Comprou televisão porque êle insistiu. Êle estava com 9 anos e no 2.º primario. E agora foi arrebatado tragicamente pela morte. (p. 174)

30 de julho de 1958 [...] ... Encontrei a Rosalina que estava discutindo com o Helio. Êle não quer que fala que êle e a Olga pede esmola. A Rosalina dizia que ela é sosinha e sustenta 3 filhos. É que ela não sabe que o seu filho Celso anda dizendo que quer fugir de casa porque tem nojo dela. Acha a mãe muito barbara e avarenta. Êle diz que queria ser meu filho. Então eu lhe digo:

- Se voce fosse meu filho, voce era preto. E sendo filho de Rosalina voce é branco.

Êle respondeu-me:

- Mas se eu fosse teu filho eu não passava fome. A mamãe ganha pão duro e nos obriga a comer os pães duro até acabar.

Segui pensando na desventura das crianças que desde pequeno lamenta sua condição no mundo. Dizem que a Princesa Margareth da Inglaterra tem desgosto de ser princesa. São os dilemas da vida. (p. 101 102)

9 de junho de 1958 [...] ... Quando nasceu a Vera eu fiquei sosinha aqui na favela. Não apareceu uma mulher para lavar minhas roupas, olhar os meus filhos. Os meus filhos dormiam sujos. Eu fiquei na cama pensando

nos filhos, com medo dêles ir brincar nas margens do rio. Depois do parto a mulher não tem fôrças para erguer um braço. Depois do parto eu fiquei numa posição incômoda. Até quando Deus deu-me fôrças para ajeitar-me.
[...] (p. 58)

Mas quando o tópicio dentro do tema *papel de mãe* é a visão que essas mães descritas têm dos pais de seus filhos, nos deparamos com trechos embebidos de insatisfação e deboche.

10 de agosto de 1958 Dia do Papai. Um dia sem graça.

13 de julho de 1959 [...] ... Fui receber o dinheiro da Vera. Que fila! Era as mulheres que iam receber as mensaldidades dos espôsos e dos pais de seus filhos. Eu tenho que dizer nossos filhos, porque eu tambem estava no nucleo. Dizem que quem entra na restea vira cebôla.

As mulheres falavam dos espôsos. É lá que os homens tomam nomes de animaes.

- O meu é um cavalo bruto e ordinario!

- E o meu é um burro. Aquele desgraçado! Outro dia êle viajou na Central e eu pedi a Deus para acontecer um desastre e êle morrer e ir pro Inferno.

[...] ... Eu recebi o grande dinheiro. 250 cruzeiros. A Vera sorria e dizia:

- Agora eu gosto do meu pai. [...] (p. 172)

Um assunto que muito incomoda nossa autora ao longo de seu livro é o modo como as crianças dali do Canindé vivem sua infância, como se desenvolvem, o que têm como exemplo a ser seguido, a quem elas de fato imitam e o que de impróprio acaba por se tornar normal durante seu crescimento. Preocupa-se com seus três filhos, mas também teme pelas demais crianças que várias vezes presenciam o que não deviam, que são expostas a cenas de sexo explícito, de brigas entre os moradores ou entre seus próprios pais, que sofrem agressões, que convivem com o vício, como podemos ver na passagem a seguir:

29 de maio de 1958 [...] ... E o pior na favela é o que as crianças presenciam. Todas crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para a rua. Quando começa as brigas os favelados deixam seus afazeres para presenciar os bate-fundos. De modo que quando a mulher sai correndo nua é um verdadeiro espetaculo para o Zé Povinho. Depois começam os comentarios entre as crianças:

- A Fernanda saiu nua quando o Armim estava lhe batendo.

- Eu não vi. Ah! Que pena!

- E que jeito é a mulher nua?

E o outro para citar-lhe aproxima a boca do ouvido do outro. E ecoa-se as gargalhadas estrepitosas. Tudo que é obsceno pornografico o favelado aprende com rapidez.

... Tem barracões de meretrizes que praticam suas cenas amorosas na presenca das crianças. [...] (p. 46)

Carolina teme pelos/as pequenos/as que crescem sem estrutura, sem refúgio, sem base educacional satisfatória. Aquela situação na qual estão todos ali submetidos não é própria nem para adultos capazes de responder e agir por si, então como seria boa para as crianças?

Ao descrever a normalidade com que as crianças já encaram as cenas de nudez e de violência entre maridos e esposas na favela, Carolina explicita sua decepção e sua inconformidade: são crianças em contato direto com o lado mais grotesco da falta de estrutura em uma casa, em uma família, em uma comunidade. E ninguém ali se comove, o desenvolvimento desses/as pequenos/as está acontecendo sem que haja amparo, mediação, explicação de que o que ali ocorre não deveria ser o comum. Desde a mais pequena idade, essas crianças vêem o descaso nos barracos vizinhos ou nas brigas na rua, sofrem o descaso de uma sociedade que não se importa com a estrutura (ou a falta dela) dentro de suas moradas e às vezes sentem na pele as consequências dessas injustiças. No trecho seguinte, vemos que Carolina descreve o momento em que compreendeu que há um limite ainda inferior quanto ao fim da infância na vida de uma criança residente na favela, que o tempo reservado à meninice varia conforme o contexto social e é inversamente proporcional ao poder aquisitivo.

12 de julho de 1958 [...] Eu pretendia conversar com o meu filho as coisas serias da vida só quando ele atingisse a maioridade.

Mas quem reside na favela não tem quadra de vida. Não tem infância, juventude e maturidade.

O meu filho, com 11 anos já quer mulher. Expliquei-lhe que ele precisa tirar o diploma de grupo. E estudar depois, que o curso primário é muito pouco. (p. 91)

Apesar de ter frequentado a escola por apenas dois anos, Carolina sempre compreendeu a importância que o estudo tem na vida dos sujeitos dentro da sociedade. De acordo com suas anotações, Carolina entende que o processo de construção de uma pessoa perpassa pelo modo como lhe é possível desenvolver-se dentro do seu contexto. Ali na favela as coisas andavam mais rápido do que ela via como natural: a exposição desregrada às cenas impróprias acabava por acelerar parte da infância daquelas crianças, retirar o encanto... Elas (por estarem ali) lidavam com os mesmos problemas que os adultos, viam e ouviam as mesmas cenas e acabavam por naturalizar tais atitudes por ser essa a realidade da qual faziam parte: a violência, a pornografia, a injustiça, a falta de estrutura psicológica e financeira para a criação dos filhos...

13 de agosto de 1958 ... Vieram queixar-se que a Zefa brigou com uma nortista e discutiram. Os calões entraram em ação. Eu só tenho dó das

crianças que ouvem os improperios. A Zefa é mulata. É bonita. É uma pena não saber ler. Só que ela bebe muito. Ela já teve duas filhas, e bebia muito. Esquecia de alimentar as crianças, e elas morreram. [...] (p. 106)

30 de setembro de 1958 [...] ... Nós eramos sete pessoas no carro. Condoeu-me ver uma jovem que nos acompanhava. Ela disse-me que faz um ano que a sua mãe faleceu. Que o seu pai lhe dirige uns olhares que lhe apavora. E que ela tem medo de ficar com êle em casa.

... Chegamos na Rua Asdrubal do Nascimento. (...) Eu fui falar com uma senhora que queria saber o que ocorria com o João.

Ela perguntou ao João se êle sabia o que era fazer porcaria. Êle disse que sabia.

E se êle havia feito porcaria na menina. Êle disse que não.

A funcionaria que interrogava parou de escrever e leu uns papeis. (...) Ela prosseguiu o seu interrogatorio. Usava o calão com o menino. E as perguntas obscenas, querendo que o menino descrevesse e relatasse os prazeres sexuaes.

Achei o interrogatorio horroroso. A Vera e o José Carlos ficaram perto para ouvir o que a mulher dizia. Quando a funcionaria falava eu tinha a impressão que estava na favela. (p. 119-120)

Podemos perceber através desse seu relato que o descaso para com as crianças da favela não parte só de lá, as pessoas não pertencentes àquele espaço tratam como inferiores as suas crianças, ou melhor, tratam como adultos em miniatura e inferiores. A ideia de que a segurança e o bem-estar físico e moral das crianças são responsabilidade da sociedade inteira parece que não se adequa àquelas cujo lugar de origem não é em nada privilegiado, visto que sempre são tratadas como jovens delinquentes, como futuros problemas, indignos de respeito ou qualquer forma de comiserção. Parece até que já nasceram fadados à criminalidade e são desde sempre responsabilizados pelos seus erros, que não são crianças normais, com direito de errar, de aprender, de não saber. E Carolina escancara o menosprezo de toda uma sociedade não apenas contra ela, mas também contra os seus filhos, impedidos de terem uma infância saudável ou menos tóxica.

E algumas cenas descritas no diário às quais essas crianças têm tanto contato, infelizmente, retratam o cotidiano turbulento, injusto e doloroso de várias das mulheres que conviveram com Carolina no Canindé. Quando a autora registra os episódios de violência contra as mulheres que presencia, podemos perceber como são construídas e propagadas as ideias do que é normal à mulher sofrer física e psicologicamente naquele contexto, mediante seus comentários e ações ante a realidade que lhe é imposta.

Carolina se mostra completamente aborrecida com a recorrência das brigas, referidas por ela como “espetáculos”. É frequente o comentário da autora de que ela sempre se dá conta das brigas pelo volume alterado, pelo estardalhaço excessivo de todas elas. Ela descreve como sendo costumeiro dos/as moradores/as com os/as quais convive que os problemas, as

situações complicadas, sejam resolvidos por meio de confrontos físicos e discussões pesadas, geralmente fora de casa, na rua, e sem se importarem se estão na presença de crianças.

17 de julho de 1955 [...] A Silvia e o espôso já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Êle está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciavam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um nucleo mais decente.[...] (p. 15)

Esses embates físicos, nos quais os homens costumam ter vantagem de acordo com seus relatos, são tratados por ela com real repulsa, lhe apavora a ideia de ter aquilo como recorrente, o que, no entanto, não impede que ela descreva as cenas já sem espanto -- soam repugnantes e lamentavelmente corriqueiras. Nessa cena é perceptível como, em meio a toda confusão das mulheres da favela se unindo contra uma outra mulher indesejada no lugar, a menção à agressão do vizinho Alcino contra a sua sogra é muito curta e ainda reafirmada:

3 de junho de 1958 [...] ... Quando comecei a escrever ouvi vozes alteradas. Faz tanto tempo que não há briga na favela (...) Era a Odete e o seu espôso que estão separados. Brigavam porque êle trouxe outra mulher no carro em que êle trabalha. Elas estavam na casa do Seu Francisco irmão do Alcino. Sairam para a rua. Eu fui ver a briga. Agrediram a mulher que estava com o Alcino. Quatro mulheres e um menino avançaram na mulher com tanta violencia e lhe jogaram no solo. A Marli saiu. Disse que ia buscar uma pedra para jogar na cabeça da mulher. Eu puis a mulher no carro e o Alcino e mandei êles ir-se embora. Pensei em ir chamar a Policia. Mas até a Policia chegar elas matavam a mulher. O Alcino deu uns tapas na sogra, que é a pior agitada. Se eu não entro para auxiliar o Alcino êle ia levar desvantagem. As mulheres da favela são horriveis numa briga. O que podem resolver com palavras elas transformam em conflito. Parecem côrvos, numa disputa.

... A Odete revoltou-se comigo por ter defendido o Alcino. Eu disse:

- Você tem quatro filhos para criar.
- Eu não me importo. Eu queria era matá-la.

Quando eu empurrava a mulher para dentro do carro, ela disseme:

- Só a senhora é que é boa.

Eu tinha a impressão que estava retirando um pedaço de osso da boca dos cachorros. E a Odete vendo o seu espôso sair com a outra no carro, ficou furiosa. Vieram chingar-me de entrometida. Eu penso que a violência não resolve nada. (...) Assembleia de favelados é com paus, facas, pedradas e violências. [...] (p. 51-52)

É triste perceber que ali era visto como normal que Alcino *desse uns tapas* na sua sogra sendo ela uma “agitadora”, e Carolina se mostrava sempre contra a violência ao mesmo tempo em que também repudiava a intriga e quem a incitava. Na favela, geralmente as intrigas terminavam em violência. E na violência, quem apanhava eram as mulheres. Carolina

reconhecia sua condição enquanto mulher e entendia que *mulher* ali onde ela morava podia apanhar por muito pouco, às vezes por nada.

Não raro vemos em suas anotações que ela não hesitava em intervir nas brigas (de homens ou de mulheres), sempre procurando meios de resolvê-las ou apenas interrompê-las, adiá-las.

30 de junho de 1958 Fiz café e fui buscar água. Ouvei um grito, fui ver o que era. Era a Odete brigando com o seu companheiro. Ela dizia:

- Dona Carolina, vai chamar a Polícia!

Eu lhe aconselhava para ficar quieta:

- Odete, você está grávida!

Êles estavam atracados. Eu já estou na favela há 11 anos e tenho nojo de presenciar estas cenas. A Odete estava semi-nua com os seios a mostra.

Êles brigam sem saber porque é que estão brigando. As vizinhas contou-me que a Odete jogou água fervendo no rosto do seu companheiro.

... Hoje varios homens não foram trabalhar. Coisa de segundas-feiras. Parece que êles já estão cansados de trabalhar. (p. 77)

16 de fevereiro de 1959 [...] O Arnaldo apanhava igual uma criança. Interferi e procurei separá-los. A Juana do Binidito Onça veio auxiliarme. Varios homens olhavam e ninguem interferia. [...]

Quando cheguei na favela o povo me olhava. A Dona Sebastiana chingava. [...]

- Negra ordinaria! Você não é advogada, não é reporter e se mete em tudo! [...] (p. 153)

A autora deixa evidente ao longo do seu diário que, de fato, é contrária a toda forma bruta, agressiva e irracional de se resolver os conflitos, no entanto, reconhece ser essa a realidade de várias das pessoas com as quais convive. Sempre que se narra diante de situações nas quais pode interferir, não se vangloria: descreve suas intervenções como quem compreende a complexidade do problema de um modo geral, mas que se sabe apenas uma, podendo, portanto, tentar modificar alguma coisa somente ao seu redor. As cenas de violência na favela às vezes eram tidas como os momentos de descontração dos marginalizados, eram a mescla da brutalidade gratuita com a diversão nefasta, tal qual briga de galo, mas sem apostas. E para se proteger e proteger seus filhos desses episódios nocivos, às vezes Carolina não intervinha, se recolhia, lamentava aquela realidade e o infortúnio de ter que estar ali.

E essa mulher, que nunca se absteve de se posicionar ante os mais variados temas sociais com os quais era obrigada a lidar, por mais complexos e densos que fossem, também deixou seu parecer sobre a situação política em que se encontrava. De acordo com Perpétua (2014) em sua análise dos manuscritos de Carolina, um fato que chama a atenção é a supressão no diário de várias “observações que apontam o posicionamento político de

Carolina e que acompanham seus comentários sobre os acontecimentos locais, nacionais e internacionais”, sendo esse um dos fatores responsáveis “por uma leitura parcial ou até mesmo equivocada da imagem de Carolina” (p. 152).

E, embora ainda presente em trechos esparsos, foi a política um dos assuntos que, certamente, mais chocaram os leitores da época. Carolina foi responsável por fazer com que muita gente lesse um pouco daquilo que geralmente ninguém lia: a opinião de uma mulher marginalizada sobre a política atual. Ela, com certeza, seria uma fonte que praticamente jornal nenhum consultaria para a construção de uma matéria. Nunca teve curso especializado em políticas públicas, mas entendia das consequências delas - pois as sentia.

6 de maio de 1958 [...] ... O que eu aviso aos pretendes a politica, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la.
[...] (p. 30)

10 de maio de 1958 [...] O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. Pensei: Se êle sabe disto, porque não faz um relatorio e envia para os politicos? O Senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso revolver nem as minhas dificuldades.

... o Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no proximo, e nas crianças.

(p. 31)

Sua capacidade crítica acerca dos fatos sociais, fomentada pela sua ávida sede de leitura desde sempre, sua experiência de vida enquanto mulher, preta, mãe, escritora e pobre e sua destreza em assimilar e se posicionar diante de assuntos densos, é um aspecto que muito desperta a atenção. Não que isso não pudesse ser esperado dela, como muitos pensam quando se deparam com essa obra de Carolina. O que intriga é o modo como a política faz parte de seus pensamentos, de suas reflexões, e como as pessoas que conviviam com ela sabiam que havia nela uma fonte confiável de notícias e interpretações, alguém que lia a realidade política do país com as lentes de quem nunca faz parte das decisões (às vezes, nem mesmo dos planos).

16 de agosto de 1958 [...] Quando eu passava na Avenida Tiradentes, uns operarios que saíam da fabrica disse-me:

- Carolina, já que você gosta de escrever, instiga o povo para adotar outro regime. [...] [regime político] (p. 110)

Nossa autora não entendia de política como um estudante de Direito, mas como uma cidadã consciente de que cada mudança, por menor que pareça aos olhos dos moradores da sala de visitas, é sentida em grandes proporções por quem reside no quarto de despejo.

No decorrer de todo o livro analisado, temos em Carolina uma autora fortemente consciente de si, do que a sua pessoa e o seu corpo representam socialmente, consciente da potência de suas ações e indignada com a injustiça que sempre sentiu e sofreu na pele. Ela se compreende como o sujeito atuante que é e, com facilidade, lê e interpreta seu contexto, sabendo-se, portanto, mulher negra, pobre e brasileira. A questão da negritude é largamente abordada em seu discurso de modo que, por meio de seu diário, várias das complexidades do que é ser negro, ou melhor, do que é ser mulher negra e pobre no Brasil podem ser amplamente discutidas. Esse documentário autobiográfico feito à mão de Carolina nos coloca em contato com a experiência de um sujeito que se narra em situações de construção de si e de questionamento quanto às condições sociais dessa construção. Sobre essa relação entre a escrita e a subjetividade, nos fala Conceição Evaristo (2009) em seu texto “Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade”:

[...] insisto na constatação óbvia de que o texto, com seu ponto de vista, não é fruto de uma geração espontânea. Ele tem uma autoria, um sujeito, homem ou mulher, que com uma “subjetividade” própria vai construindo a sua escrita, vai “inventando, criando” o ponto de vista do texto. Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvencilho de um “corpomulher-negra em vivência” e que por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. (p. 18)

Ao transpor para o papel pensamentos e situações em que a questão racial aparece com o peso que realmente tem, o que lemos são exemplos reais de como o racismo fecha portas, dificulta processos e segrega pessoas todos os dias. Todos os dias.

15 de julho de 1958 [...] Quando cheguei na favela tinha um português vendendo miúdo de vaca. Comprei meio quilo de bucho. Mas eu não gosto de negociar com português. Eles não tem educação. São obscenos, pornográficos e estúpidos. Quando procura uma preta é pensando em explorá-la. Eles pensam que são mais inteligentes do que os outros. O português disse para a Fernanda que lhe dava um pedaço de fígado se ela lhe aceitasse. Ela não quis. Tem preta que não gosta de branco. Ela saiu sem comprar. Ele deixou de vender por ser atrevido. (p. 92)

14 de setembro de 1958 ... Hoje é dia da páscoa de Moisés. O Deus do judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque a sua pele é da cor da noite. E o judeu porque é inteligente. Moisés quando via

os judeus descalços e rotos orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riquezas. É por isso que os judeus quase todos são ricos.

Já nós os pretos não tivemos um profeta para orar por nós. (p. 118)

Na passagem acima, Carolina trata da identidade, da caracterização de pretos e judeus, trata do sofrimento coletivo, da perseguição. É iniciada uma relação de comparação entre as lutas negras e judias, que, no entanto, tem como diferença a existência de um profeta que assuma a luta daquele povo. Por isso a prosperidade material judia, segundo a autora que reclama a falta de amparo, de representação e até de auxílio divino.

23 de junho de 1958 ... Passei no açougue para comprar meio quilo de carne para bife. Os preços era 24 e 28. Fiquei nervosa com a diferença dos preços. O açougueiro explicou-me que o filé é mais caro. Pensei na desventura da vaca, a escrava do homem. Que passa a existencia no mato, se alimenta com vegetais, gosta de sal mas o homem não dá porque custa caro. Depois de morta é dividida. Tabelada e selecionada. E morre quando o homem quer. Em vida dá dinheiro ao homem. E morta enriquece o homem. Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações. [...] (p. 70)

20 de setembro de 1958 ... Fui no emporio, levei 44 cruzeiros. Comprei um quilo de açúcar, um de feijão e dois ovos. Sobrou dois cruzeiros. Uma senhora que fez compra gastou 43 cruzeiros. E o senhor Eduardo disse:

- Nos gastos quase que vocês empataram.

Eu disse:

- Ela é branca. Tem direito de gastar mais.

Ela disse-me:

- A côr não influi.

Então começamos a falar sobre o preconceito. Ela disse-me que nos Estados Unidos eles não querem negros nas escolas.

Fico pensando: os norte-americanos são considerados os mais civilizados do mundo e ainda não convenceram que preterir o preto é o mesmo que preterir o sol. O homem não pode lutar com os produtos da Natureza. Deus criou todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se. (p. 118-119)

Lendo Carolina discorrer acerca da questão racial e como ela é presente no seu cotidiano, podemos retomar Djamila Ribeiro quando fala: “Seria como dizer que a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência” (RIBEIRO, 2017, p. 28), sendo essa uma possível relação lúcida feita entre a teoria da filósofa e o diário da escritora.

16 de junho de 1958 [...] ... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

- É pena você ser preta.

Esquecendo êles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça êle já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta.

... Um dia, um branco disse-me:

- Se os pretos tivessem chegado ao mundo depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece a sua origem.

O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro tambem. A natureza não seleciona ninguém. (p. 65)

28 de maio de 1959 ... A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro. (p. 160)

Carolina reclama da suposta superioridade branca contra a qual é obrigada a lutar constantemente, da posição social que o corpo negro é forçado a ocupar - sem prestígio, sem credibilidade. Reclama da desqualificação de sua literatura tendo como critério sua origem étnico-racial. Reclama da falta de sensibilidade das pessoas para com a beleza de sua pele preta, de seu cabelo crespo. Carolina reconhece que sua condição de mulher, de pobre e de negra estão estruturalmente interligadas e que são os aspectos fundantes de suas características pessoais, tanto sociais quanto psicológicas. E reconhece também que a literatura, a possibilidade de relatar a si, lhe serve como uma brecha, uma escapatória em meio à teia de opressões na qual sempre se encontrou inevitavelmente presa.

Por meio de construções discursivas personalizadas mediante sua própria trajetória de auto-instrução, Carolina nos apresenta um diário com formulações objetivas, frases curtas e condensadas, como se nos dissesse que não está com tempo para maiores explicações, como se suas sentenças fossem formuladas com a agilidade e praticidade que lhe são necessárias à sobrevivência diária. Tal qual uma nascente de um rio, seus relatos têm a capacidade de, a cada nova leitura, a cada novo olhar, fazer brotar as mais diversas sensações e percepções. Quando suas experiências narradas se chocam com as nossas experiências de vida (seus leitores), assim como um rio encontrando seus afluentes, a potência das questões levantadas ganham volume, ganham força para seguir o fluxo até um oceano de possibilidades interpretativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Por que eles nos combatem? Por que pensam que somos monstros perigosos? Por que *somos* monstros perigosos? Porque desequilibramos e muitas vezes rompemos as confortáveis imagens estereotipadas que os brancos têm de nós [...]” (ANZALDÚA, 2000, p. 230). Essa passagem de Gloria Anzaldúa (2000) na *Carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo* ilustra muito bem o que discutimos sobre Carolina de Jesus e seu diário *Quarto de despejo*. Mediante todo o seu sucesso no decorrer dos anos 1960, toda a sua importância no cenário literário brasileiro, todo o seu reconhecimento inclusive pelas pesquisas acadêmicas que discutem o racismo e a interseccionalidade, por que a literatura de Carolina Maria de Jesus ainda não é considerada dentro do contexto escolar? “Por que, na diversidade de produções que compõem a escrita brasileira, o difícil reconhecimento e mesmo a exclusão de textos e de autores (as) que pretendem afirmar seus pertencimentos, suas identificações étnicas em suas escritas?” (EVARISTO, 2009, p. 19). Por que os trabalhos com a literatura dentro do universo escolar ainda não fazem uso da força motivadora e da potência dos relatos existentes nessa conhecida obra de Carolina? Mais ainda: por que a literatura escolar ignora a literatura feminina negra e não lhe dá abertura ou espaço para falar por si, para se representar e para servir de exemplo ou gatilho de reflexões literárias e sociais?

Embora a pesquisa tivesse, no princípio, a pretensão de analisar como se daria a utilização da obra *Quarto de despejo* enquanto um instrumento didático, nos restringimos à análise do material didático empregado na rede pública de cidade, buscando entender como e quando Carolina de Jesus seria trabalhada nas aulas de literatura conforme o que iriam nos mostrando esse material. No entanto, é frustrante perceber que encontramos tão pouco, de modo tão precário, Carolina de Jesus nos compêndios escolares e essa ausência foi o que nos permitiu voltar os olhos para o modo como o silenciamento de mulheres negras é evidente dentro do universo escolar. O processo de construção da subjetividade do sujeito, no qual a escola (e também a literatura) tem fundamental participação, tende a se dar de maneira fragmentada e em colapso quando os exemplos disponíveis e as discussões não abarcam as diferentes possibilidades de ser e insistem em trabalhar praticamente apenas com o clássico, o canônico, o normativo, o branco, o masculino. Nós, mulheres negras, somos forçadas o tempo todo a nos espelhar, nos referenciar num *outro* que não nos representa e o processo educativo deve ser o meio pelo qual esse reconhecimento acontece. Por intermédio de instrumentos pedagógicos fortemente engajados, tal qual enxergamos em *Quarto de despejo*,

pensamos que são possíveis outras possibilidades de literatura na escola que trabalhem, conseqüentemente, outras constituições de sujeitos e viabilizem novas formas de reconhecimento, flexibilizando as ideias normativas do que é ser mulher, ser negra, do que é família, casamento, relacionamento... E isso que chamamos de reconhecimento e flexibilização de ideias tende à eficácia se, para além de literaturas ficcionais, utilizarmos também literaturas negras e femininas que priorizem o relato de experiência. “Afirmando um contra-discurso à literatura produzida pela cultura hegemônica, os textos afro-brasileiros surgem pautados pela vivência de sujeitos negros/as na sociedade brasileira e trazendo experiências diversificadas, desde o conteúdo até os modos de utilização da língua” (EVARISTO, 2009, p. 27), pois, ainda que todo o sistema insista em nos silenciar, “mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de experiências.” (ANZALDÚA, 2000, p. 235).

A potência sensível do texto de Carolina, a articulação entre seus (consoantes e divergentes) discursos, a harmonização entre o fazer literário e a vivência que desloca o padrão, a dança entre se registrar enquanto uma *mulher direita* e a consciência de que não há, de fato, uma *mulher direita* a se tornar: tudo isso são aspectos que simplesmente emergem e nos inundam após a leitura de *Quarto de despejo*. Carolina nos permite acessar particularidades de sua construção pessoal, de sua subjetividade, abrindo caminhos para novas formas de acesso à inteligibilidade dos sujeitos, novas formas de encarar e trabalhar literatura. Nossa busca é pela conscientização acerca da necessidade de mudanças teóricas, metodológicas e epistêmicas, que não permitam o apagamento, o silenciamento das mulheres negras no processo educativo. E quando a questão for a importância da relação entre nós - essas mulheres negras - e o ato da escrita, lembremos:

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim também. [...] No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. (ANZALDÚA, 2000, p. 232)

Referências bibliográficas

- ALÓS, Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 19, n. 2, p. 421-449, Aug. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2011000200007&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 de Ago. 2018.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. Trad. Édina de Marco. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, pp. 229-236, 2000.
- BASSANI, Sandra Lúcia Dimidiuk. **Discurso, poder e virilidade do sujeito-mulher Carolina Maria de Jesus em Quarto de Despejo**. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Letras - Guarapuava: Unicentro, 2018.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 26, p. 329-376, June 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332006000100014&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 20 de Ago. 2018.
- BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. **Português no ensino médio e formação do professor** / Clécio Bunzen, Márcia Mendonça (org.); Angela B. Kleiman... [et al.]. - São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.
- _____. O direito à literatura. In: **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 169-191.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea. **Estud. Lit. Bras. Contemp.** [online]. 2014, n.44, pp.289-302. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/elbc/n44/a14n44.pdf>> Acesso em: 01 de set. 2018.
- DUARTE, André; DE ASSIS CÉSAR, Maria Rita. Inútil resistir ao dispositivo da sexualidade? Foucault e Butler sobre corpos e prazeres. **Revista de Filosofia Aurora**, [S.l.], v. 28, n. 45, p. 949-967, abr. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/1980-5934.28.045.DS11>>. Acesso em: 20 de ago. 2018.
- ELISBON, Eudma Poliana Medeiros. **A mulher e o feminino em livros didáticos contemporâneos de literatura para o ensino médio**. 2018. 399 f. Tese (Doutorado) -

Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Letras - Vitória, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510>> Acesso em 20 abr. 2019.

FARIA, Vanessa Fabíola Silva de. **O ensino de literatura**: articulação entre propostas oficiais e pesquisa universitária. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13ª Ed, Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GAMA, Mônica; OLIVEIRA, Priscila P. L. Relato, literário e antiliterário nas escritas íntimas de Carolina Maria de Jesus e de Ana Cristina Cesar. **VERBO DE MINAS**, Juiz de Fora, v. 19, n. 33, p. 90-112, Jan./Jul. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

GUERRA, Isabel. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**: Sentidos e Formas de Uso, Estoril: Princípia Editora, 2006.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma Favelada. 4ª Ed, São Paulo: Francisco Alves, 1960.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições** [online]. vol.19, n.2, p.17-23, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em: 27 de jun. 2019

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.) **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187191>> Acesso em 17 de out. 2018
LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MACENA, Fabiana Souza Valadão de Castro. **Carolina Maria de Jesus e Clarice Lispector: representações do feminino na literatura brasileira contemporânea**. 2017. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. rev. e aprim. São Paulo: Hucitec, 2006.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, Maria Eunice. **Cânone e cânones: um plural singular**. Porto Alegre: PUC-RS, 2003.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 42, p. 201-248, June, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332014000100201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 de set. 2018.

NASCIMENTO, Cleideni Alves do. **Toni Morrison e Carolina Maria de Jesus: dois timbres marcantes da voz autoral feminina**. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Linguagem, Identidade e Subjetividade) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. **Literatura Marginal: os escritores da periferia em cena**. São Paulo: USO, 2006

OLIVEIRA, Adriana Vidal de; PILATTI, Adriano. **A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional**. 2012. Tese (Doutorado em Direito) Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA JÚNIOR, Otacílio de. **Entre a luta, a voz e a palavra: partilhas de sentido em torno de um sarau de periferia**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

PERPÉtua, Elzira Divina. **A vida escrita de Carolina Maria de Jesus**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, Jan. 2017. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302017000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 de set. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento: Justificando, 2017.

SCOTT, Joan Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Florisbete de Jesus. **Cenas repetidas:** sentidos e memoráveis de gênero no livro didático. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística - Vitória da Conquista, 2017.

SILVA, Silvio Pereira da. **Literatura e ensino:** o estudo da literatura contemporânea no livro didático de nível médio no Brasil e na Argentina. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola:** Uma perspectiva social. 11ª Ed. São Paulo, 1994.

SOARES, Mei Hua. **A literatura marginal-periférica na escola.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra:** sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, 777-796, 2009.

VIANNA, Claudia. **Estudos de gênero, sexualidade e políticas de educação:** das ações coletivas aos planos e programas federais. 2011. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

_____. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação:** um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*, v.23, n.2, p.127-143, 2012.

Apêndice A - Relação de autorxs utilizadxs em cada uma das seções de Literatura dos livros didáticos de Português adotados no ensino médio da rede pública da cidade de Mariana-MG

Ser protagonista: Língua portuguesa, 1º ano : ensino médio / obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM ; editor responsável Rogério de Araújo Ramos. - 2. ed. - São Paulo: Edições SM, 2013. PNLD 2015, 2016, 2017

Era usado em: E. E. Dom Benevides

AUTOR/A	MENÇÕES
Lygia Fagundes Telles	1
Ana Luiza Daltro	1
Guilherme de Almeida	1
Eucanaã Ferraz	1
Fernando Gonsales	2
David Gariff	1
Jorge Luis Borges	1
José Paulo Paes	2
Júlio Cortázar	1
Émile Zola	1
Ágatha Christie	1
Antonio Candido	1
Vinícius de Moraes	2

Mário de Andrade	1
Gonçalves Dias	1
Olavo Bilac	2
Camões	9
Henry Fielding	1
Homero	1
Hélder Muteia	1
Ariano Suassuna	2
Miguel de Cervantes	1
Moacir Scliar	1
Fernando Pessoa	5
Horkheimer e Adorno	1
Ferreira Gullar	1
Bertolt Brecht	1
Jean-Jacques Rousseau	1
Joaquim Cardozo	1
Alphonsus de Guimaraens	1
Dorival Caymmi	1

Manoel de Barros	1
Ítalo Calvino	1
A. Coutinho	1
Cecília Meireles	1
Bernart de Ventadorn	1
D. Dinis	2

D. Tristan	1
Paio Soares de Taveirós	1
Joan Airas de Santiago	1
Fernando Esguio	1
Dom Joan Garcia de Guilharde	1
Pero Garcia Burgalês	1
Emil Staiger	1
Nuno Fernandes Torneol	2
Eugénio de Castro	1
Safo de Lesbos	1
Maria Lúcia Alvim	1
Legião Urbana	1

Afonso Fernandes	1
Francesco Petrarca	1
João Roiz de Castelo Branco	1
Jorge de Resende	1
Fernão Lopes	1
Gil Vicente	3
Bakhtin	1
João do Rio	1
Ludovico Ariosto	1
Virgílio	2
Francisco de Sá de Miranda	3

Fernão Lopes de Castanheda	1
Aristóteles	1
Arlindo Barbeitos	1
Tribalistas	1
Pero de Magalhães Gândavo	3
José de Anchieta	1
Pero Vaz de Caminha	4

Roger Bastide	1
Oswald de Andrade	1
Alfredo Bosi	2
Tzevetan Todorov	1
Luis de Góngora Argote	1
Gregório de Matos	12
Antonio Vieira	4
d. Francisco Manuel de Melo	1
Bento Teixeira	1
Terry Eagleton	1
William Shakespeare	1
Du Qiuniang	1
Horácio	1
Voltaire	1
Tomás Antonio Gonzaga	2
Manuel Maria Barbosa du Bocage	4
Cláudio Manuel da Costa	2
Santa Rita Durão	1
Basílio da Gama	1

Jean-Pierre Vernant	2
Carlos Drummond de Andrade	1
Hilda Hilst	1

Ser protagonista: Língua portuguesa, 3º ano : ensino médio / obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM ; editor responsável Rogério de Araújo Ramos. - 2. ed. - São Paulo: Edições SM, 2013. PNLD 2015, 2016, 2017

Era usado em: E. E. Dom Benevides

AUTOR/A	MENÇÕES
Monteiro Lobato	3
Lima Barreto	6
Graça Aranha	2
Olavo Bilac	1
João do Rio	2
Euclides da Cunha	2
Augusto do Anjos	2
Renato Ortiz	1
João Antônio	1
João Cabral de Melo Neto	8
Marcelino Freire	1
Fernando Pessoa	11
Guillaume Apollinaire	1
Georg Trakl	1
Oswald de Andrade	8

José Sobral de Almada Negreiros	1
José Régio	1
Mário de Sá-Carneiro	1
Hugo Friedrich	1
Friedrich Dürrenmatt	1
Mário de Andrade	7
Guilherme de Almeida	1
Ronald de Carvalho	1
Raul Bopp	2
Manuel Bandeira	6
Alcântara Machado	2
Erich Auerbach	1
Juó Bananére	1
Camões	1
Manuel Botelho de Oliveira	1
Torquato Neto e Gilberto Gil	1
João Ubaldo Ribeiro	1
José Américo de Almeida	2

Augusto Frederico Schmidt	1
Graciliano Ramos	8
Jorge Amado	3
Rachel de Queiroz	2
José Lins do Rego	1
Érico Veríssimo	2

Dyonélio Machado	4
Carlos Drummond de Andrade	4
Murilo Mendes	2
Jorge de Lima	4
Cecília Meireles	4
Vinícius de Moraes	5
João Luiz Lafetá e Antonio Candido	1
Domingos Olímpio	1
Ferreira Gullar	2
Arthur Rimbaud	1
Alphonsus Guimaraens	1
Clarice Lispector	8

João Guimarães Rosa	13
Nelson Rodrigues	2
Ariano Suassuna	1
Décio de Almeida Prado	1
Joaquim Cardozo	1
Lúcio Cardoso	1
Anselmo Vieira de Sousa	1
Mário Faustino	1
José Gomes e Gordurinha	1
Oswaldo Barroso	1
João Antônio	1
Luiz Ruffato	1
Ferréz	1
Augusto de Campos	1
Raduan Nassar	1
Milton Hatoum	2
Marçal Aquino	1
David Harvey	1
Bernardo Carvalho	1

Charles Baudelaire	1
Honoré de Balzac	1
Millôr Fernandes	1
Paulo Leminski	1
Antônio Cardoso	1
Alexandre Dáskalos	1
Mia Couto	1
José Eduardo Agualusa	1
Pepetela	1
Jean-Paul Sartre	1
Rui Knopfli	1
Ribeiro Couto	1

CEREJA, William Roberto. **Português: linguagens, 2** / William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. - 9. ed. - São Paulo : Saraiva, 2013

PNLD 2015, 2016, 2017

Era usado em: E. E. Dom Silvério; E. E. de Ensino Médio Cabanas

AUTOR/A	MENÇÕES
Gonçalves Dias	2
Jack Kerouac	1
Adilson Citelli	1
Antônio P. Rezende e Maria T. Didier	1
Erich Auerbach	2
Luiz Roncari	1
Almeida Garrett	1
Guinsburg	1
Álvares de Azevedo	3
Antonio Candido e José A. Castello	4
Casimiro de Abreu	2
Fagundes Varela	1
Castro Alves	2
José de Alencar	3
Antônio Jacinto	1

Alfredo d'Escagnolle Taunay	1
Joaquim Manuel de Macedo	1

Carolina Maria de Jesus	1
Manuel Antônio de Almeida	1
Machado de Assis	2
Dostoiévski	1
Honoré de Balzac	1
Émile Zola	2
Aluísio Azevedo	2
Olavo Bilac	4
Alberto de Oliveira	1
Afrânio Coutinho	2
Arnold Hauser	1
Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena P. Martins	1
Antero de Quental	3
Eça de Queiroz	1
Raul Pompeia	1
Raimundo Correia	1

Charles Baudelaire	2
Cruz e Sousa	4
Pedro Kilkerry	1
Rimbaud	1
Alfredo Bosi	1
Wendy Beckett	1
Camilo Pessanha	1

Alphonsus de Guimaraens	1
Augusto dos Anjos	1
Martins Pena	1
França Júnior	1

CEREJA, William Roberto. **Português: linguagens, 3** / William Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. - 9. ed. - São Paulo : Saraiva, 2013

PNLD 2015, 2016, 2017

Era usado em: E. E. Dom Silvério; E. E. de Ensino Médio Cabanas

AUTOR/A	MENÇÕES
Flávio Aguiar	1
Euclides da Cunha	1
José Saramago	2
Roberto Ventura	1
Lima Barreto	1
Monteiro Lobato	1
Revista Superinteressante	1
Jornal Folha de S. Paulo	1
Augusto dos Anjos	2
Guillaume Apollinaire	1
Mário de Andrade	5
Mário da Silva Brito	1
Gilberto Mendonça Teles	1
Antonio Candido e José A. Castello	2
Filippo Tommasio Marinetti	1

Oswald de Andrade	9
Wilhelm Klemm	1

Ludwig Kassak	1
Murilo Mendes	1
Manuel Bandeira	8
Fernando Pessoa	6
Mário de Sá-Carneiro	1
Ovídio Martins	1
Mário Carelli	1
Alcântara Machado	1
Graciliano Ramos	2
Boris Fausto	1
José Dacanal	1
Alfredo Bosi	1
José Américo de Almeida	1
Carlinhos Brown	1
Rachel de Queiroz	1
José Lins do Rego	1

Jorge Amado	1
Érico Veríssimo	1
Dionélio Machado	1
Massaud Moisés	1
Benjamin Abdala Junior	1
José Régio	2
Carlos Drummond de Andrade	10

José Luís Mendonça	1
Alcides Villaça	1
Pablo Neruda	1
Cecília Meireles	4
Vinícius de Moraes	7
Eucanaã Ferraz	1
Antonio Candido	1
Nelson Rodrigues	1
Alves Redol	1
Clarice Lispector	2
Guimarães Rosa	4

João Cabral de Melo Neto	5
Davi Arrigucci	1
Jorge de Sena	1
David Mourão-Ferreira	2
Nuno Júdice	1
Filipa Leal	1
Manuel da Costa Pinto	1
Ferreira Gullar	3
Paulo Miranda	1
Paulo Leminski	2
Donizete Galvão	2
Haroldo de Campos	1
Décio Pignatari	1
Ana Cristina César	1
Francisco Alvim	1
Fabrizio Corsaletti	1
Paulo Henriques Britto	1
Dalton Trevisan	1
Fernando Bonassi	1

Marcelino Freire	2
Maurício Gomes	1
Mia Couto	1
Onésimo Silveira	1

ORMUNDO, Wilton. **Se liga na língua: literatura, produção de texto, linguagem** / Wilton Ormundo, Cristiane Siniscalchi. - 1. ed. - São Paulo: Moderna, 2016.

Obra em 3 v.: 1.

1.Português: Ensino médio

PNLD: 2018, 2019,2020

É usado em: E. E. Dom Silvério, E. E. Dom Benevides, E. E. Coronel Benjamim Guimarães

AUTOR/A	MENÇÕES
José Paulo Paes	1
Antonio Candido	1
Antonio Cícero	1
Joaquim Manuel de Macedo	1
Waly Salomão	1
Carlos Drummond de Andrade	2
Homero	1
Heloisa Seixas	1
Péricles Cavalcanti	1
Mário Quintana	1
Camões	6
Ferreira Gullar	1
Nicolas Behr	1
Bruno Zeni	1

Matsuo Bashô	1
Miguel de Cervantes	1
Mia Couto	1
Manuel A. de Almeida	1
Caco Galhardo	1
Mário de Andrade	2
Ítalo Calvino	1
Homero	2
Tereza Barbosa	1
Lima Barreto	2
Ariano Suassuna	1
Fernando Vilela	1
Carlos Newton Jr	1
Revista eletrônica Jangada Brasil	1
Marcelo Camelo	1
D. Dinis	1
Sancho I	1
Karina Buhr	1

Francisco da Silveira	1
Gil Vicente	1
Fernando Pessoa	2
Pero Vaz de Caminha	1
Pero Magalhães de Gândavo	1
Herman Melville	1

Fido Nesti	1
José Saramago	1
Ernest Hemingway	1
Dante Alighieri	1
Sergio Cohn	1
Gonçalo Tavares	1
Amyr Klink	1
Marcelo Jeneci	1
Gregório de Matos	4
D. Francisco Manuel de Melo	1
Sóror Mariana Alcoforado	1
Padre Vieira	3

Ana Miranda	1
Shusaku Endo	1
Alexandre Dumas	1
Antônio Callado	1
Marisa Monte	1
Manuel Maria de Barbosa du Bocage	3
Affonso Romano de Santa'Anna	1
Santa Rita Durão	1
José Basílio da Gama	2
Cláudio Manuel da Costa	1
Tomás Antônio Gonzaga	3
Paulo Henriques Britto	1
Nelson Cruz	1
Jonathan Swift	1
Cecília Meireles	1
Guarnieri e Boal	1
Manoel de Barros	1

ORMUNDO, Wilton. **Se liga na língua: literatura, produção de texto, linguagem** / Wilton Ormundo, Cristiane Siniscalchi. - 1. ed. - São Paulo: Moderna, 2016.

Obra em 3 v.: 1.

2.Português: Ensino médio

PNLD: 2018, 2019,2020

É usado em: E. E. Dom Silvério, E. E. Dom Benevides, E. E. Coronel Benjamim Guimarães

AUTOR/A	MENÇÕES
Mia Couto	1
Camilo Castelo Branco	1
Goethe	2
André Gorz	1
Xico Sá	1
Mary Shelley	1
Shakespeare	2
Ian McEwan	1
Stephen King	1
Arnaldo Antunes	1
Gonçalves Dias	2
Diehl e Donnely	1
Antônio Nóbrega	1
Álvares de Azevedo	3

Castro Alves	2
José de Alencar	3

Visconde de Taunay	1
Manuel Antônio de Almeida	2
O Terno	1
Mário de Andrade	1
Ruy Castro	1
Walt Disney	1
José Roberto Torero	1
João Antônio	1
Lourenço Mutarelli	1
Beatriz Bracher	2
Émile Zola	2
Eça de Queirós	3
Cesário Verde	1
Honoré de Balzac	1
Jorge Amado	1
William Golding	1

Anton Tchékhev	1
Otto Lara Resende	1
Gustav Flaubert	1
Wander Piroli	1
Machado de Assis	5
Luiz Tatit	1
Aluísio de Azevedo	2
Olavo Bilac	3
Alberto de Oliveira	1
Raimundo Correia	1
Tristan Tzara	1
Italo Svevo	1
Luiz Rufatto	1
José Saramago	1
Sergio Paulo Rouanet	1
José Eduardo Agualusa	1
Charles Baudelaire	3
Camilo Pessanha	1
Paul Verlaine	1

Skank	1
Alphonsus de Guimaraens	2
Cruz e Sousa	5
Arthur Rimbaud	1
Mallarmé	1
Franz Kafka	1
Rodrigo Lacerda	1
Cecília Meireles	1

ORMUNDO, Wilton. **Se liga na língua: literatura, produção de texto, linguagem** / Wilton Ormundo, Cristiane Siniscalchi. - 1. ed. - São Paulo: Moderna, 2016.

Obra em 3 v.: 1.

3.Português: Ensino médio

PNLD: 2018, 2019,2020

É usado em: E. E. Dom Silvério, E. E. Dom Benevides, E. E. Coronel Benjamim Guimarães

AUTOR/A	MENÇÕES
Filippo Tommaso Marinetti	1
Fernando Pessoa	11
Marcelo Camelo	1
José Paulo Paes	1
Mário de Sá-Carneiro	1
Florbela Espanca	1
Manoel de Barros	1
Walt Whitman	1
José Saramago	1
Euclides da Cunha	1
Lima Barreto	1
Monteiro Lobato	1
Augusto dos Anjos	4
Titãs	1

Oswald de Andrade	7
Mário de Andrade	4

Manuel Bandeira	2
Sérgio Vaz	1
Ondjaki	2
Graciliano Ramos	2
Rachel de Queiroz	1
Jorge Amado	1
Érico Veríssimo	1
Murilo Mendes	1
Drummond	4
Vinícius de Moraes	3
Dyonélio Machado	1
João Cabral de Melo Neto	5
Luiz Ruffato	1
John Steinbeck	1
Marcelino Freire	2
Ana Cristina César	1

Ferreira Gullar	1
Clarice Lispector	6
Guimarães Rosa	5
Sérgio Rodrigues	1
Ana Miranda	1
Virgínia Woolf	1
Bartolomeu de Campos Queirós	1
Mia Couto	1
O Terno	1
Luís Bernardo Honwana	1
Baltazar Lopes da Silva	1
José Saramago	1
Adélia Prado	1
Milton Hatoum	2
Antônio Cícero	1
Daniel Galera	2
Adilson Miguel	1
Manuel da Costa Pinto	1
Rafael Coutinho	1

Lourenço Mutarelli	1
Nicholas Ganz	1
Ferréz	1
Banksy	1
Machado de Assis	1

CEREJA, William Roberto. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**, vol. 1 / William Roberto Cereja, Carolina Assis Dias Vianna, Christiane Damien Codenhoto. - 1. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.

PNLD: 2018, 2019, 2020

É usado em: E. E. de Ensino Médio Cabanas

AUTOR/A	MENÇÕES
Drummond	3
Gabriel, o Pensador	1
Marisa Lajolo	1
Antonio Candido	1
Maria de Luzia	1
Rubem Alves	1
Adão Ventura	1
Umberto Eco	1
Ítalo Calvino	1
Tracy Chevalier	2
Jaqueline Miranda	1
João Garcia de Guilhade	1
Pero Meogo	1
D. Pedro, Conde de Portugal	1
José Mattoso	1

Marc Bloch	1
Jacques Le Goff	1

Gil Vicente	1
Leandro Gomes de Barros	1
Jerry Brotton	1
Nicolau Sevcenko	2
Maria van Acker	2
Elisa Byington	1
Fido Nesti	1
Camões	8
Fernando Pessoa	2
Jonathan e Shelagh Routh	1
Pero Vaz de Caminha	1
Pero Magalhães Gândavo	1
Jairo Saw Munduruku	1
Antônio Vieira	3
Gregório de Matos	7
Affonso Romano de Sant'Anna	1

Suzy de Mello	2
Arno Wehling e Maria José C. M. Wehling	1
Luiz Roncari	2
Oswald de Andrade	1
Tomás Antônio Gonzaga	5
Stael Gontijo	1
Jair Vitoria	1
Nelson Cruz	1
André Diniz	1
Bocage	1
Cláudio Manuel da Costa	1
Hans Störing	1
Leo Huberman	1
Alfredo Bosi	1
Basílio da Gama	1
Gilson e Joran	1
Lulu Santos	1

CEREJA, William Roberto. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**, vol. 2 / William Roberto Cereja, Carolina Assis Dias Vianna, Christiane Damien Codenhoto. - 1. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.

PNLD: 2018, 2019, 2020

É usado em: E. E. de Ensino Médio Cabanas

AUTOR/A	MENÇÕES
John Lennon	1
Arnaldo Antunes	2
Victor Hugo	1
Álvares de Azevedo	5
Castro Alves	3
José de Alencar	4
Manuel Antônio de Almeida	2
Luiz Roncari	2
Rosenfeld e Guinsburg	1
Gonçalves Dias	2
Leo Huberman	1
Nachman Falbel	1
Gerd Bornheim	1
Casimiro de Abreu	1

Chico Buarque	1
Charles Schulz	1
Murilo Cleto	1
Visconde de Taunay	1
Ruy Castro	1
Machado de Assis	7
Aluísio Azevedo	3
Raul Pompeia	1
Marisa Lajolo	1
Hippolyte Taine	1
Umberto Padovani	1
Adam Hart-Davis	1
Ana Maria Machado	1
Olavo Bilac	1
Cruz e Sousa	7
Alphonsus de Guimaraens	2
Pierre Francastel	1
Benjamim Abdala Jr., Marisa Lajolo e Samira Campedelli	1
Adão Ventura	1

Eça de Queirós	1

CEREJA, William Roberto. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**, vol. 3 / William Roberto Cereja, Carolina Assis Dias Vianna, Christiane Damien Codenhoto. - 1. ed. - São Paulo: Saraiva, 2016.

PNLD: 2018, 2019, 2020

É usado em: E. E. de Ensino Médio Cabanas

AUTOR/A	MENÇÕES
Mário de Andrade	3
Oswald de Andrade	5
Augusto dos Anjos	2
Lima Barreto	1
Neide Rezende	1
Maria Eugênia Boaventura	1
Marcos Augusto Gonçalves	1
Tarsila do Amaral	1
Aracy Amaral	2
Miguel Castro	1
Afrânio Coutinho	1
Antonio Rezende e Maria Didier	1
Monteiro Lobato	1
Manuel Bandeira	3
Castro Alves	1

Antonio Candido	1
Ferreira Gullar	1

Graciliano Ramos	3
José Lins do Rego	2
Jorge Amado	2
Érico Veríssimo	2
Dyonélio Machado	1
Drummond	1
Vinícius de Moraes	5
Cecília Meireles	3
Patativa do Assaré	1
Carlinhos Brown	1
Murilo Mendes	1
Sérgio Buarque de Holanda	1
Miguel Castro	1
Clarice Lispector	4
Guimarães Rosa	4
João Cabral de Melo Neto	2

Rubem Fonseca	1
Dalton Trevisan	1
Cristovão Tezza	1
Milton Hatoum	2
Bernardo Carvalho	1
Paulo Lins	1
Maria Valéria Rezende	1
Ignácio de Loyola Brandão	1
Mia Couto	1
José Saramago	2
Ferreira Gullar	2
Fernando Pessoa	4
Viriato da Cruz	1
Craveirinha	1
Adão Ventura	1
Márcio Barbosa	1
Cuti	2
Agostinho Neto	1

